

UNIVERSIDADE ABERTA



**DIVULGAR ARTE E CULTURA EM MUNDOS
VIRTUAIS:
MUSEU VIRTUAL DE TAVIRA**

Helena Maria de Sousa Mestre Blanc

Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes

Lisboa, 2014

UNIVERSIDADE ABERTA



**DIVULGAR ARTE E CULTURA EM MUNDOS
VIRTUAIS:
MUSEU VIRTUAL DE TAVIRA**

Helena Maria de Sousa Mestre Blanc

Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Potes Franco Barroso Santa-Clara Barbas (Professora Associada com Agregação do Departamento de Humanidades) e pela Professora Doutora Isabel Maria de Barros Dias (Professora Auxiliar em regime de tempo integral do Departamento de Humanidades).

Lisboa, 2014

Divulgar Arte e Cultura em Mundos Virtuais: Museu Virtual de Tavira

Helena Maria de Sousa Mestre Blanc

Departamento de Humanidades, Universidade Aberta

Resumo

O presente trabalho nasceu da ideia de reconstituir, através de uma animação multimédia, a cidade de Tavira na época medieval, mais precisamente durante a primeira metade do século XIII, de acordo com a informação expressa na *Crónica da Conquista do Algarve*, entre outras fontes. Pretendeu-se perceber como, quando e qual o contexto em que se revelou a campanha devastadora de D. Paio Peres Correia, comendador da Ordem de Santiago, contra as forças muçulmanas que dominavam esta região. Naturalmente, esta interpretação pessoal está centrada na interação de várias áreas disciplinares, conjugando duas abordagens complementares, com o objetivo de construir um protótipo multimédia. A primeira parte inicia com uma narração histórica, relevando-se os aspetos sociais, tensões políticas, interesses económicos, eclesiásticos, conflitos entre Portugal e Castela e seus protagonistas na disputa pelo território algarvio. A segunda parte da dissertação apresenta um vídeo elaborado a partir de uma plataforma de mundos virtuais, congregando a utilização de *softwares* como o *Adobe Photoshop* (edição de imagem), *Sony Vegas* (edição de vídeo) e o *Sketchup* (criação de maquetes), para poder apresentar uma visualização imagética do texto e recriar o coração da vila medieval de Tavira: o castelo, a igreja de Santa Maria e a ponte romana. Deste modo, mostra-se gradualmente a forma como todos estes elementos se interligam entre si, a partir da implantação espaço-temporal, revelando quais as razões pelas quais Tavira foi o mais importante centro urbano do Algarve naquele tempo.

Palavras-chave: animação multimédia, D. Paio Peres Correia, narração histórica, território algarvio, vila medieval de Tavira.

Abstract

This project arises from an idea to recreate, through the development of multimedia support, the city of Tavira in a medieval context, particularly in the first half of the thirteenth century, according to events of the *Chronicle of the Conquest of the Algarve*, as well as other sources. We tried to understand how, when and in which context took place the devastating campaign of D. Paio Peres Correia, Grand-Master of the military Order of Santiago, against the Muslim forces that dominated this region. Naturally, the purpose of my personal interpretation was the interaction of various disciplinary areas, combining two complementary approaches in the construction of a multimedia prototype. The former concerns the historical narrative with focus on the social, political tensions, economic, ecclesiastical, conflicts between Portugal and Castile and their protagonists in the dispute of the Algarve territory. The latter presents a video made from a platform gathering the virtual worlds of software like *Adobe Photoshop* (image editing), *Sony Vegas* (video editing) and *Sketchup* (creating mockups) in order to be able to display the text imagery and recreate the heart of the medieval town of Tavira: the castle, the Church of Saint Mary and the roman bridge. Thus, we will gradually show how these elements are related intra-temporal and spatial manner and with other villages near Tavira which was considered the main center of Algarve at that time.

Key-words: multimedia support, D. Paio Peres Correia, historical narrative, Algarve area, medieval town of Tavira.

Agradecimentos

Como diria Robert Bresson (2005), “Originalidade, é querer fazer como os outros, sem nunca conseguir”.

É, de facto, pelo apoio e disponibilidade sempre evidenciados, que quero expressar os meus agradecimentos, em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria Potes Barroso Santa-Clara Barbas, minha Orientadora neste trabalho. Agradeço-lhe igualmente as preciosas indicações de pesquisa, conselhos e recomendações, correções dos trabalhos, bem como os conhecimentos científicos partilhados. Desejo também testemunhar-lhe o meu reconhecimento pela confiança depositada na minha pessoa e pelo desafio que me propôs: a elaboração de um projeto multimédia, sem o qual não teria sido possível a concretização deste trabalho, e pela forma estimulante e rica com que me incentivou a evoluir, de forma determinante, para o objetivo.

À Professora Doutora Isabel Maria de Barros Dias, Coorientadora, a minha gratidão pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes apresentadas durante a sua orientação.

Igualmente, estou grata à Coordenadora do curso, Professora Doutora Maria Paula da Silva Mendes Coelho, que me colocou muitos sorrisos na face, pela evocação das lembranças comuns de momentos maravilhosos passados em Paris, nomeadamente na Universidade da Sorbonne, e pela originalidade do seminário de Estudos Comparados, o qual abriu os meus horizontes e me despertou particular interesse pelo domínio da imagologia literária.

Faz-se necessário reconhecer o papel da Vice-Coordenadora do Mestrado, Professora Doutora Maria do Rosário Sampaio Soares de Sousa Leitão Lupi Bello, escritora e pesquisadora das relações entre a Literatura e o Cinema, numa perspetiva comparada, a quem devo a ideia inicial desta tese.

Desejo igualmente agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, me incentivaram e apoiaram. Como é impossível descrever individualmente o que devo a cada um dos Professores da Universidade Aberta, os quais ao longo destes últimos cinco anos acompanharam e ampararam o meu percurso, deixo aqui um profundo e sentido reconhecimento por sempre me terem transmitido coragem e confiança para continuar. De igual modo, destaco os meus colegas de mestrado pelo espírito de solidariedade e amizade demonstrados.

Apresento a minha total gratidão à Câmara Municipal de Tavira, na pessoa do Presidente, Dr. Jorge Botelho, pela forma como recebeu a ideia do projeto e disponibilizou os documentos do arquivo. Este sentimento propaga-se, sem exceção, a todos os seus colaboradores de quem recebi apoio absoluto, desde o primeiro momento, para a realização dos meus intentos em prol da divulgação da história medieval da cidade.

O meu apreço ao Arquivo Municipal de Tavira, em particular ao Sr. António Monteiro, que permitiu fotografar o valioso *Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira*, de 1733, e contribuiu com o envio das imagens dos Forais.

Pretendo transmitir o meu sincero agradecimento à Biblioteca da Universidade Aberta, Biblioteca Álvaro de Campos, à Biblioteca do Campus da Penha e à Biblioteca das Gambelas, ambas da Universidade do Algarve, pela orientação e apoio na minha investigação.

Devo agradecer também ao Dr. Luís Fraga da Silva, historiador e arqueólogo da Associação Campo Arqueológico de Tavira, pelas informações bibliográficas, cedência de documentos de sua lavra e recomendações na área medievalista. É com particular atenção e agrado que assinalo a permissão de inclusão no trabalho da excelente recriação urbanística de Tavira Islâmica, da planta digital de terreno com a resolução altimétrica e de outros elementos urbanísticos que constam no seu *blog*.

Meus sinceros agradecimentos ao jornalista, pesquisador e escritor, Ofir Chagas, pela partilha de seu vasto acervo pessoal de acontecimentos históricos em torno das movimentações de D. Paio Peres Correia e da conquista do Algarve, que reuniu ao

longo dos anos e que deram lugar a vários trabalhos publicados extremamente profícuos e inspiradores.

É com satisfação que invoco o meu reconhecimento ao Master-Center, em particular ao Professor Gonçalo Mendes, pelos ensinamentos na área da informática, nomeadamente ao nível dos cursos de *Photoshop*, *Sketchup* e *Sony Vegas*. Destaco também, todo o empenho e colaboração prestados, quer na disponibilização de materiais pedagógicos, quer na instalação de todos os *softwares* de edição de imagens, ou na partilha de ideias, no âmbito da versão histórica de Tavira medieval em 3D.

Um agradecimento muito especial ao Professor Doutor François Luís Blanc, a quem tanto admiro pela exaltação poética da beleza de Tavira e pelo tributo aos navegadores portugueses. Jamais poderei agradecer o suficiente por todas as oportunidades de transformações na minha vida.

Com a Tipografia Tavirense, uma referência muito fiel de tudo aquilo que representa essa Arte e, da qual me orgulho de ter tido o privilégio de conhecer, foi possível concretizar todo este trabalho. Muito obrigado e Bem-haja.

À minha querida família e a todos aqueles que acreditaram, apoiaram e colaboraram para que este projeto se tornasse realidade o meu Muito Obrigada.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract	iv
Agradecimentos.....	v
PARTE I - DELIMITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	15
1. PLANO ESTRATÉGICO.....	18
1.1 (1.º) Desafio Estratégico:	18
1.1.1 Objetivos	18
1.1.2 Atividades.....	18
1.1.3 Resultados Esperados	19
1.2 (2.º) Desafio Estratégico:	19
1.2.1 Objetivos	19
1.2.2 Atividades.....	20
1.2.3 Resultados Esperados	20
1.3 Outras Atividades	20
1.4 Articulação com outras Atividades	20
PARTE II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO	21
2.1 Origens de Tavira	21
2.1.1 O Enquadramento Histórico	21
2.1.2 A Origem de Tavira e os seus monumentos mais marcantes	25
2.2 Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social	42
2.2.1 O crescimento da povoação medieval.....	42
2.2.2 A importância de Tavira no século XIII	53
2.3 Conquista definitiva das últimas praças algarvias	67
2.3.1 A tomada de Tavira aos mouros em 1242.....	67
2.3.2 A mudança forçada do monarca português em 1245-1246	71
2.3.3 A ofensiva algarvia de 1249 a 1250	75
2.3.4 O casamento ilícito em 1253	78
2.3.5 A povoação de Tavira transforma-se em Vila em 1266	80
PARTE III – METODOLOGIA.....	85
3.0 O objetivo desta reinterpretação histórica	85
3.1 Processos Criativos	91

EQUIPAMENTOS.....	103
PALAVRAS FINAIS	103
Bibliografia	110
Webgrafia	116
APÊNDICE DOCUMENTAL	126
I. Crónica de como D. Paio Correia tomou este Reino aos mouros.....	126
Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros.....	126
II. Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733	138
III. Notas Biográficas sobre D. Paio Peres Correia.....	149
IV. Fotogravura do 1.º Foral de Tavira de agosto 1266.....	150
V. Transcrição: Carta de Foral de Tavira de agosto, 1266	151
VI. Fotogravura do Foral dos mouros-forros de 12 julho de 1269.....	152
VII. Reprodução da Carta de Foral aos mouros-forros	153
VIII. Transcrição: Foral dos mouros-forros	154
IX. Iluminura sobre o Milagre da Virgem Maria	155
X. Cantiga de Santa Maria.....	156
XI. Cantigas de Santa Maria: <i>O Milagre de Tentudía</i>.....	157
XII. Cantiga 34, <i>O Milagre de Tentudía</i>	158
XIII. El Retablo Cerámico de Tentudía de Niculoso Pisano, 1518.....	159

Índice de Figuras

Figura 2.1.1 Mapa dos califados	23
Figura 2.1.2 Mapa do Reino de Portugal – Porto de Tavila, 1634.....	26
Figura 2.1.3 Ilustração do século XVI do Porto de Tavira	27
Figura 2.1.4 Vias romanas do sul de Portugal, Campo Arqueológico de Tavira.....	29
Figura 2.1.5 Planta de Tavira executada por Leonardo Ferrari (1650-1655).....	30
Figura 2.1.6 Reconstituição da planta de Tavira no <i>Sketchup</i> pela autora.....	34
Figura 2.1.7 Detalhes da planta: Bairros na periferia.....	45
Figura 2.1.8 Vista de Tavira publicada em 1640.....	46
Figura 2.1.9 Planta da cidade de Tavira de FERR.....	47
Figura 2.1.10 Pormenor do prospeto da cidade de Tavira de José Vasconcelos.....	55
Figura 2.1.11Quadro: Número de besteiros do conto em povoações algarvias.....	66
Figura 2.1.12 1.º Foral de Tavira.....	82
Figura 2.1.13 Carta de Foral aos mouros.....	83
Figura 3.1.14 Caravelas portuguesas imagens do trailer.....	93
Figura 3.1.15 Cavaleiros da Ordem de Santiago.....	94
Figura 3.1.16 Ataque dos mouros no sítio das Antas.....	95
Figura 3.1.17 D. Paio Correia invade o castelo	96
Figura 3.1.18 A rendição dos mouros.....	97
Figura 3.1.19 D. Afonso III e D. Beatriz: Imagens <i>Photoshop</i>	98
Figura 3.1.20 Vivências Vila a Dentro.....	99
Figura 3.1.21 Mercado da Praça da Ribeira <i>Photoshop</i>	100
Figura 3.1.22 Reconstituição da muralha no <i>Sketchup</i>	101
Figura 3.1.23 A Ponte de Tavira realizada no Google Sketchup 101.....	102

Índice de Músicas e Outros Sons do Vídeo

1 - “Ocean Waves” – “Sounds of the Earth – pure nature, no voice or music added”. The David Sun Natural Sound Collection. Oreade Music. O CD foi adquirido pela autora através da Amazon em 23/11/2014.

2 - “Marco Dall’Aquila – Da Crema – LuteMusic”. Ricercars – Intabulations – Dances. De Christopher Wilson, Lute. O CD foi adquirido pela autora através da Amazon em 23/11/2014.

3 - “Horses walking on dirt”. Publicado por Audio Micro – Stock Audio Library em 2014. Consultado: 06/01/2014 às 02H56. Free Sounds effects. URL:<http://www.audiomicro.com/free-sound-effects/free-animal-sound-effects>.

4 - “Medieval battle sound effect – infantry”. Publicado por The MS SoundEffects em 09/09/2012. Consultado: 01/01/2014 às 21H56. Sound effect ripped from Medieval II. Licença padrão do Youtube. URL: <http://youtu.be/t9jOmU-qgvM>.

5 - “Cavalry charge sound effect”. Publicado por The MS SoundEffects em 24/02/2013, download link: <http://rapidshare.com/files/377578079>. Consultado: 02/01/2014 às 20H05. Licença padrão do Youtube. URL: <http://youtu.be/LBmSwyZMfT0>.

6 - “Christian knights”. Publicado por CrokePetroforever em 02/09/2009. Consultado: 06/01/2014 às 04H28. Licença padrão do Youtube. URL: http://youtu.be/4ZGi_TOKSeU.

7 - “Lamento di Tristano: Estampida Medieval ”. Interpretado pela Capela de Ministrers, compositor anónimo, dirigido pelo chefe d’orquestra Carles Magraner. Gravação de 5 de abril 2004. Adquirido pela autora através da Amazon em 24/11/2014.

8 - “Hammer and melon sound effect”. Publicado por Jojikiba. Free Sound effects (the sound effects from Jojikiba are royalty free and can be used in projects) em 20/04/2012. Consultado: 06/01/2014 às 14H50URL: <http://youtu.be/qFTdYtxL9J8>.

9 - “Blacksmith shop sound effect”. Consultado: 06/01/2014 às 14H15. Licença padrão do YouTube. URL: <http://youtu.be/0CUbleaCXIo>.

Índice das Imagens do Google

Mapa dos califados. Publicado por Palma, 2002. Consultado: 10/12/2014. URL: http://palma1.no.sapo.pt/muculmanos.htm	23
Mapa do Reino de Portugal. Porto de Tavila, 1634 <i>in Atlas del Rey Planeta</i> . Consultado: 19/11/2013 URL: https://www.google.pt/search?q=Reino+de+Portugal+e+do+Algarve+mapas+e+gravuras&client= .	26
Ilustração do Século XVI do Porto de Tavira..... Consultada: 19/11/2013. URL: http://www.arkeotavira.com/Mapas/Teixeira/index.pdf .	27
Vias Romanas do Sul de Portugal, Itinerário de Antonino..... Publicado por Luís Fraga da Silva. 2. ^a Edição abril 2006. Consultado: 10/03/2014. URL: http://www.arkeotavira.com/alg-romano/geral/algarve-romano.pdf .	29
Planta da cidade de Tavira, 1645 de José de Sande Vasconcelos..... Consultada: 10/03/2014. URL: http://www.cm-tavira.pt/site/content/camara-museu-edi%C3%A7%C3%B5es/edi%C3%A7%C3%B5es-cat%C3%A1logos .	30
“Vista de Tavira” in Jornal Literário “O Panorama”..... Consultado: 22/09/2014.... URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/catalogo_tavira_mar .	46
Planta da cidade de Tavira da autoria de Luís Fraga da Silva..... Consultada: 31/11/2013. URL: Imprompto.blogspot.pt .	47
Pormenor do Prospeto da cidade de Tavira de Sande Vasconcelos..... URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/cat_logo_cidade_e_mundos_rurais	55
O 1.º Foral de Tavira, 1266..... Consultado: 19/09/2014. URL: http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3813597 .	82
Caravelas Romanas. Documentário fundeadouro-Romano em Olisipo..... (Imagens iniciais do trailer 21’’- 32’’)	93

Consultado: 22/12/2013. URL: http://documentariofundeadouroromano.wordpress.com/ .	
Caravelas portuguesas. Plano de conservação ambiental e uso do entorno.....93 do reservatório. Ilustrações de Paul Pagendler (Imagens do trailer 33''- 37'')	
Consultado: 19/11/2013. URL: http://dc346.4shared.com/doc/K3Q5OQgL/preview.html .	
Os cavaleiros templários. Publicado por Thiago Fuschini.....94 Blog Confissões Informais e Desconhecidos. Consultado: 15/12/2013. URL: http://bdogoutrosolhos.blospot.pt/2010_11_01_archive.html .	
Batalha campal sítio das Antas. Imagem retirada do Fórum da Ordem da95 cavalaria do sagrado Portugal. Postado por Kran em 25/11/2008. Consultado: 31/07/2014. URL: http://www.ocsp.pt/Imagens/Saga/o4_08.JPG	
Imagem de D. Paio Peres Correia.....95 Consultado: 12/11/2013 URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paio_Peris_Correia	
Cavaleiros Templários.....95 Consultado: 12/11/2014URL: http://forum.antinovaordemmundial.com	
Guerreiros.....97 Consultado: 04/11/2013 URL: http://img.metro.co.uk/i/pix/2010/08/08/article1281300103855-0AB89017000005DC-261653_466x310.jpg	
Outros guerreiros.....97 Consultado: 04/11/2013. URL: http://passadopensado.blogspot.pt/2012_12_01_archive.html	
Músicos. Imagem retirada do Sítio Algarve Repórter.....98 Consultado: 01/09/2009. URL: http://algarvereporther.blogspot.pt/2009.08.09archive	
Feira medieval de Aljubarrota, 2011.99 Consultado:17/11/2013. URL: http://myguide.iol.pt/profiles/blogs/feira-medieval-de-aljubarrota.Feira	
Feira Medieval de Alenquer.....99 Consultado: 17/11/2013 URL: http://awendruidiza.blogspot.pt/2011/07/alenquer-uma-feira.com-novas-emocoes.html	
Feira Medieval de Alhos Vedros, 2009.....100 Imagem utilizada para representar o mercado na Praça da Ribeira.	

Consultado: 17/11/2013.

URL: [http:// www.biviagem.com/ffeiramedieval-alhosvedros-2009](http://www.biviagem.com/ffeiramedieval-alhosvedros-2009)

Amuralhamento e alcáçova do período Almóada (1168-1242).....101

Consultado: 07/01/2014. URL: luisfraga@arqueotavira.com.

Planta comparando a ponte com a gravura.....102

de Leonardo de Ferrari (1605-1645)

com a planta atual de Luis Fraga. Consultado: 03/10/2014.

URL: <http://imprompto.blogspot.pt/>

INTRODUÇÃO

PARTE I - DELIMITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O património cultural do concelho de Tavira suscita um interesse particular, tendo em conta os povos que aqui aportaram como os fenícios, gregos, cartagineses, celtas, romanos e árabes com seus costumes, dialetos, cultura, os quais deixaram múltiplos vestígios ao longo do tempo. A partir dos mais importantes monumentos urbanísticos (castelo, muralhas, igreja matriz e ponte romana), ponderamos a ideia de estudar uma nova visibilidade virtual da reconquista de Tavira aos mouros.

Atendendo às necessidades científicas e pedagógicas relacionadas com a importância crescente do ciberespaço no mundo internauta, apresentamos a história que envolve esses monumentos, através de ferramentas disponíveis em *softwares* de edição de imagem, som e vídeo. O presente trabalho teve como objetivo estabelecer uma relação ensaística dos caminhos que levaram o património cultural da cidade a entrar no mundo virtual, através de *softwares* caracterizados como editores de imagem bidimensionais, colocando também ênfase no modo como são tratados e divulgados os patrimónios e contemporaneidade cultural em espaços virtuais abertos, que permitem diálogos entre as pessoas e as artes. Neste sentido, pretendemos desenvolver um protótipo multimédia que incluiu a produção de um vídeo disponível no *Youtube*¹, elaborado a partir de uma plataforma de mundos virtuais como o *Adobe Photoshop* (edição de imagem), *Sony Vegas* (edição de vídeo) e o *Google Sketchup* (criação de maquetes). Através destas ferramentas, foi possível dar corpo aos aspetos sociais, políticos e económicos da antiga povoação de Tavira na Baixa Idade Média. Paralelamente, foi criada uma visita virtual, onde é possível, através de uma representação tridimensional, cruzar as várias áreas interdisciplinares, conjugando as duas abordagens, numa ligação do discurso visual com o escrito.

¹ Blanc, Helena. Trailer Tavira Medieval 2014: com acesso reservado:



YouTube-9511bd2947b74092b26fd355c48e77ca.mp4

Deste modo, o projeto intitulado *Divulgar Arte e Cultura em Mundos Virtuais: Museu Virtual de Tavira* conta com uma adaptação virtual de alguns momentos marcantes da história de Tavira, revelando a sua importância no período medieval, como provam a existência do castelo e muralhas, a igreja matriz (reconstruída no local da antiga mesquita maior) e a ponte romana, com os seus arcos, que liga as duas partes desta povoação à beira do rio Séqua (Sêcco ou Asseca).

Apesar da diversidade das informações fornecidas pela Memória sobre uma *Crónica Inédita da Conquista do Algarve* (1792-1814) de Frei Joaquim Santo Agostinho, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III* (1946) de Frei António Brandão, *Tavira e o seu Termo. Memorando* (1993) de Arnaldo Casimiro Anica, *Ecos do Passado de Tavira* (2009) de Damião de Vasconcelos, entre outros, a nossa área de estudo focou, essencialmente, a história medieval do concelho de Tavira. A realização deste projeto configurou-se como uma versão histórica adaptada ao contexto regional, pelas virtualidades do seu formato como um alicerce cibernético e como pesquisa da história da cidade, como fonte em si mesma. Acresce ao formato multimédia, conforme adiante apresentado no ponto 1.2.1 da lista de objetivos, a sua divulgação através de canais da *Web*, possibilitando uma relação interativa com fontes de informação ao público como Redes Sociais (*Youtube, Facebook, Twitter e Google-Drive*). Damos relevo às novas tecnologias, como nova formalização da cultura mediada pelos dispositivos técnicos, que através do espaço virtual dão vida à criação e contribuem para o constante crescimento coletivo, incentivando e enraizando novos hábitos culturais, junto de um público que mudou a maneira de encarar o mundo. Também, no caso do património histórico desaparecido, a reconstrução virtual é, por vezes, a única forma de visualizar as alterações arquitetónicas sofridas por um edifício ao longo do tempo ou o modo singular de idealizar como terá sido o seu aspeto antes da ruína causada pela ação do tempo, por catástrofes naturais ou guerras. Neste contexto, destaca-se a suma importância da possibilidade de visualizar uma outra época com suas vivências, costumes e foros, bem como a influência islâmica e o espaço geográfico circundante à vila.

Entre outras referências de estudos que se debruçaram sobre mundos virtuais nesta área, começamos por analisar o trabalho pioneiro, em contexto nacional, desenvolvido pela Professora Maria Alexandra Gago da Câmara, a partir de uma

plataforma de mundos virtuais *Second Life*, sobre a cidade de Lisboa, antes do terramoto de 1755. Por outro lado, este estudo valeu-se também do programa da Rádio Televisão Portuguesa (R.T.P.) *As nossas gentes*, da autoria do Professor Doutor José Hermano Saraiva, que possibilitou a consciencialização do potencial da *Digital Storytelling*, ou seja, a criação de histórias digitais com elementos multimédia (áudio e vídeo) e seus diversificados objetivos, podendo ser utilizados por qualquer pessoa, mesmo com capacidades auditiva ou visual reduzida.

Esta interpretação foi significativamente simplificada, sendo o ponto de partida para esta História Medieval o fenómeno central de uma das principais conquistas portuguesas do Reino do Algarve, com o auxílio do Mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia, na tomada de Tavira aos mouros, como represália pela morte de sete dos seus cavaleiros, em junho de 1242, focando também a relação deste burgo com o mundo Ibérico e o Norte de África.

Para além de estudos históricos sobre o desenvolvimento demográfico da população medieval taviense, serviu-nos como modelo a planta de expansão urbana do período final almóada (de 1228 à reconquista cristã, em 1242) de Luís Fraga da Silva, a planta de Tavira incluída no *Atlas do Marquês de Heliche*, retratando a cidade no século XVI, executada pelo pintor Leonardo di Ferrari², um estudo sobre a população e a agricultura do Reino do Algarve de João Baptista da Silva Lopes (1841), diversas cartas de forais provenientes da *Chancelaria de D. Afonso III*, reunidas na obra da autoria de Leontina Ventura e António de Oliveira e, sobretudo, a carta de Foral de 1266, preservada pelo Arquivo Municipal de Tavira, a qual nos permitiu reconstituir a vivência social desta povoação.

A fim de melhor compreender o desafio a que nos propomos, a seguir apresentamos os objetivos que pretendemos atingir, desde a narrativa que tecemos sobre época medieval de Tavira, para, posteriormente, traçarmos o cenário virtual dos feitos mais marcantes dessa história.

² A “Planta de Tavira” que serviu para reconstrução da cidade em formato 3D no *Sketchup* pela autora foi extraída da obra *Algarve, castelos, cercas e fortalezas – As muralhas como património histórico* de Natércia Magalhães. Edição Letras Várias, Edições e Arte. Faro, 2008:223. Consultada: 19/11/2013. URL: <http://www.arqueotavira.com/arqueologia/tavira/atlas/TaviraII.pdf>

Para cada uma dessas metas, abordamos também as atividades que (re)construímos ao longo dessa contextualização, com o manuseio das respetivas ferramentas, para recriar imagens e divulgá-las junto de um público cada vez mais adepto dos espaços digitais.

1. PLANO ESTRATÉGICO

1.1 (1.º) Desafio Estratégico:

Elaborar um texto sobre a tomada de Tavira pelos cristãos e as circunstâncias e consequências dessa conquista aos mouros.

1.1.1 Objetivos

- 1) Contextualizar, em traços gerais, a origem de Tavira antes da invasão muçulmana;
- 2) Elaborar uma interpretação pessoal dos factos históricos, salientando os principais aspetos sociais, lutas políticas, interesses económicos, eclesiásticos, discórdias entre Portugal e Castela sobre o domínio do Algarve e mostrar como uma nova prosperidade da vila de Tavira vai emergir a partir do papel crucial dos forais (carta constitutiva dos concelhos medievais onde se fixavam os direitos e deveres do povo e a maneira de aplicar a justiça) instaurado por Afonso III;
- 3) Explicar a conquista definitiva de Tavira pela Ordem de Santiago.

1.1.2 Atividades

- 1) Pesquisa sobre a primitiva colonização de Tavira, as riquezas naturais e os interesses que essa faixa de terra suscitou ao longo do tempo e que fizeram com que fosse disputada por povos tão diferentes;
- 2) Procura de evidências sobre as fortificações e a estruturação do povoamento intramuros na colina de Santa Maria, testemunhos das estruturas defensivas contra os invasores;

- 3) Recolha de informação sobre a queda definitiva de Tavira nas mãos dos cristãos, em 1242, segundo *A Crónica da Conquista do Algarve*, entre outras fontes.

1.1.3 Resultados Esperados

Fundamentar a narração histórica dos factos, a partir da consulta de memorandos históricos, monografias, arquivos locais e *sites* de repositório de trabalhos já publicados em diferentes suportes culturais (jornais, livros, conferências e congressos), que permitam, de um modo geral, datar os principais monumentos urbanísticos, a cronologia de aspetos históricos concretos e as condições específicas que conduziram ao seu aparecimento.

1.2 (2.º) Desafio Estratégico:

Reconstrução de vivências quotidianas do passado medieval desta região, de forma a dar vida à História.

1.2.1 Objetivos

- 1) Recriar os diversos cenários medievais, em articulação com os monumentos urbanísticos: castelo, igreja matriz (antiga mesquita maior) e ponte romana, através de fotografias manipuladas no *Adobe Photoshop* (com o recorte e montagem de imagens);
- 2) Utilizar o *software Sony Vegas* para adicionar texto, legendas e som, de forma a criar instrumentos digitais que, pelas suas características visuais e auditivas, sejam acessíveis a todo o cidadão;
- 3) Construir uma maquete 3D de forma a dinamizar o conjunto de conteúdos, através da plataforma digital do *Google Sketchup* (desenho de maquetes), e dar animação aos elementos urbanísticos que contam a história de Tavira, proporcionando uma representação tridimensional interativa com o público, num projeto pioneiro nesta área em Tavira.

1.2.2 Atividades

- 1) Registo Fotográfico de monumentos urbanísticos (castelo, igreja e ponte romana) e espaços circundantes, com uma câmara digital *Finepix real 2D e 3D*;
- 2) Pesquisa de projetos digitais desenvolvidos neste âmbito a nível nacional;
- 3) Investigação em feiras medievais decorridas em Portugal que envolvam figurantes em traje medieval em diversas representações próprias da época, resgatando um período da história local, para depois inseri-los em articulação com os monumentos urbanísticos.

1.2.3 Resultados Esperados

Concluído este projeto, pretende-se partilhar o vídeo histórico sobre Tavira no sítio do *Youtube*; fomentar o património cultural; diminuir as distâncias entre o público e a informação; inovar através de uma aplicação de linguagem virtual complementar à narrativa histórica através da reconstituição feita dos acontecimentos que tiveram consequências decisivas na história da minha terra, bem como aduzir os resultados ao Município de Tavira, com o intuito de divulgação imediata.

1.3 Outras Atividades

Paralelamente às atividades apresentadas, ambiciona-se criar uma animação em 3D, onde é possível apresentar um vídeo inédito neste conselho sobre a vila medieval de Tavira.

1.4 Articulação com outras Atividades

Este trabalho tem por objetivo disseminar e apoiar a divulgação da história e do património cultural de Tavira, dando relevo às novas tecnologias, como nova forma de mediação da cultura, através do espaço virtual, e contribuir para o constante crescimento coletivo, incentivando e enraizando novos hábitos culturais, junto de um público que mudou na sua maneira de encarar o mundo.

PARTE II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

2.1 Origens de Tavira

2.1.1 O Enquadramento Histórico

Este estudo teve como objetivo construir um argumento interativo para uma aplicação multimédia de reconstrução histórica da povoação fortificada de Tavira, a partir de imagens que apresentam uma narrativa (visão da povoação no promontório cúneo, castelo e muralhas), com o apoio de sons (os ruídos das gentes e das bestas cavалares) e dos cheiros exalados pela natureza (das hortas da cidade, do variadíssimo arvoredo e da maresia) e das cores (muralhas, casas caiadas, indumentária) que, associados ao texto, combinam sensações distintas, vivificando no palco dos acontecimentos passados cenas de um tempo/espço medieval.

Assim, esta reinterpretação ancorada no passado histórico de Tavira, nas amarras libertadas pelo instinto de contar histórias e pela materialidade da perceção, encorpou novas roupagens por nós produzidas, através do cruzamento da narração com os espaços virtuais do *Adobe Photoshop* (edição de imagem), *Sony Vegas* (edição de vídeo) e do *Google Sketchup* (criação de maquete). Lembremos que, desde os tempos primitivos, passaram por Tavira diversas etnias e crenças religiosas; uns vindos por terra firme, outros pela costa atlântica, e assim se foi forjando a identidade do nosso povo, o seu crescimento económico, cultural e demográfico.

A escolha da primeira metade do século XIII justifica-se pelo interesse que suscitou a conquista de Tavira, graças ao esforço e perseverança dos cavaleiros da Ordem de Santiago e à ação diplomática e moderadora do quinto monarca português. As suas práticas e estratégias militares tiveram um papel decisivo na província desmembrada do Algarve, onde se situa a cidade de Tavira, que foi, outrora, palco da reconquista definitiva do Reino algarvio.

Não só revelamos as diferentes etapas nas quais o nosso protagonista, D. Paio Peres Correia, ajudou os monarcas portugueses a atingirem seus objetivos, como também apresentamos a forma como enfrentou os obstáculos e a maneira como os superou. Seguimos de perto os relatos de autores como Alexandre Herculano, José Mattoso, Damião Peres e os textos régios compilados por Leontina Ventura e António

de Oliveira. Também nos norteámos por outras apresentações em formato multimédia sobre a cidade de Lisboa, nomeadamente, as de Maria Alexandra Gago da Câmara e o programa televisivo *As nossas gentes* de José Hermano Saraiva, que nos inspiraram a contar o heroico episódio do chefe militar santiaguista na Reconquista das últimas praças algarvias.

Sobre Tavira e seu termo, notáveis historiadores afirmaram que a povoação de Tavira ou “Tabira” resultou da arabização do antropónimo “Talábriga”, atribuído pelos galo-celtas, em meados do século IV a.C., ao local que fora um povoado inquestionavelmente estratégico e importante, o que nos conduziu à necessidade de perceber melhor a sua situação geográfica. A região do Algarve manteve nas relações de suas gentes com o mar aberto uma proximidade tão singular, que António Pereira³ ilustrou de forma lírica no célebre verso: "Sou algarvio e a minha rua tem o mar ao fundo" e que define, de certa forma, essa identidade. Para outros exploradores como o Infante, o mar traz e leva ao cais de partida a esperança rumo a novos mundos.

A faixa costeira sensivelmente retangular que representa o Algarve está delimitada a norte pela barreira montanhosa das serras de Monchique e do Caldeirão, banhada a oeste e a sul pelo oceano Atlântico e a leste pelo rio Guadiana, que desagua no referido oceano e define uma barreira natural com a Espanha. Esta “finis terrae” (fim da terra), onde a terra acaba e o mar começa, foi, desde sempre, um espaço onde se ancoraram os traços identitários dos povos que legaram um modo de vida, mas também onde se condensou uma dimensão histórica e civilizacional em constante (re)atualização. No seio das últimas populações que aqui coabitaram destacam-se árabes e berberes, porém também hispano-romanos, hispano-godos, judeus e cristãos, dentre os quais uma grande maioria era cristã falante do árabe, embora tenha mantido as crenças, tomando o nome de “moçárabe”. Uma minoria da população, ainda que não tenha sido obrigada a tal, decidiu converter-se ao Islamismo e os seus membros passaram a ser conhecidos por “muladis” (Marques, 1699:66). O processo de islamização conta com quinhentos anos de herança patrimonial (séculos VIII a XIII) em toda a Península

³ Pereira, António (1914-1978). “O mar ao fundo” poema declamado por Paulo Moreira. Carregado em 07/04/2009 por Pedromeloico. Consultado: 20/11/2014. URL: <http://www.youtube.com/watch?v=CX5S8Y77KGw>.

Ibérica (desde a chegada de um exército liderado pelo general berbere Tarik Ibn Zeyad em 711); estas comunidades, maioritariamente de origem africana, deslocaram-se de terras onde se situam hoje Marrocos, Argélia e a Mauritânia. Aliás, o termo “mouro”, que vem do latim “maurus”, faz referência ao tom de pele escuro da população procedente do norte de África e passou a ser de uso corrente entre cristãos.

Para reencontrar o passado de Tavira, basta contemplar as muralhas, ruelas, becos e casario que o tempo resguardou. Contudo, com o objetivo de lhes conceder vida, tivemos que visitar a História para encontrar o sentido primitivo e profundo das populações e descobrir os conflitos entre mouros e cristãos e entre os Reinos cristãos português e castelhano pela posse do *gharb al-Andaluz*. Aliás, foi durante a ocupação do território meridional da Península pelo califado de Sevilha, que todo o sul peninsular (*al-Andalus*) e sua zona extrema correspondente a Portugal foram designados respetivamente pelos árabes de *al-Andalus*, *al-gharb al-Andalus* (ocidente extremo do *al-Andalus*) ou simplesmente *al-gharb* (o ocidente).

Figura 2.1.1 Mapa dos Califados



Copyright © 2002 Palma. *Os Muçulmanos na Península Ibérica, séc. XI.*

Consultado: 10/12/2014.

URL: <http://palma1.no.sapo.pt/mulcumanos.htm>

Um golpe de estado iniciou um período de guerra civil, em 1009, no *al-Andalus*, a *fitna*, o qual conduziu à fragmentação do principado muçulmano em pequenos Reinos rivais, as *taifas*, encabeçados por senhores ambiciosos que sonhavam estender os seus

domínios às regiões vizinhas. Para manter os Reinos conquistados, estes principados toleravam os hábitos e a religião das populações locais, em troca de “uma tributação ou impostos devidos à administração pública muçulmana” (Mattoso, 1994:385), o que servia para financiar a guerra. No início do século XI, os Almorávidas (dinastia Almorávida 1073-1147), praticantes do cumprimento ortodoxo do Islão, foram chamados por al-Mutamid, o rei poeta da *taifa* de Sevilha, para auxiliar na defesa face ao avanço de Afonso VI de Leão e Castela, e reunificaram o *al-Andalus* por algum tempo, até que este se desintegrou uma vez mais, originando novas *taifas*. Por um lado, na primeira metade do século XII, os Almorávidas combateram em diferentes frentes na Península Ibérica, porém a sua intolerância e fanatismo provocaram revoltas na aristocracia hispano-árabe, nas classes cultas, nas comunidades “muladis” e “moçárabes”. Por outro lado, este período é também marcado pela guerra entre os cristãos, pois, tanto os de Castela e Leão, como os de Portugal, competiam entre si na conquista dos territórios que se encontravam na posse dos muçulmanos.

Com a queda dos Almorávidas, em 1145, os Almóadas (dinastia berbere 1145-1228), unitaristas, no sentido de monoteísmo religioso, invadem a Península e unificam-na sob o seu poder. Nesse período, algumas *taifas* Almorávidas resistiram a grande custo, lutando contra as ofensivas dos cristãos e contra uma nova vaga de *taifas* Almóadas: as *taifas* de Mértola, Silves e Tavira. Mas, os Almorávidas acabaram por ser integrados no califado Almóada que, por sua vez, iniciou um lento declínio a partir do terceiro e último cerco a Tavira, em 1168. Contudo, esse declínio acentuou-se quando os Reinos cristãos ganharam a grande batalha Navas de Tolosa (atual Andaluzia perto de Jaén) em 1212, derrotando os Almóadas e contribuindo para o grande avanço da Cruz contra o Crescente na Península Ibérica. Depois do desaparecimento dos Almóadas, os Estados muçulmanos da Espanha estiveram frequentemente em luta uns com os outros. Apesar da poderosa força unificadora do ponto de vista espiritual e cultural, o Islão não constituiria, em termos políticos e militares, um elemento de coesão capaz de suplantar as divergências de interesses entre os príncipes. Nesta sequência, parece-nos pois que esses desentendimentos dos Reinos de *taifas* (1228-1262) contribuiriam para consolidar a presença cristã no *al-gharb* e facilitar a tomada das praças algarvias.

Naquele tempo, o governador mouro em Tavira era Aben-Fabila que vivia em relativa harmonia junto do seu séquito. Todos os dias, às portas do castelo, a população vinha escoar os seus produtos, pois a vila mantinha a principal praça no interior da muralha. No entanto, a praça da Ribeira fervilhava de mercadores que procuravam adquirir, trocar ou vender as suas mercadorias, num quotidiano onde a vida da terra e do mar se mantinham ativas em torno da importante aglomeração. Era assim, que a organização económica da época muçulmana promovia os produtos da região: cereais, frutos frescos, frutos secos, hortaliças, leguminosas, azeite, pão, mel, peixe das várias espécies, existentes no mar ali próximo, e o sal. Mal sabiam os mouros que, muito em breve, esta situação iria mudar com a célebre conquista comandada por D. Paio Peres Correia, em 11 de junho de 1242. Porquanto, desde 1239, Tavira fora retomada e perdida para os mouros sem jamais perder a sua importância no Reino dos Algarves. Terá sido neste contexto que nasceu a lenda da moura encantada do castelo de Tavira, a qual revela que, neste espaço, existia uma moura que, todos os anos, na noite de São João, aparecia a chorar o seu triste destino.

Lembremos que as histórias narrativas das cidades medievais portuguesas mais estudadas até ao momento cingem-se à importância dos mosteiros ou dos conventos implantados, e à ocupação das sucessivas cortes régias e subsequente crescimento demográfico, como é o caso das regiões do Centro e Norte de Portugal, mormente as cidades de Lisboa, Coimbra, Santarém, Porto, Guimarães, Braga. Quiçá, devido às consequências das guerras, das ruínas causadas pela ação do tempo, pelas catástrofes naturais e escassez de fontes antigas dos tempos incertos medievais, a tão cobiçada vila de Tavira situada na região sul e litoral do Algarve ou *al-Gharb al-Andalus* (assim referida pelos árabes) comece a ser mais conhecida pelos fluxos e refluxos da Reconquista Cristã.

2.1.2 A Origem de Tavira e os seus monumentos mais marcantes

A cidade milenar de Tavira (ou “Tabira” como ficou conhecida na época medieval) foi-se afigurando importante povoação ao longo dos séculos em que foi ocupada sucessivamente por Fenícios (aproximadamente 700 a.C.) Gregos (384 a.C.) Celtas, (356 a.C.), Cartagineses (237 a.C.), Romanos (de 201 a.C. até ao ano 410 d.C.) e sua importância não parou de crescer apesar das invasões (409-411 d.C.) dos Suevos,

Vândalos e Visigodos, tendo estes últimos sido vencidos pelos mouros (711 d.C.), que se tornaram, por seu turno, os grandes senhores da Península Ibérica.

Figura 2.1.2 Mapa do Reino de Portugal
Porto de Tavira, 1634, in El Atlas del Rey Planeta⁴.



Atlas de Pedro Teixeira *in* Imprompto.
Consultado: 19/11/2013.

URL: <http://arkeotavira.com/Mapas/Teixeira/Portugal.pdf>

Não obstante, como acontece com a maioria das povoações primitivas, o enigma perdura quanto à sua fundação. Pretendem alguns, como Ana Arruda, que a ocupação de Tavira ter-se-ia corporalizado em 657 a.C., em estreita ligação com a colonização Fenícia (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008:125).⁵ Já Carlos Calisto⁶ considera que poderia “ter sido uma colónia fundada por navegadores Gregos”, pelos anos 384 a.C. Outros historiadores, todavia, “lhe dão muito maior antiguidade”, como é o caso de Damião Vasconcelos que, na sua obra pioneira, *Notícias Históricas de Tavira*, 1242-1840, descreve “que o seu fundador foi Briga o quarto rei das Espanhas, pelos anos de

⁴ Mapa extraído do *El Atlas del Rey Planeta* ([El Atlas del Rey Planeta](#)) da Editora Nerea, S. A., publicado em 2002, que reúne gravuras referentes ao território português, nomeadamente o atlas de Pedro Teixeira, apresentando os portos, barras e paisagens litorais da Península Ibérica em 1634 in *O Corpus Territorial do Sul*, um projeto do Campo Arqueológico de Tavira.

URL: <http://arkeotavira.com/Mapas/Teixeira/Portugal.pdf>; in Mapas Antigos do Algarve e de Portugal. Consultado:19/11/2013.URL: <https://www.google.pt/search?q=Reino+de+Portugal+e+do+Algarve+mapas+e+gravuras&client=>.

⁵ Cavaco, Sandra Cristina da Costa Fialho Palma. *O Arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de mestrado, *Portugal Islâmico e o Mediterrâneo*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2011. Consultado: 13/01/2014 URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/3109>.

⁶ Calisto, Carlos Pereira. *A Praça de Guerra de Tavira.*, no Jornal “Diário de Notícias” do 12 de março de 1988: 28.

1890 a.C. dando-lhe o nome de Talábriga, que depois os árabes corromperam para Tabira e os portugueses em Tavila ou Tavira.” (Vasconcelos,1989:15).

Figura 2.1.3 Ilustração do Porto de Tavira
*in El Atlas del Rey Planeta*⁷



Autoria de Pedro Teixeira. Consultado: 19/11/2013.
URL: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/Teixeira/index.pdf>.

Alternativamente, a teoria do historiador Arnaldo Anica sugere que:

Tavira teria sido inicialmente uma povoação *aberta*, sem muralhas, que se criou espontaneamente junto da fonte perene que brota no sopé do cabeço, junto do Rio Séqua, onde os navios de antanho viriam fazer aguada. (...) Mas tendo o povoado atingido certa dimensão, os dirigentes árabes da Andaluzia terão, provavelmente no século XI, resolvido cercá-lo de muralhas.

[Anica, 1993: 266]

Efetivamente, pouco se conhece sobre o período de mais de mil anos, entre o abandono do povoado turdetano da idade do ferro em finais do século IV a.C. e o nascimento da alcaria de Tabira nos finais do século XI d.C., por conseguinte, já num período muito avançado do domínio islâmico. No entanto, parece-nos credível que o papel das diferentes populações que por aqui passaram tenha sido determinante para a construção de novos parâmetros socioeconómicos, políticos e culturais. Os registos históricos, em particular o *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses* (1948),

⁷ Mapa extraído de *El Atlas del Rey Planeta*, de Felipe Pereda y Fernando Marías Franco (eds.), Nerea, 2002, reúne a publicação do inédito *Atlas de Viena*, da autoria de Pedro Teixeira. A obra do geógrafo de origem portuguesa, terminada em 1634, constitui um marco destacado no repertório de fontes históricas sobre os portos, barras e paisagens litorais da Península Ibérica no século XVII. Consultado: 19/11/2013. URL: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/Teixeira/index.pdf>.

asseguram-nos que o povoado antigo de Tavira “nasceu num promontório a 44 metros acima do nível do mar”, delimitado a oeste e a sul pelo oceano Atlântico. A norte desfila uma cordilheira de serras que desde o Atlântico, a ocidente, impõe a serra de Monchique (902 metros) e a oriente a Serra do Caldeirão (577 metros), onde convergem vales profundos, densas florestas aos quais se agrega um conjunto de montes de menor declive pontuados de aglomerações agrícolas dispersas ao redor da cidade (Almeida, 1947:508). Na orla oriental, a seis léguas desta localidade, os montes vão-se aplanando até à margem direita do rio Guadiana, via privilegiada de transporte, comunicação e escoamento do minério e dos produtos agrícolas entre os povoados de *Baesuris* (atual Castro Marim), *Mirtilis* (atual Mértola) e as praças norte africanas e mediterrâneas ocidentais, e principal baliza de discórdias entre as coroas portuguesa e castelhana acerca da soberania do Algarve.

Os notáveis vestígios das vias romanas de que fornece notícia o célebre *Itinerário de Antonino* ligavam as terras *Baesuris*⁸ (atual cidade de Castro Marim que borda o rio Guadiana), a *Balsa*⁹ (atual sítio das Antas na periférica povoação de Tavira), passagem inevitável pelo rio Séqua, onde a cota mais baixa das águas permitia essa travessia, ligando-a com a outra margem direita do rio e desta localidade a Ossónoba (atual cidade de Faro).

⁸ Silva, Luís Fraga da. Sobre *A via romana Baesuris-Balsa*. Trabalho publicado por Campo Arqueológico de Tavira, 2005. Consultado: 13/01/2014. URL: <http://imprompto.blogspot.pt/search/label/Tavira>. Dentro deste tema foi também consultado *Vias Romanas em Portugal – Itinerário de Antonino*, publicado por Pedro Soutinho, 2004-2012. Consultado: 13/01/2014. URL: <http://viasromanas.planetaclix.pt/#via21>.
⁹ A palavra “balsa” ou “balça” tem várias significações, podendo ser: “silvado basto” com que se veda uma propriedade rural – “ramal de coral” que a força das ondas arranca do fundo do mar – “lugar apaulado” coberto de matagais, charcos, ou lagoas – “dorna” em que se pisam uvas – “jangada” feita de madeira para andar sobre a água e finalmente “bandeira” dos templários que era branca e preta. Talvez, porém, “Balsa” como nome de “Tavira” venha da 2.^a significação (ramo de coral).

Figura 2.1.4 Vias Romanas do Sul de Portugal. Itinerário de Antonino.
Campo Arqueológico de Tavira.



Publicado por Pedro Soutinho, 2004-2012.

Consultado: 13/01/2014.

URL: <http://viasromanas.planetaclix.pt/#via21>

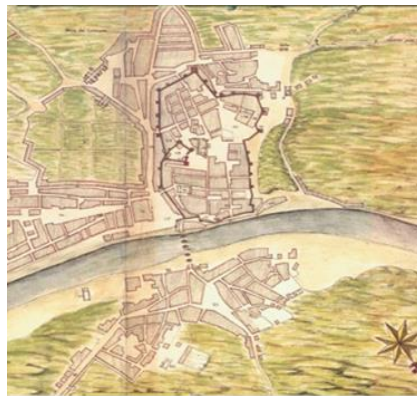
Sobre estas vias já Luís Fraga da Silva fez um estudo detalhado in *Tavira Romana*, do qual importa salientar que, para além destes caminhos constituírem o suporte de toda uma rede viária regional, alguns deles serviam de nó de ligação entre o interior e o litoral algarvio.

De maneira idêntica, faziam parte dos registos romanos as estalagens destinadas ao descanso e aprovisionamento dos viajantes com montadas durante esses percursos terrestres. Para além de alguns vestígios arqueológicos da Época Romana encontrados em Tavira, tais como uma necrópole no campo da Atalaia (nas imediações da zona amuralhada), é todavia no sítio das Antas, povoado situado a uma légua¹⁰ (seis

¹⁰ Soares, Rui João Baptista. *Medidas usadas ao tempo do foral de Tavira de 1504: comparação com as do sistema métrico decimal*. O autor explica que: “Originariamente, a légua tinha três milhas de mil passos de Salomão, ou seja, 1833,33 m. Talvez por esta razão, e apesar de em vários países os valores serem bastante díspares, a milha é, aproximadamente, a terça parte da légua; ora, tendo esta sido fixada por decreto de 2 de Maio de 1855 com o valor de 5000 m, deduz-se que a milha portuguesa corresponde a 1666,67m.” (Soares, 2006:144).

quilómetros) da cidade, entre as vizinhas aldeias de Santa Luzia e da Senhora da Luz, que se observa o maior acervo arqueológico de origem romana, cuja riqueza perdurou até ao século VI d.C.. Segundo Arnaldo Anica, o povoado de Tavira teria sido “um espaço aberto, tendo-se formado nas imediações da Fonte das Quatro Bicas a jusante da margem direita do rio Séqua, onde incidia o abastecimento das embarcações e o desenvolvimento do porto” (Anica, 1993:263,266). No entanto, o general João de Almeida diverge daquele autor, afirmando que “a primeira fortaleza teria consistido num castro de povoamento do período neolítico, edificado no cume do outeiro que se levantava a uma cota de 44 metros na margem direita do Asseca (...) e que os Romanos, por sua vez, teriam remodelado a fortaleza transformando-a numa base militar em meados do século II a.C.” (Almeida,1947:508-509).

Figura 2.1.5 Planta da cidade de Tavira, 1645¹¹



Postado por Balsense in “Imprompto” em 04/04/2008.
Consultado:23/04/2014

(URL: <http://imprompto.blogspot.pt/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>)

O certo é que as estruturas portuárias ali existentes, derivadas da navegabilidade das rias e estuários, contribuíram para o desenvolvimento de inúmeras atividades

¹¹A Planta de Tavira está integrada no Atlas do Marquês de Heliche, pertencente ao Arquivo Militar de Estocolmo, executada pelo pintor italiano Leonardo Ferrari (1645) e publicada em *Imagens de um Império perdido, El Atlas del Marqués de Heliche, Plantas de diferentes Plazas de España, Itália, Flandres y Las Índias*. Contém 117 mapas, incluindo 3 relativos ao Algarve: Tavira, Castro Marim e Lagos, sendo os dois primeiros inéditos. Consultado: 23/04/2014.

URL: <http://imprompto.blogspot.pt/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>. Neste mapa podemos visualizar o centro da cidade com a Horta d’el Rei à esquerda da muralha e a igreja e a alcáçova no interior do perímetro amuralhado.

comerciais, as quais, a partir do século X, salienta Abdallah Khawli, tinham-se tornado no “elemento dinâmico e central do desenvolvimento económico e social da cidade (...) com os seus arrabaldes de pescadores e comerciantes, certamente implantados a jusante da ponte, junto aos areais onde aguavam as pesadas barcas de mercadorias e os rápidos veleiros de corso” (Khawli, 2003:142-143). Contudo, as pesquisas arqueológicas realizadas somente no século XIX, nas cercanias das Antas e na Quinta da Trindade, ambas na freguesia da Luz deste concelho, a cinco quilómetros de Tavira, revelaram a localização de centenas de sepulturas, diversos vasos lacrimatórios de barro, ânforas, ferramentas e outros objetos romanos.

Temos a convicção de que a primeira fortaleza erguida em Tavira terá sido o castelo, provavelmente ainda antes da invasão dos mouros empreendida no ano de 711 d.C. Estes terão depois construído ao lado dele a torre octogonal e, a partir desta, as muralhas com que cercaram toda a Medina. Terão completado, ainda nesse tempo, a defesa da povoação, a Torre do Mar, situada junto da entrada sul da ponte, com passagem superior, sobre arcos, para o interior das muralhas, e outra torre, além da ponte que aparece na planta, a partir do Atlas do Marquês de Heliche, executado pelo pintor italiano Leonardo de Ferrari (1650-1655) in *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas – As Muralhas como Património Histórico* de Natércia Magalhães (Magalhães, 2008:223).

Efetivamente, quando os mouros do Norte de África atravessaram o estreito de Gibraltar e desembarcaram na Península Ibérica, encontraram uma monarquia visigótica fragilizada pela guerra civil e fragmentada em grupos distintos. Com a vitória dos muçulmanos na batalha de Guadalete em 19 de julho de 711, tornou-se assim possível aos Árabes tomar a maior parte da Península (depois conhecida como *al-Andalus*) aos Visigodos, ali instalados desde o século VI. A organização social composta por uma diminuta casta militar (guerreiros, bellatores), que dominava assente no regime da serventia da maior parte da população trabalhadora (laboratores), teve uma visível transformação territorial e administrativa, lavrada pelas mãos dos árabes, no início, em meados do século XI. O sul da Península foi então submetido a uma divisão em pequenos Reinos, estados e repúblicas muçulmanas ou principados independentes (Reinos de *taifas*), aos quais corresponderia um território ou distrito com suas alcarias

(vilas), aldeias e respetivos campos de cultura e pasto. Entretanto, a legislação muçulmana, segundo o rito de *Malek* (o rito xiita mais moderado e mais próximo de Maomé), garantia aos cristãos e às outras etnias a condição dos vencidos: poderem viver em paz, mantendo as suas crenças, as suas leis, dispondo livremente de todos os seus bens mediante o pagamento de um tributo aos vencedores, impondo-se ainda o respeito pela ordem pública e pela religião dos dominadores (Barros, 1885:44). Durante a dominação árabe, a toponímia revela-nos outros aspetos que acabariam por se tornar um referente correspondente a esse lugar. Assim sendo, Abdallah Khawli, num artigo intitulado “Tavira Islâmica, Novos Dados sobre a sua História”, sugeriu que o topónimo de Tavira teria sido criado a partir do verbo “tabara” que significa “esconder-se”, por esta vila ser dificilmente observável a partir da entrada da barra pelas ilhas paralelas à costa, que traçam um cordão dunar e, do lado da terra, pela extensa barreira montanhosa da serra de Monchique de orientação este-oeste (Khawli, 2003:132).

A maioria da população portuguesa subordinada manteve-se cristã durante a ocupação do *gharb al-Andalus*, apesar de cerca de trezentos anos de domínio islâmico, a julgar pela importante população moçárabe¹² (987 d.C.) já existente no sítio de *Tabira*. Mas também, pelo desenvolvimento urbano caracterizado pela construção dos primeiros panos de muralha e mesquita maior durante o domínio dos Almorávidas (1091 a 1144) e pela independência política de *Tabira*, transformada em pequena “Medina”, com um novo bairro na parte oriental do morro, acrescidos da ponte e do espaço portuário (de 1144 a 1168). Posteriormente a cidade foi submetida ao poder dos Almóadas, singularizado pela máxima expansão urbana da “Medina” de *Tabira*, com o reforço das estruturas defensivas e amuralhamento de um novo bairro Ocidental (de 1168 a 1242). Não obstante, o que sobrelevou em importância para os reis cristãos, tanto para o monarca português, como para o castelhano, foram as contendas de ordem religiosa, opondo constantemente os Almorávidas (partidários de um chefe religioso) aos Almóadas (unitários, adoradores do Deus único), que consideraram aqueles como politeístas e cujas rebeliões contribuiriam para o seu enfraquecimento e para o avanço da conquista cristã. Contudo, foi no ano de 1151 que se produziram as principais

¹² Ilustrada pela lápide tumular do bispo *Julianus*, datada de 987, encontrada em Fonte Salgada, nos arredores de Tavira.

revoltas e se instauraram novas realidades políticas entre os Almorávidas (os berberes, tribo do deserto) e os Almóadas (berberes de corrente asceta formada por intelectuais) que acusaram aqueles de incapacidade para revigorar o estado Muçulmano na Península Ibérica e de sustentar a reconquista ibérica cristã. Após a derrota dos Almorávidas, os Almóadas submeteram com algum sucesso cidades como Mértola, Silves e Tavira entre 1168 e 1179.

Quando os Almóadas, últimos senhores islâmicos chegaram à Península Ibérica e decidiram ocupar o atual território português, depararam-se com um novo problema, pois Tavira era uma base de corsários que empregava navios de remo (Pedrosa, 2013:24). Lado a lado, piratas, bandidos, mercenários, corsários e toda uma espécie de meliantes partilhavam com a população local o novo arrabalde ocidental. Aliás, as fontes escritas árabes da altura referem-se a Tavira como uma república de piratas (Cavaco, 2011:45). Estes corsários causavam constantemente muitos danos aos mercadores e viajantes muçulmanos, tanto por terra como por mar. Dada a situação, os Almóadas decidiram sitiá-la, em 1151, que, não caíndo logo, foi alvo de nova tentativa em 1157. Os invasores decidiram manter o cerco durante dois meses consecutivos à cidade que voltou a resistir até que, em 1168, os Almóadas acamparam suas hostes em Cacela e, montando um cerco “com importantes efetivos militares, avançaram simultaneamente por terra e por mar”, submeteram os habitantes e conseguiram finalmente apoderar-se de Tavira (*Ibidem.*, p.45). Assim a cidade foi colocada sob o domínio do muçulmano, Abû Alí al-Hasan que aceitou o convite do irmão Iûsuf Abû Iaqûb (1163-1184), emir de Sevilha, para governar Tavira, que reconheceu a importância daquela praça fortificada (Cavaco, 2011:46). A guerra nesses tempos consistia na estratégia da “espera”, em que os atacantes não podiam esmorecer um só momento face a tão difícil empreitada, como a de transpor as muralhas ou de arrombar as portas dos castelos. Os que permaneciam no exterior ficavam na expectativa daqueles que estavam no interior de se renderem e quem tivesse mais paciência e reservas em géneros alimentícios tornava-se o vencedor. Todavia, Tavira, rica em águas potáveis, provenientes de reservas subterrâneas, mantinha os habitantes abastecidos ao longo do ano graças a um sistema de captação, condução e armazenamento. Referimo-nos, em particular, à água que brotava da nascente no sítio da mesquita maior “[...] por baixo da atual sacristia da Igreja de Santa Maria do Castelo”. Também, as nascentes de

água intramuros abasteciam a “Fonte das Muitas Bicas”, junto ao rio ainda presente nos nossos dias (Maria Maia, 2008:163). Portanto, em Tavira não se morria à sede, mas açoitados pela fome ou pelas enfermidades decorrentes da acumulação de cadáveres, as populações acabariam debilitadas e sujeitas aos assaltos dos inimigos. Como os Almóadas não se deram por vencidos e, pela ação dupla e persistente que teriam mantido durante aquele cerco, acabariam por impor o seu domínio sobre a vila.

Figura 2.1.6 Reconstituição da *Planta de Tavira* da autoria de Leonardo di Ferrari (1645) incluída no Atlas do Marquês de Heliche, Arquivo Militar de Estocolmo e reconstituída no Sketchup pela autora.



Contudo, a zona amuralhada que define a Vila a Dentro (vila intramuros) de Tavira, situada na margem direita do rio Séquia, foi o local onde teria sido edificada a primeira fortificação de utilidade militar. De acordo com os primeiros resultados de

estudos arqueológicos e históricos de Tavira realizados em 1997, a zona amuralhada teria várias portas e estendia-se ao longo de um perímetro de 5,5 hectares. Algumas ruínas da estrutura amuralhada inicial e troços do castelo decorrentes dessas escavações arqueológicas dirigidas por Maria Maia e Manuel Maia¹³ permitiram identificar esses destroços “como fazendo parte de um conjunto defensivo fenício, não só pelas suas dimensões, como ainda pelo espólio que lhe estava associado” (Maia, 2000:121-150). O traçado original do castelo já não existe, mesmo assim, através de plantas antigas, sabemos que teria sido defendido por sete torres, das quais permaneceram quatro. As mesmas eram todas quadrangulares e adossadas à muralha com exceção da torre albarrã; que formava um arco de volta perfeita e estava afastada da muralha numa linha avançada, mas a ela unida por um passadiço, que ajudava na defesa da cidade. Para além desta, há mais torres albarrãs que ajudavam a controlar os quilómetros de panorâmica e vigiar quem vinha da serra, do mar, ou das terras circundantes, sem que os vigilantes fossem vistos. O aparelho construtivo de taipa foi posteriormente revestido de pedra, resultante dos trabalhos de restauro decorridos entre 1939 e 1940. Existem alguns torreões que não são propriamente todos da época islâmica, mas que sobreviveram e atualmente abrigam habitações particulares. Esta conjugação da vivência de habitações privadas com a estrutura física dos torreões pertencentes à muralha está intimamente ligada a uma dada época histórica de Tavira.

Embora alguns dos troços amuralhados se mantenham integrados no interior de várias casas, é possível observar a complexa estrutura defensiva que ainda hoje subsiste e com os quais convivemos quotidianamente. Observando-os, podemos constatar que, para além de uma determinada função, estes elementos pétreos foram construídos em épocas diferentes. Inicialmente as casas estavam no lado interior dos panos amuralhados, porém, após a reconquista cristã, a população muçulmana ao ser obrigada a sair do interior das muralhas, foi agregando construções no seu exterior. As muralhas

¹³ Maia, M. Garcia Pereira. “Fenícios y Territorio” in Atas del II Seminário Internacional sobre Temas Fenícios, Alicante, 2000 pp., 121-150. 1.º Relatório da descoberta do povoado fenício de Tavira. Descrição das estruturas escavadas e análise do enquadramento geopolítico do povoado na colonização fenícia do Ocidente. Versão 30/01/2003. Consultado: 13/01/2014. URL: www.arkeotavira.com.

desempenhavam geralmente um papel defensivo, mas, para além da proteção de pessoas e habitações, também exerciam uma função dissuasora, ou seja, de impedir o ataque, uma vez que, ao depararem-se com uma barreira de pedra, eventuais invasores imaginariam a empresa muito mais difícil e abandonariam as suas intenções de combate.

Outros estudos revelam que a mesquita árabe existente na zona Vila a Dentro, onde se encontravam os edifícios principais, quer políticos quer religiosos, teria idêntica função de proteção e vigilância. Pois, para além de assentar sobre uma nascente, o que teria facilitado a existência de uma fonte para uso exclusivo de banhos ou ablução praticados pelos muçulmanos no decurso de seus rituais, a localização no ponto mais alto, de acordo com Abdallah Khawli:

a sua implantação pode explicar-se pelo facto de o seu minarete, no período muçulmano, além da função de chamamento dos fiéis às orações diárias, ter servido de atalaia e de farol, respetivamente, para o controle da costa e para orientar o rumo aos navios no porto de Tavira.

[Khawli, A., 2003:138]

A “taipa militar” que temos neste castelo é idêntica à do castelo de Paderne. A “taipa militar” era feita com o preenchimento de cofragens (um caixilho em madeira de 80 cm de altura por 75 centímetros de comprimento) com uma mistura de terra calcada, cal e pedra. Ao juntar as várias cofragens de idênticas dimensões, obtinha-se um pano de muralha, de modo a sugerir o aglomerado de enormes pedras, a quem as observasse a uma certa distância.

Compreende-se que, em outras muralhas, as torres tenham sido pintadas com os elementos pétreos, a fim de conferir a aparência das gigantescas construções defensivas a potenciais invasores. Esta função é levada ao extremo em Paderne, que tinha uma muralha em “taipa” pintada com imitações de silhares para que todos aqueles que se aproximassem tivessem a impressão de uma enorme estrutura em pedra inexpugnável e difícil de conquistar, o que os levaria a desistir de qualquer investida. Com exceção dos panos de muralha e das torres, as portas das muralhas eram um ponto frágil do acesso à urbe, sendo regularmente colocados silhares de pedra, como os cunhais, para maior robustez ainda observáveis nos nossos dias.

No caso da muralha de Tavira, acrescia uma terceira função que consistia no amparo em caso de cheias ocasionadas pelo caudal do rio, visto que todos os bens que

estivessem fora do perímetro das muralhas não eram poupados às inundações. Um dos troços da muralha que se encontra no atual Museu Islâmico, no sítio da antiga agência do Banco Nacional Ultramarino, tem aproximadamente treze metros com uma espessura considerável, a ponto de ter alojado a caixa forte da referida instituição bancária, numa parte interior escavada dentro da muralha para esse fim. Atualmente, não apenas em Tavira, mas também em várias outras cidades, arqueólogos e investigadores que procuram estudar as características das muralhas encontram alguns obstáculos. Se por um lado, as casas privadas construídas contra as muralhas tem sido alvo de escavações para alargar as suas áreas, com a consequente apropriação das muralhas por parte dos moradores; por outro, fragmentos importantes que estão no interior das habitações ou dentro de quintais privados, carecem de levantamento e datação por falta de acordo quanto ao acesso às residências.

Os Almóadas não se limitaram a aumentar o perímetro amuralhado, porque Tavira estava cada vez mais ameaçada, mas também reforçaram a cintura defensiva com o acréscimo de várias torres, embora algumas tenham remodelações cristãs. Essas torres estão dispostas nos panos da muralha junto às portas, considerados pontos nevralgicos, necessitando de particular proteção e constante veladura, devido ao risco de assalto. É o caso da porta de Alfeição que tinha uma torre de vigia, assim como na travessa do Buraco, onde teria havido uma porta com o mesmo nome, derivado à sua estreiteza, e que daria acesso à Mouraria. Uma das três portas principais da cidade foi a porta de Alfeição ou Afeição do árabe al-Hasain (Afeyçam), sendo a evolução /h > f/ e a ditongação da vogal nasal regular na adaptação do árabe para o romance. Dentre os investigadores contemporâneos do *Gharb*, Mário Barroca, arqueólogo Medieval, têm a convicção firme de que esta porta é de origem cristã, dado que a sua abertura foi “um dos primeiros atos de soberania de Afonso III em relação a Tavira, depois desta povoação ter finalmente regressado à posse da coroa portuguesa” (Barroca, 2003:315). Por outro lado, a existência de uma lápide da porta de Alfeição “implantada na parede da cadeia velha após destruição da porta, atribui sua reedificação a 1273” (Vasconcelos, 1989:270). No entanto, outros verificam que a porta tem a forma de uma ferradura, o que leva a pensar que é da época islâmica. A porta de Alfeição, como muitas outras, estava protegida por uma torre que foi demolida em 1854 para dar origem ao edifício que se encontra atualmente nesse mesmo local. No entanto, o foral de 1276 de D.

Afonso III menciona, não a porta, mas o celeiro de Alfeição, referindo-se ao local onde se guardavam as colheitas da horta del Rei e que ficava ali perto, porém, se o nome da porta é anterior ou posterior não se sabe. Outro detalhe que o Foral menciona é que havia duas hortas na cidade: uma que ficou para o rei - a Horta del Rey - e a outra que foi dada ao bispo de Silves, pelo que faz sentido que as hortas estando nas proximidades houvesse uma porta de serventia aos trabalhadores circulando em ambos os espaços. Para além da porta de Alfeição e da porta do Postigo, referenciadas em fontes escritas, como *A Crónica da Conquista do Algarve* por Frei Joaquim Agostinho, existiriam mais duas portas. A porta Nova ou porta da Vila Fria, situada no fim da rua dos Pelómes ou Pelames, que ligava a Fonte da Praça com a azinhaga da Bela-Fria, na margem direita do rio; o acesso à vila fazia-se por esta mesma riba, pela porta do Terreiro da Vila, rematada por duas torres albarrãs, e permitia a circulação entre o interior do perímetro amuralhado e a praça da Ribeira. Embora alguns investigadores defendam a presença de três portas, outros estimam quatro.

Antes de Tavira ter muralhas, existiria apenas o castelo que teria sido uma espécie de ponta avançada, controlando não só a barra, como também o curso do rio. Tavira foi crescendo e sendo provida de sucessivos panos amuralhados, sendo que a primeira muralha é da época Fenícia. Desta resta um troço conservado com treze metros de comprimento e nove metros e meio de largura, muito parecido com as muralhas existentes em Cádiz, no Castelo de D. Branca, que são sítios de referência para a ocupação fenícia na Península Ibérica. Porém, com a partida deste povo, Tavira ficou abandonada durante cerca de catorze séculos, pois, somente no período Islâmico, é que foi novamente possível assentar nesta zona, porque os romanos preferiram ocupar a Balsa, sítio a seis quilómetros de Tavira. Possivelmente, numa primeira fase, o sítio de Tavira integraria algumas casas de pescadores e de indivíduos, com pequenas hortas, que foram adaptando as suas existências à realidade quotidiana. Depois, Tavira foi ganhando importância e, entre os séculos XI e XII, foram-se acrescentando algumas estruturas amuralhadas em redor da alcáçova, às quais vieram juntar-se as duas mesquitas (mesquita maior e mesquita menor), reunindo-se, num só lugar, os poderes político e religioso. O castelo atual já não é, naturalmente, o de origem, dadas as várias campanhas de obras que, quer em época medieval cristã, quer em época moderna e também no século XX, esta edificação sofreu, e das quais resultaram alterações

significativas. Como exemplo, podemos referir a porta do castelo que, apesar de conservar a posição da antiga porta, data do século XX, tendo sido realizada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁴, na década de 60, depois de uma derrocada. O castelo de Tavira não tinha ameias, sendo que as que existem datam do século XX, já que as originais do castelo foram demolidas para substituir por peças de artilharia, quando chegaram os canhões. Neste sentido, utiliza-se a nomenclatura torres ameadas e não panos de muralhas ameadas, pois os panos originais teriam sido feitos em “taipa” diferente do que existe atualmente. Com o passar dos tempos e por questões de reabilitação, a “taipa” original foi sendo substituída por pedra, sendo o exterior muito posterior. Em 1621, Alexandre Massai foi contratado pelo Rei para realizar o levantamento das defesas militares da costa alentejana e do Algarve, nomeadamente de suas baterias. Este referiu que o castelo de Tavira era feito de terra, ao modo antigo, pelo que seria inútil o investimento da sua recuperação.

Que resoluções tomaram os Almóadas, esses grandes senhores do *al-Andaluz*, quando chegaram a Tavira, depois do longo cerco para conquistar a vila? Tavira desenvolveu-se ao estatuto de cidade e atinge-o porque razões?

Nesses tempos, já era verificado um importante aumento da população em Tavira, cidade muito concorrida pelos mouros, mercadores do Mediterrâneo e de África e os piratas aliciados pela qualidade das transações mercantis que afluíam constantemente a esta cidade. Atraídos estavam também pela posição estratégica da vila, riquezas minerais (ferro, cobre), terras férteis (olivais, vinhas), venatória (veados e javalis), piscatória (peixes e mariscos), recursos hídricos (nascentes, fontes, poços) e marinhas de sal, indispensável à conservação dos alimentos, durante o longo e penoso transporte terrestre e marítimo. A cidade de Tavira começou a desenvolver-se, conforme atestam os registos de *ulemá* (ulemas eram sábios, quase considerados como homens santos), que vieram para resolver as situações jurídicas durante a época Almóada (Cavaco, 2011:28).

¹⁴ A este respeito veja-se o Sítio dos monumentos do inventário do património arquitetónico (SIPA) do autor: João Neto 1991. Atualizado:2001.
Consultado: 18/10/2013. URL:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2833

Contudo, é curioso o facto de permanecerem até aos nossos dias uma série de referências toponímicas das ruas que são testemunho vivo da diversificação de atividades, do desenvolvimento económico e demográfico, quer pela população, quer também pela associação aos ofícios que desenvolveram. A título de exemplo, citamos a rua dos mouros, a rua das olarias, a rua das capacheiras (vem do nome atribuído às senhoras que faziam as tapeçarias) e a rua da porta do Postigo, mais aludida na cidade por se tratar da porta pela qual entrou D. Paio Correia quando tomou Tavira aos mouros. Sabe-se que ao largo da porta do Postigo, mesmo junto à muralha virada para o poente, cresceu o novo bairro dos mouros forros, quase rural, com casas de campo em plena urbe, quintais, hortazinhas, fornos de pão e pocilgas, onde criavam porcos (Adragão, 1985:113). Viviam os mouros, assim como os judeus, em bairros separados; em parte, assim o exigiam os trabalhos agrícolas a que se dedicavam muitos dos sarracenos. Após a Reconquista, os mouros forros conservavam no seu arrabalde junto à muralha: alcaide, tabeliães e oficiais de justiça, cadeia, escola, mesquita e banhos.

Os árabes comemoravam as festas segundo o Alcorão, usando vestuário mourisco para as circunstâncias, pagando ao monarca português os mesmos impostos que antes eram obrigados a pagar ao alcaide muçulmano (Vasconcelos, 1937:222). Pensa-se que os cristãos, ao afastarem os mouros para o bairro da mouraria, com alguma maldade, dificultariam também os acessos destes em relação ao rio, quando, na realidade, a sua vivência dependia da pesca, do comércio e dos ofícios que desempenhavam. O atual convento da Pousada da Graça tem um núcleo museológico, datando de um bairro Almóada, que é também uma referência da estrutura urbana da época medieval. A constituição desse bairro composto por treze casas e vários pátios não estão todos visíveis por opção da Direção Geral da Cultura. Apenas um troço da muralha ficou a descoberto e é possível ver as estruturas, alguns materiais de construção como as telhas, objetos do quotidiano, sendo possível identificar muitas das peças que usamos diariamente e que remetem para essas influências.

Na segunda metade do século XIII, a aglomeração rondaria os cinco hectares e meio de zona amuralhada que delimitavam a Vila a Dentro, com várias portas, castelo, antiga mesquita maior transformada em sagrada Igreja de Santa Maria depois da Reconquista cristã. Mantém-se, até hoje, alguns panos de muralha e torres, calçadas,

ruas, becos e áreas habitacionais, tanto a este como a oeste do rio Séqua (ou Aceca, conforme mencionado no foral de Afonso III). Também, nas encostas agrestes do nordeste, abundam entre os “arrabaldes construídos de raiz diretamente sobre a rocha” as estreitas azinhagas da Bela Fria¹⁵ ou Vila Fria, os Rossios de Santa Ana e de São Brás (Cavaco, 2011:80). A estrutura defensiva apresentava alguma complexidade que ainda hoje é possível observar, nomeadamente vários troços que tiveram alguma função numa determinada época e que atualmente estão integrados no interior das casas e quintais.

Pela evolução urbanística deste arrabalde, as casas foram-se construindo junto às muralhas na parte interior e, posteriormente, quando a população saiu para o exterior das muralhas, o processo foi idêntico, sendo que as casas foram agregando-se às muralhas pelo lado de fora. Também os caminhos terrestres e fluviais que ligavam Tavira, localizada a cinco léguas da cidade de Faro, seis de Loulé, a oeste; duas léguas de Cacela, quatro de Castro Marim e seis de Aiamonte (a primeira localidade do Reino de Castela), a este; teriam facilitado os transportes inter-regionais.

Estes fatores da formação e da evolução urbana mostram como, a partir da implantação espacial e temporal intra e entre outras localidades vizinhas, Tavira se transformou no mais importante centro urbano do Algarve naquele tempo. Acresce que a considerável quantidade de produtos exportados (peixe e frutos secos), por serem excedentários para a povoação, mormente o sal, que passou a ser moeda de troca para as importações, contribuiriam, de forma decisiva, para o desenvolvimento económico e social de Tavira. Muitos mercadores e viandantes afluíam de vários pontos da Europa e instalavam-se temporariamente para negociar o carregamento de suas mercadorias, contribuindo para o crescimento económico e demográfico. Apesar do massacre entre cristãos e mouros, a 11 de junho de 1242, Tavira “contaria com cerca de três mil vizinhos mouros instalados no arrabalde exterior da cintura amuralhada”, conforme referiu Arnaldo Anica em *Tavira e o seu Termo* (Anica, 1993:83-84). Segundo Torres Balbás, cada hectare albergaria 348 habitantes (Cf. Mazzoli-Guintard, 2000:88), sendo

¹⁵ Cavaco, Sandra Cristina da Costa Fialho Palma. *O Arrabalde da Bela Fria. Contributos para o Estado da Tavira Islâmica*, integrado na tese sobre Portugal Islâmico, 2011. Consultado: 20/01/2014. URL: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3109/2/Texto.pdf>

que os quatro hectares de área amuralhada de Tavira alojariam 1392 pessoas” [Ainda que o método de estimativa demográfica de Torres Balbás seja discutível, o número parece aceitável se considerarmos que Veríssimo Serrão, com base nos 1567 fogos existentes em Tavira em 1535, estima que a cidade tivesse cerca de 6268 habitantes (Serrão, 2001: 47)]” (Cavaco, 2011: 52-53).

É no contexto medieval da primeira metade do século XIII que partimos à descoberta de uma região, mais precisamente de uma cidade, que é o palco da nossa reconstrução. Por um lado, Tavira esteve ancorada aos povos que por ali passaram, nos vestígios que resistiram com o passar do tempo, no crescimento da povoação urbana medieval, na localização litoral e dos seus intercâmbios com Castela e o Norte de África. Por outro lado, as relações entre o monarca castelhano e o monarca lusitano, o declínio da população moçárabe, a reconquista cristã permitiram a integração definitiva do Reino do Algarve na coroa portuguesa.

2.2 Desenvolvimento Urbano, Económico e Social

2.2.1 O crescimento da povoação medieval

Durante a governação de Afonso III (1247-1279) sobressaiu a implantação de um conjunto de medidas, tanto no contexto da organização territorial como no enquadramento social da população, claramente expresso nos noventa e dois forais que outorgou. A sua política de povoamento e de renovação/criação de municípios foi comprovada pelos trinta e seis forais expedidos apenas entre 1255 e 1258. A centralização dos serviços régios em Lisboa, que se tornou a capital do Reino, o combate aos abusos senhoriais com a retomada das Inquirições Gerais (1258), com o propósito de refrear a extensão indevida de coutos e honras, o controle das atividades comerciais e a reestruturação monetária colocaram o país na rota comercial dos países do Mediterrâneo. É de salientar que estas medidas foram pautadas pela pacificação e mobilização do povo em torno de uma luta comum, em prol do desenvolvimento económico e integridade territorial do Reino (Mattoso: 1994:133). À estratégia militar responsável pela ofensiva algarvia de 1249-1250 sobreveio o constante esforço do

povoamento de terras abandonadas, de forma a assegurar a posse definitiva das terras meridionais.

A Província do *Gharb-al-Andaluz* foi, habitualmente, o cenário de guerras entre muçulmanos e cristãos, mas também entre os Reinos cristãos de Castela e Portugal, que ali disputavam a supremacia. Pela análise de Henrique Barros, Portugal foi terreno propício à formação de exércitos para combater os invasores e estender fronteiras, tendo-se transformado na maior concentração de praças de armas (Barros, 1896:2, Tomo II, Livro III). Por um lado, a Igreja Romana, na sua grande missão divina, viu nas cruzadas um meio de estender o seu poderio sobre o povo, como observou Bernardo Vasconcelos e Sousa: “essa atividade guerreira integrava-se por completo no espírito de cruzada que o papado vinha defendendo para a Reconquista Ibérica assumindo sem restrições a missão de uma guerra santa contra o infiel” (Vasconcelos e Sousa, 2009:63). Por outro, os nobres, os cavaleiros e os próprios cruzados tomaram-nas como uma oportunidade de conquistar terras e fortuna pessoais. No entanto, os monarcas portugueses continuaram a apostar na contratação de milícias, mercenários, colonos estrangeiros e ordens religiosas militares, fundamentais na resistência aos sarracenos. Até porque, ao que parece, “nenhuma povoação portuguesa tinha, nos séculos XIII e XIV importância ou riqueza suficientes para poder contribuir com o número suficiente de besteiros (os homens empregavam as bestas na guerra para o lançamento de flechas) à formação de um exército semelhante à superioridade numérica do inimigo” (Marques, 1980: 56-57). Foi assim que a Ordem de Santiago, com o seu comendador D. Paio Peres Correia, a Ordem de Avis, com os seus freires de Évora, e a Ordem do Hospital, com o seu comendador D. Afonso Peres Farinha, (Ibidem p.63) se juntaram aos monarcas cristãos no combate aos infiéis. De tal maneira que a Ordem de Santiago avançou com as suas hostes rumo ao sul do Reino, a pedido de Afonso III, para recuperar várias terras no Algarve do jugo muçulmano. Entrementes, o crescimento demográfico do espaço português nos meados do século XIII faz todo o sentido, se tomarmos em consideração não só a atividade das ordens militares, que induzia deslocações de pessoas ao serviço do regimento, mas sobretudo o contato daqueles com a população local contribuía para a subida da taxa de natalidade. Com o fim da Reconquista cristã (1249), o clima geral de paz restabelecido entre as coroas castelhana e portuguesa, em virtude do casamento de Afonso III com a filha de Afonso X, conduziu a um período de estabilidade e

crescimento económico. Mais adiante, veremos os termos da sagaz negociação matrimonial de Afonso III (1253), que suscitou o término do conflito sobre a posse do Algarve (Mattoso, 1994:134 e 137). Para garantir os limites da fronteira natural entre os Reinos cristãos (Acordo de Badajoz de 1267), o monarca português decidiu alargar a distribuição de privilégios de couto a celerados e banidos que concordassem em viver nas terras abandonadas do *Gharb*. Sobre esta questão João de Almeida não tem dúvidas quanto ao modo como este repovoamento contribuiu para o fomento da população, devido à necessidade premente de povoar, o mais rapidamente possível, o território conquistado aos mouros (Almeida, 1948:512). Efetivamente, são notáveis os primeiros esforços do soberano português para organizar o povoamento e o estado do Reino, com a nomeação de uma nobreza de serviço e um corpo de servidores letrados que asseguravam a eficiência da administração régia. Estes oficiais régios constituiriam um dos grupos que mais se deslocavam por todo o país de norte a sul e do interior para o litoral, determinantes para a fixação da população (Mattoso, 1994: 142-143).

Contudo, é no período de pós-Reconquista cristã que se deram importantes alterações da malha urbana de Tavira, em consequência da restringida área habitacional periférica destinada aos mouros forros e judeus, onde lhes foi garantida a liberdade religiosa e cultural, apesar de mantidos sob apertada vigilância (Anica, 1993:75). A partir de então, foi constatada uma (re)distribuição populacional, relacionada com a implantação dos bairros limítrofes à cintura amuralhada, então chamados de “arrabaldes”, com suas atividades artesanais e industriais (olaria, curtumes, moagem, tecelagem, tinturaria), entre outras indústrias. Com efeito, estas novas áreas exteriores à muralha da alcáçova, ou *kasbah*, reuniram uma fração expressiva da vida cidadina com características físicas, sociais, religiosas próprias, de acordo com suas especificidades étnicas, em arruamentos e bairros afetos.

A Mouraria, por exemplo, o arrabalde dos mouros forros junto à muralha, estendia-se na encosta oeste da Colina de Santa Maria e estava separada da velha praça da Ribeira pelo Largo das Portas do Postigo. Aquela zona “abrangeia o recinto hoje ocupado pela rua dos mouros, travessa do Poço dos mouros, Largo das Portas do Postigo e todas as ruelas que nelas desembocavam, dentre as quais uma que se chamava Pedro da Costa” (Vasconcelos, 1937:222). Subsistem materiais arqueológicos e faunísticos exumados que atestam a existência de “um bairro quase rural, com casas de

campo em plena cidade, quintais transformados em pequenas hortas, fornos de pão e pocilgas” naquele sítio (Adragão, 1985:118).

Aliás, uma série de referências toponímicas ainda subsistem nos nossos dias, quer pela população que lá esteve a residir, quer pela associação aos ofícios artesanais e mercantis que desenvolveram. As ruas dos mouros, das olarias, das capacheiras, dos Fumeiros ou dos Torneiros ou, as ligadas à permanência dos judeus, a sudeste da *Medina*, como a Sinagoga ou Esnoga na rua do Malforo ou Mau-Foro (atual local da

Figura 2.1.7 Reconstituição da *Planta de Tavira*. Em primeiro plano, vemos a Horta d'El Rei e o casario medieval intra e extra muros estendendo-se aquém e além da ponte sobre o rio Séqua. À esquerda localizamos os bairros dos Muçulmanos e dos Judeus.



Igreja de Nossa Senhora da Graça), o Adro dos Judeus (hoje conhecido por Largo do Cano), o sítio da Sinagoga (um sítio entre Tavira e a freguesia de Santo Estevão). Estes são alguns exemplos reveladores desta Tavira medieval de vocação multiétnica e multiconfessional (Anica, 1993: 83,86). Apesar de os mouros forros continuarem a usufruir dos seus bens e de continuarem sob a proteção direta da coroa, podiam reger-se pelas suas leis e costumes particulares, ainda que tenham sido afastados das zonas ribeirinhas, o que denota alguma represália por parte dos cristãos (Cavaco, 211:31)¹⁶.

A cidade densificou-se em torno de três grandes eixos, em função dos acessos ao interior da “Medina”; a sul, a Porta da Vila abria-se sobre a Rua Nova Grande (atual Rua da Liberdade), perpendicular ao eixo do rio onde cresceu o bairro popular da Ribeira ou Ribeirinha (hoje praça da República), onde tinham lugar os mercados de

¹⁶ Cavaco, *Idem.*, p.3.

géneros alimentícios; a Rua Nova Pequena, que se prolonga pela Rua Direita da Ribeira (concentrando os mercadores e a vila medieval à sua Ribeira comercial), assim como aquela se prolongava para nascente e para poente, seguindo as margens do rio, em direção às marinhas, sapais e moinhos; para este, para além da ponte ao longo da Carreira de S. Lázaro, prolongava-se a estrada para Castro Marim (Adragão,1985:115).

Figura 2.1.8 Vista de Tavira datada do terceiro quartel do século XVI.
Foi publicada no Jornal Literário - “O Panorama” em 1843.



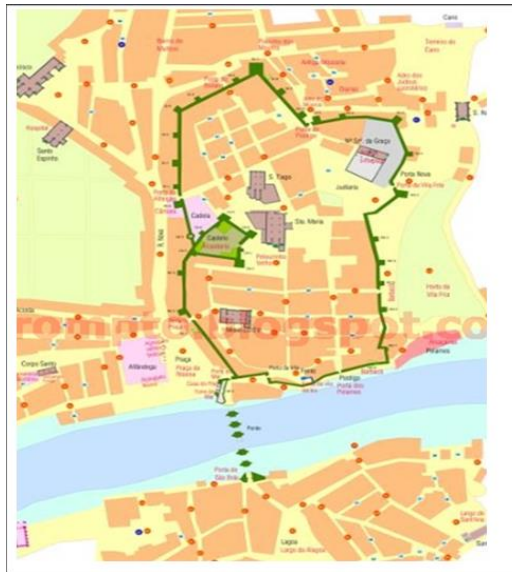
Na margem direita da ponte, os três edifícios face ao rio e recuados em relação a este poderiam constituir as “Tercenas” (estaleiros).
Catálogo da Cidade e Mundos Rurais, Tavira e as Sociedades Agrárias.
Câmara Municipal de Tavira, 2010:97-105. Consultado: 23/04/2014. URL:
http://issuu.com/museum_tavira/docs/cat_logo_cidade_e_mundos_rurais/7

Naquela margem direita do rio, teria sido o lugar dos mercados de géneros alimentícios, incluindo peixe e frutas, mas também os talhos (carnes), açougues (onde se cortava a carne), fangas (pão), armazéns de salmoura, de mercadorias movimentadas no porto e recinto das *taracenas* ou *tercenas*¹⁷, edifícios cobertos onde se guardariam as galés (Anica,1993:74, 283).

¹⁷ A gravura sobre “Vista de Tavira” foi publicada no jornal “O Panorama” e apresenta-nos uma vista da cidade, onde, na zona da Ribeira, os edifícios coincidem com a descrição da *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Fangas. Serem do Concelho*. Livro 1.º do tombo da Cidade de Tavira, Arquivo Municipal, fl.84 outorgada por D. Manuel I no ano de 1504. Se as indicações como é referido: “os talhos da carne que estavão nos açougues ao longo da parede das Taraçenas (...)” fazem com que possamos equacionar o facto de os açougues e as tercenas poderem ser um e o mesmo edifício; outras, como “uns açougues que “erao na Praça da Rybeira e que partiao com as Terçenas e com a Rua publica

Nesta planta da cidade de Tavira, podemos observar claramente o traçado viário dos elementos preponderantes que afetavam toda a urbanística: a Rua Nova Grande e o Rossio. Quanto à Rua Nova Grande, era uma das principais artérias da cidade, que atravessava o vale da baixa entre este e oeste, correndo paralelamente à muralha que, naquela época, conheceu um desenvolvimento urbanístico espetacular.

Figura 2.1.9. *Planta da cidade de Tavira* a partir da planta original de Leonardo de Ferrari, 1555. da autoria de Luís Fraga da Silva



Imprompto publicado em 09/04/2012. Consultado: 31/12/2013. URL:
<http://imprompto.blogspot.pt/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>

Os arrabaldes foram densamente repovoados e a margem Ribeirinha ganhou novos equipamentos urbanos, como a Alfândega, as Tercenas, Armazéns essenciais para

que saya da Praça e ya contra a Povoação da dita Rybeira, e partia da outra parte com (a) agora da Rybeira que vinha do mar (...)". Considerando esta última hipótese, à esquerda do edifício que identificámos como açougue (s), poderemos visualizar um vasto espaço vago para a construção de navios. Seguido de três ou quatro edifícios paralelos ao primeiro plano, em posição ortogonal face ao rio e recuados face a este, que poderiam constituir as Tercenas. Conforme publicado in *Catálogo da exposição Tavira patrimónios do mar*. Museu Municipal de Tavira 2008 in artigo intitulado *A Ribeira de Tavira dízimas...cordas, mastros, remos...especiarias...carnes e versas*, por Isabel Macieira e Rita Manteigas (Historiadoras de Arte) pp.35-40. Veja-se também Pedrosa, Fernando Gomes. *As tercenais Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*. Comunicação apresentada pelo Académico Academia de Marinha, Lisboa, 2013. Consultado: 31/10/2014.

URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/catalogo_tavira_mar

o funcionamento do comércio marítimo regional e internacional, que a cidade retomava vigorosamente, tanto com o norte Europeu com o sul Mediterrânico. Este arrabalde parece ter tido uma forte atividade comercial proveniente da pesca e da extração de sal marinho, conforme referidos no foral que Afonso III concedeu a Tavira em 1266:

E reservo para mim e meus sucessores todos os fornos de pão e todas as salinas cheias ou por encher em Tavira e seu Termo (...). Item reservo para mim e meus sucessores que não se pode vender sal em Tavira e seu termo senão o meu sal. [...]. Item reservo para mim e meus sucessores todos os açougues e fanegas e baleias de Tavira e a baleação (...).

[Vasconcelos, 1989:31-32]

O porto na margem direita do Séqua e o acelerado desenvolvimento na Baixa Idade Média teriam resultado do grande embarcadero em Tavira, sobretudo depois da Reconquista Santa. Aliás, uma Carta de Foral datada de 22 de maio de 1268, outorgando uma azenha a Fernando Domingues e sua mulher Maria Esteves de Tavira, que exigia a metade dos ganhos anuais provenientes da utilização daquela azenha para obtenção de farinha alimentar, já menciona o rio Asseca (ou Séqua) e a entrada de navios naquele rio: “ad sex menses faciatis azeniam in supradicta sessega, et detis inde michi et omnibus meis successoribus annuatim medietatem de toto illo lucro quod deus vobis inde dederit.” (Ventura e Oliveira, 2006: 448 [390]), o que revela não só a existência de terrenos férteis, como o tráfego regular de naus no seu porto. Do mesmo modo, Leontina Ventura e António Oliveira, referindo-se ao foral de Tavira de agosto 1266, apresentado em apêndice, transcrevem as normas decretadas sobre os moinhos de acordo com o que se segue:

azenias de ponte, et omnes molendinos de Aceca constructos et construendos, et pysones vela zenias si ibi eos vele as fecerint, exceptis molendinis quos solebat tenere Dominus Ruyz, quos dedi donno Johanni de Avoyno pro suo heredamento.

[Ventura e Oliveira, 2006: 420-421 (362)]

Quanto a este decreto régio, refere Damião Vasconcelos em linguagem corrente:

azenhas da ponte, e todos os moinhos da Aceca construídos e a construir, e pisões, ou azenhas, ali feitas ou por fazer excepto os moinhos que tem Domingos Rodrigues, que lhe deu Dom João de Aboim por seu herdamento.

[Vasconcelos, 1989:31-32]

Sabemos que os moinhos de maré eram frequentes nos esteiros e em terrenos alagadiços, pois ainda hoje encontramos a montante da ponte velha, mais conhecida

como “ponte romana”, alguns vestígios nos ladrilhados que ligam as bases dos pilares dos arcos e ainda outros frente ao antigo “lavadouro”. Na imagem da “Vista de Tavira” (vide figura 6), depreendem-se alguns edifícios perpendiculares ao rio, já conhecidos como as “Taracenas do Rei”, quer pelo comprimento, quer pela largura. É provável que naquelas instalações cobertas se construíssem e reparassem as embarcações, mas também se guardassem barcos, para evitar o teredo ou limnória (praga marinha que ataca a madeira dos barcos) e, de algum modo, facilitar a sua rápida utilização¹⁸. Alguns armazéns similares aos que funcionariam naquela época no porto de Lisboa davam apoio aos pescadores, facilitando o armazenamento de produtos piscatórios e a salga do pescado. Enquanto outros, como os açougues e fangas, destinar-se-iam à venda carnes, pão/trigo para a tripulação que desembarcaria no porto. Por outro lado, a pesca da baleia terá suscitado o interesse do monarca, já que reservou para si os direitos da baleação: “Item retineo michi et omnibus successoribus meis açougues, et fanegas et balnea de Tavira, et ballenationem (...) in Tavyra” (Ventura e Oliveira, 2006:420-421 [362]); contudo, também motivaria a vinda de almocreves a Tavira para transportarem a carne de baleia para fora do Algarve em troca de cereais (Iria, 1988:217, vol. II, tomo I).

Temos também confirmado, graças à Carta de Foral de Tavira, o nome do rio - Asseca ou Séqua - que os mouros designavam “Acéqui” ou “Acéqua” - e que tem sua origem no vocábulo árabe “Assaqual”, plural de “Saquiaton”, significando regato ou pequeno ribeiro “sacá” (Vasconcelos, 2009:57). Efetivamente, o rio Séqua/Aceca nasce na serra do Caldeirão, fruto da confluência de vários ribeiros (Alportel, Asseca e Zimbral), e passa pela cidade a doze quilómetros da sua nascente, a este de Tavira. Com dezoito quilómetros de curso, só é navegável a partir de Tavira, abre-se num canal e numa zona de sapais e depois corre para o oceano. Paralelamente ao desenvolvimento das atividades piscatória e portuária, o rio permitia a implantação de moinhos de maré, distribuídos pelas duas margens do Séqua e margem direita da ribeira da Almargem, todos vinculados ao reguengo de Tavira. Pensa-se ainda que o Algarve, teria sido o “berço” da moagem maré motriz, pois foram registados em Tavira “pelo menos, treze moinhos em 1823 dos quais ainda subsistiram oito no início do século XX reconvertidos

¹⁸ Pedrosa, Fernando Gomes. *As Tercenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*. Comunicação apresentada pelo académico à Academia da Marinha. Lisboa, 2013:1-30 Consultado: 28/102014. URL: http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/Tercenas_medievais.pd.

em armazéns de sal, habitações ou simplesmente deixados à ruína”¹⁹ (Macieira e Manteigas, 2008:30). Contudo, o rio foi de suma importância na defesa militar e na proteção das atividades comerciais contra hipotéticas ameaças navais e sedição local²⁰. Enfim, o rio Séqua adquiriu, pela sua posição geográfica, constituindo a parte mais meridional do Reino, e pela sua relação constante com o norte de África, uma excelente base de apoio para o prosseguimento da cruzada e da nossa guerra de corso contra os mouros (Costa, 2003:186). Neste sentido, recordemos que, já no século XII, D. Fuas Roupinho, primeiro almirante português, percorreu a costa do Algarve em perseguição dos mouros (Costa, 2003:186 *apud* Iria, A., 1988:98, vol. II, tomo I).

Ali perto, na zona Ribeirinha, local de carga dos almocreves, circulava um vaivém de gentes e de toda a espécie de mercadorias, onde era habitual comercializarem-se, para além dos bens alimentares (peixe, carne, hortaliça, legumes, frutos secos e frutos frescos), os tecidos (algodão, linho) toscos ou tratados, curtumes, cal, linhaça, cera e o sal extraído dos sapais.

Ainda a sul, a rua Nova Pequena, perpendicular à rua Nova Grande, estava ladeada de casas abarracadas, quase na totalidade tabernas, onde se vendiam frituras de peixelim e caçoaria (peixe miúdo) e cruzava com várias transversais que desembocavam na zona Ribeirinha. Nomeadamente, a rua do Mal Cozinhado, era uma das que “como todas as ruas da época, de vala ao centro, exalava um cheiro pestilencial, era ladeada de casas de comes e bebes obscuras de dia, iluminadas à noite por candeias fumegantes à base de azeite de peixe”, abastecia mareantes, aventureiras e outras gentes, atraídas pela azáfama marítima que lá se vivia (Damião de Vasconcelos, 2009:49). Para oeste, a rua Nova Grande acompanhava a muralha até à porta de Alfeição ou “Afeição” e Largo do mesmo nome onde se situava a Horta d’El-Rei, designada no Foral de Tavira por “Horta que foi de Aben-Fabila”, cercada de boas casas que lhe serviam de valados e que permitia o transporte de suas colheitas para o celeiro intramuros. É demonstrado na

¹⁹ Macieira, Isabel e Manteigas, Rita. *Tavira, Patrimónios do Mar*. Câmara Municipal de Tavira, Museu Municipal de Tavira e Palácio da Galeria, Tavira 2008:30. Consultado:11/02/2014. URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/catalogo_tavira_mar/161.

²⁰ Silva, Luís Fraga da. *Tavira Romana*. Originalmente publicado em 2005 no Sítio do Campo Arqueológico de Tavira (<http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/>). 2.^a Edição, 2011. Consultado:15/08/2014. URL: <http://arkeotavira.com/balsa/tavira/tavira-romana-blog.pdf>

Carta de Foral de Tavira de 1266 que estas terras eram constituídas por casas, abundantes fontes, tanques, vinhas, pomares, figueiras entre outras culturas vegetais, o que pressupõe a autonomia de mantimentos e a origem dos rendimentos na cidade. No lado oposto, o casario adossado à rua Nova Grande enquadrava a única estalagem da vila. “A Horta do Bispo situada na rua do Poço do Bispo entre o campo da Atalaia e a própria cidade terá sido doada ao Bispo de Silves pelo rei de Castela, Afonso X, doação respeitada por Afonso III quando concedeu o Foral à cidade” (Anica, 1993:233,342). Esta antiga horta apresentava grande variedade de arvoredo algumas casas de habitação, várias dependências e abundante em água a pouca profundidade proveniente de várias nascentes da Atalaia. Ao passar esta porta, entrava-se na rua de Santiago (atual rua de Paio Peres Correia), que ainda hoje borda a Igreja de Santiago (local da antiga mesquita menor) que comunica com a porta do Postigo e por onde terá entrado D. Paio a seguir antes da tomada de Tavira.

O arrabalde de Malforo, no setor poente da cidade, entre a porta do Postigo e a porta da Vila Fria ou “Bela Fria”, albergava a judiaria (atualmente no convento da Graça). Embora menos numerosos, os judeus dispunham de uma maior importância económica e social por estarem ligados ao comércio ou a certos saberes e práticas da medicina (Ventura e Oliveira, 2006:20). Tal como aquela comunidade, os mouros forros²¹, dispunham de uma liberdade regulada para o exercício de suas atividades, confirmada pela “Carta de Foral de 1269” (ver Apêndice). Embora estando sujeitos a múltiplas interdições na relação com a maioria cristã, pagavam alguns tributos (imposto de capitação, imposto sobre os gados “alfitra”; décima dos frutos da terra “azaqui”; tributo de alforria e o dízimo do seu trabalho) à coroa “[...] o dízimo da alfitra e água e todo o dízimo de todo o vosso trabalho” para manter a sua condição étnica-religiosa (Vasconcelos e Sousa, 2009:75 e Iria, 1988:277 Vol. II, Tomo I). É sobejamente conhecido o progresso demográfico e económico que as ordens religiosas suscitavam onde quer que se fixassem, durante a Idade Média; salienta-se a ordem franciscana que, voltada para a vocação agrícola, desenvolvia a sua obra junto da localidade de Tavira. O

²¹ Em 1269, (12 de julho, Lisboa), numa carta de D. Afonso III, endereçada aos mouros forros de Silves, Tavira, Loulé e Faro, confirmava-se na primeira notícia escrita sobre a proteção real de "todos os privilégios, foros, liberdades e bons costumes que sempre usaram ter", in *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I – Vol.2 Coimbra, 2006:20-21.

alto de S. Francisco era outro arrabalde (Anica, 1993:75) onde um antigo Convento com o mesmo nome chegou a albergar cerca de quarenta frades dedicados à pregação da fé cristã junto das populações, à transcrição dos livros santos e ao labor agrícola de suas terras. Ali estenderam as suas hortas para o poente, entre a Rua do Malforo, que delimitava a cidade, e a estrada de Santa Luzia que a separava, das atalaias circunvizinhas, nomeadamente a “Atalaia Grande” e a “Atalaia Pequena” (atualmente local do quartel militar), assim chamadas por terem existido naquele local duas torres de vigia (Vasconcelos, 1989:205, 208, 219). A Rua do Malforo, que tinha o seu início na interseção com a Rua Nova Grande, estendia-se à Rua do Poço dos mouros, também conhecida por Poço da Mão Alta, até encontrar a Travessa das Saboeiras onde teria existido uma indústria de sabões (Vasconcelos, 2009:39-41).

A nordeste, o barranco da Bela Fria, acentuado por hortas e azinhagas declivosas e apertadas, contornava a colina de Santa Maria do Castelo até alcançar o rio na Rua dos Pelómes ou *Pelames*, que corre em direção sul até à Fonte das Bicas na Praça da Ribeira. Na face noroeste da colina e na área extramuros da Bela Fria, fruto de escavações arqueológicas, foi identificado um bairro islâmico que teria subsistido até finais do século XIII, atestado pela presença de tanoarias ou alcaçarias, com a fabricação de toda a sorte de courama, para calçado, vestidos e guarnições (Vasconcelos, 2009:47;48). Todavia, também, a variedade de fragmentos cerâmicos, utensílios agrícolas e artesanais exumados naquele local tão próximo do rio reforça a convicção na existência de oleiros e artesãos especializados confirmada pelo prodigioso número de fragmentos analisados por Sandra Cavaco (Cavaco, *Ibidem.*,136). Este rosário urbano, protegido e servido pela indústria pesqueira e pelos campos férteis de variadas culturas, associado a uma rede de cursos de água, foi a trama a partir da qual se teceu a urbe medieval. Não obstante, novos arrabaldes iam-se desenvolvendo no exterior do colar urbano da *Medina*, atraindo mercadorias e mercadores do litoral da Andaluzia ou do Norte de África com os quais Tavira comerciava amiúde.

A expansão na sua margem esquerda parece ter seguido a forma urbana do arrabalde Ocidental. É o caso da praça da Lagoa, que correspondia à do Rossio, e da Rua da Porta Nova, que lembrava a Rua Nova Grande. Na parte ocidental do rio, a Rua da Porta Nova ligava-se pela calçada da Corgeira com o Alto de S. Brás, onde assentaria uma ermida do mesmo nome. Este local teria pertencido à Ordem de Santiago e o

acesso fazia-se pela face norte, através de suas encostas declivosas, ruas estreitas, sinuosas e, por vezes, em forma de escadaria (Vasconcelos, 1989:271;272).

A carreira de São Lázaro era a rua principal e mais extensa da margem ocidental do rio Séqua e foi afamada pelas cavalgadas que os fidalgos de Tavira costumavam praticar nos dias santos (Vasconcelos, 2009:61). Entrementes, já nas aforas da Vila e para o lado oriental, em continuidade até à zona dos sapais, a rua de S. Lázaro (assim chamada por existir um lazareto) findava numa leprosaria e ermida de S. Lázaro (agora Nossa Senhora do Livramento). Também, à imagem da praça da Ribeira, o prolongamento da rua da Borda D'Água da Asseca ao longo do rio, no sentido norte até ao Rossio de Santana e ermida do mesmo nome, pertencente à Ordem de Santiago, formava com a praça da Alagoa um novo arrabalde. A tradicional posição periférica dos conventos iria fazer nascer naquele lado oriental uma centúria mais tarde, o Convento do Carmo que lembra o Convento de S. Francisco. Esta expansão urbana atesta a clara influência do urbanismo anterior à Reconquista, correspondente a tal diversificação de atividades, coadunando áreas habitacionais e industriais, de modo que, através delas, podemos deduzir não só a amplitude do desenvolvimento económico como também do demográfico.

2.2.2 A importância de Tavira no século XIII

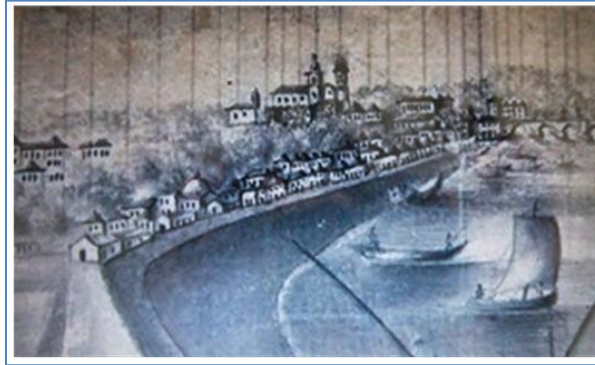
Enquanto os mercados eram pequenos comércios que promoviam os produtos locais, na sua maioria agrícolas e pecuários, trazidos por aldeões do termo, as feiras representavam grandes mercados periódicos, para onde se deslocavam comerciantes de muitas partes da Europa, sendo as feiras de Flandres (tecidos de Bruges) e da Champagne as mais importantes na Baixa Idade Média. A regulação original e inovadora das feiras, a que se deve a reforma tributária e a introdução do novo sistema monetário, são exemplos significativos das medidas trazidas de França por Afonso III, em finais de 1245 e intensificadas em 1248, quando assumiu a regência do Reino, e que se podem verificar em diversos forais (Sousa, 1999: 7-35)²². A este propósito informa

²² Sousa, João Silva de. *A Feira na Idade Média in Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências Nova Série*. João Silva de Sousa. Prof. da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História). Também publicado in “As

Alberto Iria que Afonso III determinou em documento régio que “do pão e do vinho que exportassem, pagariam portagem. Também, os géneros, como linho, alhos, cebolas, pescado, madeira e ferro lavrado, que comprassem e exportassem, ficavam sujeitos ao pagamento da dízima entrados ou saídos pelas fozes do Algarve provenientes de Portugal ou do estrangeiro” (Iria,1988:278 Volume II Tomo I; Ventura e Oliveira, 2006:295 [720]). As feiras e os mercados tiveram um papel preponderante, pois, se por um lado favoreceram o desenvolvimento económico através da compra, venda e troca de mercadorias, por outro, as deslocações incessantes de comerciantes e acomodação de novos moradores favoreceram o crescimento populacional de certas vilas e deram assento à formação de cidades. As feiras de Faro e Loulé e em particular a feira de S. Francisco em Tavira, a mais concorrida de todas do Sotavento, era realizada nos primeiros dias de setembro, na Atalaia, e era conhecida pelos lenços, panos, frutos secos, bestas grandes e reses, além de ouro e prata, cerâmica, albardas, sapatos e fatos feitos (Adragão,1985:115). Nessa época, as feiras atraíam mercadores, almocreves, marceiros ou recoveiros que calcorreavam as estradas europeias ou afrontavam os riscos do mar atribuindo às povoações por onde passavam uma relevância relacionada com a garantia e volume de negócios aí realizados.

Feiras em Portugal na Idade Média”, Feiras. A Escola e os Descobrimentos, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 7-35. Acesso: 15/09/2014.URL: http://www.triplov.com/letras/Joao_Sousa/feiras/index.htm.

Figura 2.1.10 "Pormenor do Prospeto da cidade de Tavira, tirado junto da casa da bateria do Registo" da autoria de José Sande de Vasconcelos, 1797.



Publicado por Rita Manteigas in *Cidade e Mundos Rurais, Tavira e as Sociedades Agrárias*. Câmara Municipal de Tavira, 2010:100.

Assim, com a importância crescente destas deslocações, foram-se criando condições de alojamento, como estalagens, casas dos vizinhos, lojas, tendas e armazenamento para viajantes e cavalgaduras, proporcionando-lhes assim descanso, sustento e segurança (Moreno, 1986:17). A vila de Tavira, por exemplo, contaria com uma estalagem/hospedaria na “Rua Nova Grande encostada à Horta d’El Rei” na altura da Porta do Postigo, no local onde está hoje a Farmácia Aboim (Vasconcelos, 1937:218). Normalmente, as feiras, por influência da Igreja, deviam coincidir com as festas litúrgicas acompanhadas, amiúde, de festividades, de arraiais dos habituais malabaristas e saltimbancos, sendo que a realização simultânea dos certames reforçava igualmente o dinamismo interno da população entre as vilas e os lugares isolados, tornando-se um meio de convívio (Rau, 1943:33).

Não só o comércio interno se tornou uma realidade, contribuindo para a abertura das regiões a uma profusa e lucrativa permuta de produtos, como também permitiu a sobrevivência de localidades isoladas, como os coutos de homiziados, na raia fronteiriça, que suscitavam preocupação régia. Para além destas questões, também o papel económico exercido pelos almocreves ganhou particular expressão com o

transporte do peixe e do sal do litoral algarvio para o interior do país (Macedo, 1963:120).

Ora, os almocreves e mercadores que faziam da estrada seu modo de vida tinham de enfrentar a penosa travessia das regiões montanhosas, o mau estado das estradas e os atos de banditismo. O constante risco de vida e a perda das mercadorias obrigava à necessidade de se deslocarem em caravanas constituídas por vários indivíduos armados e animais de carga (bestas muares), mais resistentes às difíceis condições do solo. Mesmo assim, a morte espreitava a cada desfiladeiro e assaltava sem avisar, como foi o caso do mercador Garcia Rodrigues, que, vindo de Faro, se dispôs a ajudar os freires de Santiago cercados pelos muçulmanos perto de Tavira, e acabaria por falecer em combate, sendo incluído entre os seis mártires sepultados na Igreja de Santa Maria daquela vila, conforme relata Rui de Pina:

Mas houve quem contrariasse o propósito de D. Paio Peres Correia, então Mestre da Ordem de Santiago, de se lançar na conquista do Algarve, porque esta região “era muy povorada, e hos Mouros della tinham pelo maar seu grande socorro, e ajuda Dafriqua. Mas o Mestre, cujo coraçam era jáa favorecido pela vontade de Deos, prepoz entender na conquista, e nom há leyxar, para esso falou apartado com Guarcia Rodriguez Mercador, que de contínuo tratava neste Algarve com hos Christãos, e com hos Mouros, suas mercadorias...

[Pina, Rui de. 1728:10 *apud* Iria, 1988:99]

Por um lado, vivia-se uma época de crescimento demográfico e económico, permutavam-se notícias entre regiões longínquas, abasteciam-se localidades, insuflavam-se novas energias ao ritmo de Forais e forjava-se um sentimento de solidariedade que unia, cada vez mais, os homens pelos interesses comuns, onde germinariam as sementes do sentimento nacional (*Ibidem* p. 9). Por outro, as peregrinações e romarias a lugares santos, como por exemplo a de Santa Maria do Ocidente, ou *Santa Maria de Fáraon* (Faro) e a de São Vicente, situada no Cabo do Corvo, também chamado Cabo do Ocidente (atual Cabo de São Vicente), eram ambas deslocações tão prestigiadas, quanto a peregrinação de Santiago de Compostela, e atraíam peregrinos das mais diversas paragens da Cristandade, contribuindo igualmente para estimular a vida comercial na região. Estes cultos prestados aos santos aliciavam um bom número de almocreves, mercadores e artesãos que iam fixando o seu comércio de forma mais ou menos duradoura nas cidades, vilas e outros lugares localizados ao

longo das rotas de peregrinação (Garcia, 1945:103). O Dr. Francisco Fernandes Lopes dá-nos a conhecer uma das *Cantigas de Santa Maria* do Rei Sábio (vejam-se anexos documentais) que, embora remeta para um momento anterior, ainda sob o domínio muçulmano, faz reviver o motivo de grande devoção:

Em tempo de Aben Mafon, que naquela época era senhor do Reino do Algarve, havia naquele castelo uma imagem da virgem feita de pedra na riba do mar contra ele de face. Sabia-se que esta imagem estava ali já desde o tempo dos cristãos, e por isso, durante o domínio dos Mouros, os cristãos cativos deles, continuavam a vir adorá-la sempre; e por esta razão se chamara, à vila de Faro, Santa Maria. Mas o povo maldito dos Mouros que aí havia teve grande arrelia com isso; e irados, com grande desdém, deitaram a imagem ao mar. Mas grande milagre então fez a Virgem que manda no mundo e a quem desagrada e soberba; porque fez que nunca mais os Mouros pudessem apanhar peixe nenhum enquanto deixaram ficar a sua virgem no mar. Os Mouros, logo que viram isto, foram-na tirar dali e vieram pô-la na muralha, entre as ameias, em frente do mar.²³

[Lopes, Francisco Fernandes. “Correio do Sul” de Faro, 4/12/ 1947]

Entre diversos relatos sobre locais milagrosos com origem suficientemente remota para darem largas à imaginação popular, conta-se o que se refere ao templo do Corvo situado no Cabo Ocidental do Algarve. Reza a história que “o corpo de S. Vicente, martirizado em Valência, por ordem de Daciano, no tempo dos imperadores Diocleciano e Maximiano (304) teria sido trazido por mãos piedosas, durante o califado de Abderramão I, no século VIII” (Alberto Iria, 1988: 97, cap. I)²⁴.

Estes ditos, passando de geração em geração, continuavam a afervorar gentes, quer movidas pela devoção, pelo prazer do convívio e do divertimento, quer pelas

²³ O enredo da 183.^a das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Rei Sábio, foi publicado num artigo relacionado com o tema da música no “Correio do Sul” de Faro, a 4 de dezembro de 1947, por Francisco Fernandes Lopes, que estudou profundamente a música das Cantigas de Santa Maria, as quais fazem parte da sua produção bibliográfica. Tendo Francisco Lopes recebido uma bolsa da Junta de Educação Nacional para as decifrar, deslocou-se a Madrid, ao Escorial e a Sevilha. Em 1944, apresentou uma comunicação muito aplaudida sobre o assunto no Congresso Luso-Espanhol, em Córdova, em 1950, e no II Congresso Regional Algarvio. Consultado:07/12/2014.

URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Fernandes_Lopes

²⁴ Iria, Alberto. *Descobrimientos Portugueses*, vol. II tomo I. Instituto Nacional de Investigação Científica. Edição Comemorativa dos Descobrimientos Portuguêses. Lisboa, 1988:97. Veja-se também em *História de Portugal*, dirigida pelo Prof. Doutor Damião Peres, II (Barcelos, 1929:101).

economias locais ou pelo desenvolvimento do povoamento. Sobre este tipo de tráfegos, Jacques Le Goff²⁵ afirma:

Os membros do clero nas suas visitas às igrejas das dioceses a que pertenciam, os funcionários régios no cumprimento do seu dever, e a corte com o rei no topo hierárquico, todos aqueles com maior ou menor frequência, estabeleciam-se provisoriamente em cidades que poderiam ser, na visão do monarca, importantes para aí permanecer.

[apud João Silva de Sousa, 2011 s.n. (Cf. *online*)]

No que respeita às deslocações, João Silva de Sousa também acrescenta algumas das razões que motivariam estes itinerários sublinhando que “A procura de melhores condições de vida, peregrinações a lugares de culto religioso que contribuíssem para movimentações de mercadores com fins comerciais (...), a corte e a sua comitiva com o rei no topo hierárquico (...) e, na base desta pirâmide social, os pedintes que iam de terra para terra na procura de esmolas (Sousa, 2011.s.n.).

Em matéria de privilégios legais ou judiciais, as feiras e mercados outorgados por forais e Cartas de Feira regulavam a administração, as relações sociais e os direitos e encargos dos moradores, porém também constituíam um meio de promoção local, no aumento de comércio, na defesa da agricultura para o que se taxavam os foros e dízimas de vários objetos e produtos. Aqueles diplomas encontravam na expressão de Marcello Caetano, o valor de uma “lei orgânica”, ou seja, uma lei organizadora de um determinado aglomerado social e teria sido, a nosso ver, o agente catalisador das reformas económicas introduzidas no Reino e particularmente na região algarvia (Serrão, 1979:185). Estas disposições normativas contemplavam nomeadamente os feirantes, mercadores, almocreves e estalajadeiros e podem ser testemunhadas pelo número prolífero de Cartas de Feira²⁶, maioritariamente outorgados por Afonso III (Serrão, 1979:140).

²⁵ Le Goff, Jacques. Deslocações. “Motor da expansão geográfica, o grande comércio desempenhou, igualmente, papel de capital importância num fenómeno cujo centro estava também, a expansão da economia monetária” in João Silva de Sousa *A Feira na Idade Média*. Publicado na Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências, Nova Série 2011 número 11, disponibilizado online). Consultado:15/09/2014.URL:

http://novaserie.reviSantatriplov.com/numero_11/joao_silva_sousa/index.html.

²⁶ Chancelaria D. Afonso III, L-º1, fl.82 (A.N.T.T.), Pub. *Descobrimientos Portugueses* por Marques, João Martins da Silva, Sup. Ao vol. I, 378, doc.289 in Alberto Iria. *Descobrimientos Portugueses* Volume II Tomo 1. Lisboa, 1956:275 e Chancelaria de D. Afonso III de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Livro I, Vol. I: Carta de Feira de Covilhã (1260 julho 25, [fl.46] Lisboa) p. 245.

A Carta de Feira de Covilhã concedida pelo Rei a 25 de julho de 1260, em Lisboa, pode ser tomada como protótipo da carta das feiras medievais portuguesas e cujas disposições foram alvo de um estudo atento por Virgínia Rau em *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*:

D. Afonso III, por carta régia instituía uma feira anual de quinze dias na sua vila de Covilhã pela festa de Santa Maria de agosto, devendo começar oito dias antes e acabar oito dias depois da dita fé Santa Todos que a ela viessem para vender ou comprar estariam seguros na ida e na volta, não sendo penhorados no Reino por qualquer dívida desde oito dias antes de começar a feira até trinta dias completos, a não ser por dívida em dinheiro se tivesse sido feita na feira. E para que ninguém receasse vir à feira, dava el-rei aos juízes da Covilhã uma carta selada do seu selo, e punha tal couto sobre ela que todo aquele que causasse dano aos homens que viessem à feira pagaria à coroa seis mil soldos e daria em dobro aquilo que tivesse tirado ao seu dono. Todos os que viessem à feira com suas mercadorias pagariam portagem e todos os outros direitos que deviam pagar à coroa, assim como os homens de fora que viessem para vender ou para comprar.²⁷

[Chancelaria D. Afonso III, L-1º,
fl.82 (A.N.T.T.), *apud* 1956:275 Vol. II, tomo I]

Num estudo realizado sobre as ligações inter-regionais no Algarve medieval, Luís Filipe Oliveira referiu que “Por via dos itinerários da Reconquista conhecem-se, pelo menos, duas ligações ao Alentejo: a que vinha de Aljustrel em direção ao castelo de Paderne, passando a serra por Ourique, e a que saía de Beja para Faro, com trânsito por Almodôvar, Salir e Loulé.” (S. Agostinho, 1792;85,94-95, veja-se também Oliveira, 2006;33) cujos trajetos tinham sido mais bem fundamentados.²⁸ Teria sido esta última, que correspondia a uma via romana, utilizada por Afonso III quando tomou a cidade de Faro” (Oliveira, Luís, 2006;33;Dias, 1980;453-519; S. Agostinho, 1792:85,94-95).

Apesar de Humberto Moreno, num estudo anterior, ter traçado uma rede mais abrangente com “três grandes itinerários a partir de Beja: a estrada de leste, que seguindo o curso do Guadiana chega até Tavira; a via central que, por Ferreira do

²⁷ Rau, Virgínia. Carta de feira de Covilhã, 1260. Publicada em *Feiras Medievais Portuguesas, Subsídios para o seu Estudo*. 2.ª Edição, Editorial Presença Lda., Lisboa, 1943: 76-77; id., Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, Vol. 1, publicada por Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, 245-246.

²⁸ Oliveira, Luís Filipe. Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval in *Actas das I Jornadas as vias dos Algarve da Época Romana à Actualidade*. São Brás de Alportel, 2006 Cf. Frei Joaquim de S. Agostinho, Sobre huma Chronica inédita da Conquista do Algarve, Memórias de Literatura Portuguesa tomo I, 1792, pp. 85, 94-95. Lê-se o mesmo relato na *Crónica do Reino*. Veja-se *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998, pp.147,156-157. Consultado: 15/09/2014.

URL:

https://www.academia.edu/721694/CAMINHOS_DA_TERRA_E_DO_MAR_NO_ALGARVE_MEDIEVAL.

Alentejo, se estendia na direção de Almodôvar e Loulé; finalmente, a estrada ocidental que, por Évora e Ferreira do Alentejo, se dirigia a Lagos” (Moreno,1972:101 *apud* Maia Marques, 1999:119). As feiras alcançaram grande expressão, após a tomada da regência por Afonso III, que aplicou os conhecimentos adquiridos sobre atividades mercantis de feiras realizadas em França, adaptando-os às necessidades do reino. Esta situação implicou um aumento considerável do número de feiras em Portugal, entre 1258 e 1262, acompanhado pela política de concessão de cartas de privilégios, “assegurando aos feirantes imunidades, a segurança deles e das suas mercadorias em trânsito ou em paragem, autorizando o porte de arma no recinto da feira para a sua própria defesa, proteção dos seus e dos produtos em venda” conforme referiu João Silva de Sousa²⁹. Estes certames, fixados pelo soberano através das “Cartas de Feira”, isentavam os seus frequentadores de impostos, favorecendo, assim, o comércio interno e externo, a articulação da agricultura com a atividade comercial e o aumento dos recursos financeiros (Mattoso, 1994:140). Estas disposições foraleiras concedidas às vilas de Silves, Faro, Loulé e Tavira, em 1266, continham idênticas disposições no que dizia respeito aos “mercadores naturais da vila, já que, aqueles que dessem soldada, não pagariam a portagem. O almocreve que viesse da almocrevaria faria o seu foro uma vez por ano.

Mas pagava-se a décima da madeira que viesse por água. (...). Aqueles mesteirais, ferreiros ou sapateiros, que vivessem do seu ofício, mas sem casas, mandava-os Afonso III ir residir para as suas lojas ou tendas, mediante o pagamento de foro.

[Iria, 1956:275]

No entanto, a partir de 3 de fevereiro de 1274, a Ordem de Santiago passou a receber tributos de certas mercadorias em trânsito pelos rios Sado e Tejo, mas também no Algarve, onde possuía importantes terras, tal como consta de um contrato celebrado entre Afonso III e o Mestre D. Paio Peres Correia que exprimia o seguinte:

²⁹ Sousa, João Silva de. *A Feira na Idade Média in Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências Nova Série*. João Silva de Sousa. Prof. da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História). Também publicado in “As Feiras em Portugal na Idade Média”, Feiras. A Escola e os Descobrimentos, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 7-35. Acesso: 15/09/2014.URL: http://www.triplov.com/letras/Joao_Sousa/feiras/index.htm.

Declara-se nessa composição, entre outras coisas, que o pagamento da dízima, a el-Rei e à dita Ordem, incidia sobre todas as barcas entradas pela foz do rio de Alcácer, carregadas de panos, madeiras, coiros, cera, ferro, cobre e outros materiais.

[Iria, 1988: 279]

Os documentos que nos sugerem que, naqueles tempos, já existiria uma importante rede fluvial, conforme referida por Estrabão (Iria, 1956:236), ligada ao comércio externo, tendo como principais portos algarvios Castro Marim, na foz do Guadiana, Tavira, Faro e Lagos, são os forais da segunda metade do século XIII, dados pela monarquia, após a conquista do Algarve (Herculano, 1866:706,734,736-7). Além destes núcleos portuários, aparecem ainda outros centros ligados ao comércio externo, como Silves, através do qual eram exportados figos e madeira da serra de Monchique, escoados através do porto desta localidade.

Loulé apresentava-se servida por um navegável esteiro que conduzia as embarcações, transportando figos, passas e uvas para Faro, onde seriam exportados, conjuntamente com os produtos daquela cidade. Talvez a melhor maneira de avaliar a intensidade do comércio que circulava nas costas algarvias fosse a frequência da pirataria e corso marítimo:³⁰

Sabe-se que em 1295, Bernardo Domgressilli, cidadão e mercador de Baiona, carregara o seu navio, “Santa Maria de Baiona”, nas partes de África, com diversas mercadorias e que no regresso, quando se dirigia para Inglaterra, teve de ancorar no porto de Lagos (*portum de Lascoss*), por causa do temporal, e ali se demorou retido por este. Entretanto, vieram de Lisboa a Lagos vários navios armados que, depois de atacarem o “Santa Maria de Baiona”, o aprovisionaram com todas as mercadorias e o levaram para a capital do Reino. A décima parte do valor das mercadorias apreendidas foi então para o rei, e as restantes distribuíram-se pelos que haviam capturado o navio, cujo dono sofreu um prejuízo de 700 libras esterlinas.

[Iria, 1956:288]

³⁰ “Convém, desde já, distinguir a diferença entre corso e pirataria; contrariamente à pirataria, que é uma atividade de natureza inteiramente privada que envolve, sempre e necessariamente, pelo menos duas embarcações, o corso constitui uma modalidade de guerra praticada por um Estado, através de navios armados por particulares, habilitados com uma carta ou patente, que lhes permite ou confia a missão de perseguir navios inimigos e apreender as respetivas mercadorias.” in *Boletim Ensino | Investigação*, N.º 10, Maio 2011. *Direito Internacional Marítimo e o Direito Nacional no Combate à Pirataria Potencialidades e Limitações*. Publicado por Alexandra von Böhm-Amolly. Consultado:15/10/2014.
URL: http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/Tercenas_medievais.pdf

Afonso III, para além da ajuda da mão de obra estrangeira no fomento da indústria agrária, do enriquecimento e prosperidade do Reino, do repovoamento de centros vitais de comunicação garantia igualmente a ocupação das terras conquistadas e a expansão territorial (*Ibidem* p.191). Com efeito, na sequência da Reconquista, muitos dos mouros forros do Algarve puderam sobreviver graças às necessidades de mão de obra para o plantio dos campos devastados pelas guerras, tendo-se visto obrigados a agarrar a faina da terra (Serrão, 1979:184). Embora o monarca português promovesse, como alternativa aos difíceis itinerários viários, a navegação fluvial e marítima através dos portos de Lagos, Faro, Tavira e Castro Marim na foz do Guadiana e, portanto, mais próximos dos portos do litoral Andaluz e continente norte Africano do que de outras cidades nacionais, o Porto e Lisboa, localizadas a norte do Algarve, teriam também “contribuído para as trocas comerciais com o Mediterrâneo ocidental e o crescimento demográfico” (Ramos, 2009: 83 84 e 87). No panorama do comércio externo algarvio, Tavira suscitava por parte do governo central significativa atenção, conforme é referido no aforamento de 22 de maio de 1268: “Rivulo de Aceca per ubi intrant naves ad Taviram”, devido à navegabilidade do rio da Asseca ou Séqua que tornava possível a entrada de navios (Ventura e Oliveira, 2006:448 [390]. Acresce que Afonso III, ao retomar as inquirições em 1258 (verificação da legitimidade dos direitos senhoriais relativo às terras e herdamentos), tinha a intenção de recuperar as terras da coroa³¹, consideradas a principal fonte de rendimento determinante no tráfico comercial e imprescindíveis no acréscimo da riqueza. Em suma, na segunda metade do século XIII, a Coroa ficou marcada pelo renascimento comercial e urbano, através da fundação de feiras e promulgação dos privilégios que lhes foram atribuídos, bem como uma ponderada reforma da economia tributária e monetária (1253 a 1258), decretada através de cartas régias, forais e de aforamentos coletivos, os quais se destinavam a introduzir a moeda, como forma de pagamento dos géneros e serviços, contribuindo para o “fomento

³¹ Mattoso, José. *O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política. Análise Social*, vol. (157), 2001, 899-935. Consultado: 10/08/2014.
URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872483603jXR0rk0Ob64EZ5>

das povoações, que se tornariam em breve centros económicos importantes” (Mattoso, 1994:139).

Tradicionalmente, os acontecimentos da época medieval portuguesa foram registrados com base nos factos históricos, como é o caso dos reinados, das decisões políticas, do papel de seus protagonistas e das lutas. O interesse crescente dos investigadores em torno das histórias económicas tornou-se público a partir do último terço do século XIX. A esse propósito, Luís Augusto Rebelo da Silva forneceu o primeiro “censo”, desenvolvido através do arrolamento dos besteiros do conto entre 1421-22 para calcular a população total portuguesa, nos princípios do século XV (Rebelo da Silva, 1868:52). Embora os estudos demográficos sobre a população medieval portuguesa careçam de fontes rigorosas, na esteira de Alexandre Herculano, quando muito, permitiam saber a importância relativa das diferentes cidades no final do século XIII (Vasconcelos, 2009:52).

Dentre os diversos investigadores, Rebelo da Silva extraiu múltiplas conclusões sobre a importância das cidades e vilas do Reino naquela época, com a simples multiplicação do número de besteiros por duzentos e treze, não para fixar ao certo o número de habitantes, mas para avaliar, com alguma segurança, o seu número aproximado (Silva, 1868:52). Foi então que o cálculo dos vizinhos residentes nas vilas e termos se tornava uma hipótese promissora do cálculo da população com base no *rol de besteiros do conto*, apurado nos registos fornecidos pelos conselhos, nos quais figuravam o número de mesteiros e de funcionários aptos para a guerra e a posse de cavalos e armas. Os fossados combinavam infantaria e cavalaria: aqueles que preenchessem os critérios de promoção à cavalaria vilã tinham a obrigação de comprar cavalo e as respetivas armas, bastando para isso uma jugada de bois, 40 ovelhas, um asno e dois bois aparelhados. Os peões ou peonagem, que normalmente tinham a seu cargo a defesa dos mantimentos e o saque, deviam adquirir as armas específicas do seu estado (uma cota de malha, elmo, escudo e lança).

Contudo, também o montante de imposto a pagar pelos tabeliães para o número de besteiros fornecido por cada concelho possibilitava entrever quais as povoações de maior dimensão e de maior dinamismo socioeconómico (Vasconcelos, 2009:80). Segundo a tese de mestrado de Maria José Serra, “Cláudio Torres teria atribuído para o

período compreendido entre os séculos IX e XII um índice populacional que variaria entre 2000 e 2500 numa área amuralhada entre 6 e 7 hectares para as cidades de Silves e Faro, enquanto Tavira, Loulé e Cacela apesar de não ultrapassarem os cinco hectares de área intramuros contariam com uma estrutura urbana significativa. Já Rosa Varela Gomes afirma que a vila adentro de Faro abrigava cerca de 3000 habitantes, a de Loulé 1500 e Silves 3500 habitantes. Na primeira metade do século XIII, Maria José Gonçalves estima que Silves teria atingido 6284 habitantes para uma área total de 18 hectares.”³² Uma outra ordem de subsídios que nos podem dar uma prospeção do índice de povoamento seria a lista das igrejas que fixaria, a partir de 1320, o montante que o monarca deveria coletar das rendas eclesiásticas para fins militares (*Ibidem* p.80).

Embora estes números sejam meramente conjecturais, não houve nenhuma cidade, entre os finais do século XII e primeira metade do século XIII, que se assemelhasse em tamanho e importância a Lisboa, cuja população parece ter atingido os dez mil habitantes. Enquanto, no final do século XIV, a urbe alcançaria trinta e cinco mil vizinhos, tendo este número aumentado, no século XV, para 63750, o que a equiparava às cidades portuárias de Málaga e Almeria, no sul da Península. Contudo, só a partir de 1527 é que foi possível recensear a população em Portugal, registando-se em Tavira 1567 indivíduos dentro da própria cidade e 478 no seu termo. Apesar da superioridade numérica dos povoadores cristãos, uns permaneceram arabizados, tomando o nome de moçárabes, outros de “muladis”, alguns destes ter-se-iam convertido ao Islamismo, mas todos viviam em relativa harmonia. Partindo de um estudo feito por Soares de Barros³³ sobre a população de Portugal em 1422, dentre as cidades mais importantes situadas no litoral algarvio estimar-se-iam Faro, com uma população rondando 10.050 habitantes, Silves com 3 mil, Lagos com 5300 e Loulé com

³² Serra, Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos Serra. *Águas do Quotidiano. Estruturas Habitacionais Islâmicas no Território Algarvio*. Tese para o grau de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade do Algarve, 2013. Consultado: 25/01/2014. URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/3696>.

³³ Barros, José Joaquim Soares de. *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia*. in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo I, Lisboa 1789, p.123. Livro digitalizado da biblioteca da Universidade de Michigan pelo Google e descarregado para o arquivo da Internet pelo usuário TPB. Consultado: 22/07/2014. URL: <http://www.archive.org/details/memoriaseconomi03lisgoog>.

4200. Rebelo da Silva³⁴ determina, por seu turno, a ocupação de alguns concelhos no Algarve, multiplicando cada uma das densidades populacionais pelas respectivas áreas, estimando a população do Algarve em 44.940 habitantes. A proposta de Oliveira Marques, com base no número dos besteiros de cada terra “à proporção do número total de seus habitantes, e, tomando o índice de um besteiro para cada 213 pessoas, em torno de 1385 Tavira e seu termo contariam com 7242 vizinhos e Faro, na mesma época, com 33 besteiros do conto, com 7029 moradores” (Marques, 1987:25). Apesar de este coeficiente multiplicador ter suscitado alguma polémica por parte José Barros e Rebelo da Silva, parece que acabou por obter um consenso para Alexandre Herculano e Oliveira Marques.

Costa Lobo³⁵ manteve uma posição intermediária entre Gama Barros e Rebelo da Silva no que diz respeito às posições radicais que ambos tomaram quanto às regras de contagem dos besteiros, no sentido do cálculo do número absoluto da população portuguesa na Idade Média Baixa, dado que seu campo de estudo se centrava, principalmente, no século XV.

Os valores que os investigadores apresentam não nos parecem exagerados, tendo em conta que, “cumprindo que o número de besteiros fosse proporcional às forças militares de cada concelho e este à sua população e riqueza”, indicavam a importância relativa dos principais núcleos urbanos através do regimento dos besteiros, o que decerto modo não deixa de contribuir para avaliar a subida da curva demográfica das diferentes cidades nos finais do século XIII (Herculano, 1984:8).

³⁴ Silva, Luís Augusto Rebelo da, *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*. Parte I. 1097-1540, Lisboa, 1868. Livro digitalizado da biblioteca da Universidade da Califórnia pelo Google and descarregado para o arquivo da Internet pelo usuário TPB. Consultado:15/07/2014. URL: <http://www.archive.org/details/memriasobreapop00uragoog>.

³⁵ Marques, António Henrique de Oliveira. “A população portuguesa nos fins do século XIII, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.^a Edição, Col. Documenta Histórica, Editorial Veja, Lisboa, 1980:43.

Quadro 2.1.11 Número de besteiros do conto em povoações algarvias,
finais do século XIV inícios século XV

1 Besteiro x 213 Habitantes	Besteiros - Habitantes 1385		Besteiros - Habitantes 1422	
Silves	25	5 325	30	6 390
Loulé	20	4 250	20	4 250
Faro	33	7 029	30	6 390
Tavira	34	7 242	30	6 000
Castro Marim	15	4 260	16	3 408

Adaptado a partir de *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, publicado por Marques, 1987, apud, Marques, 1699:121³⁶

Mais tarde, no final do século XV e início do XVI, este recenseamento passaria a ser fixado por número de habitações existentes, segundo demonstra Costa Lobo, autor da *História da Sociedade em Portugal no Século XV* (1979:145), uma vez que, em 1527 registaram-se 1.567 fogos na cidade de Tavira e 478 nos arredores. Ao que tudo indica, a densidade populacional deste estudo era idêntica à da Idade Média, no que concerne à fixação e desenvolvimento das populações em zonas portuárias e margem de rios onde pululava a vida artesanal e mercantil. No entanto, as cidades do litoral algarvio, na época medieval, carecem de censos, o que torna difícil avaliar, de modo absoluto, a população nesta região. Na colina genética de Tavira, as muralhas que cercavam a Medina medieval, o castelo e a mesquita maior dominavam um extenso vale arborizado, cortado pelo rio Séqua, sobre o qual fora construída uma ponte que servia de defesa da passagem do rio para a urbe e outras povoações nas cercanias, que se estendiam aquém e além da linha do Guadiana.

A própria colina, quase isolada, afigurava-se como uma península devido à importância da sua localização estratégica militar, uma vez que, do seu ponto mais alto, era possível controlar grande parte do rio Séqua e a entrada da barra e da defesa da sua

³⁶ Marques, António Henrique de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal* (Direção A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão) Editorial Presença, Lisboa, 1987:25. O tema é abordado frequentes vezes pelo autor, mas também por Soares de Barros em “Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo 1, Lisboa, 1789.

costa do lado sul e quem vinha das montanhas ou antigos percursos viários pelo interior das terras.

Num ponto onde o mar invade o leito do rio e o torna navegável, o intercâmbio entre a população autóctone e a forânea levou à intensificação económica e demográfica, contribuindo para a evolução da zona extramuros, a valorização das margens ribeirinhas e a expansão do arrabalde para a margem esquerda do rio. Com efeito, desde o tempo em que os homens aprenderam a comerciar, a própria povoação tornou-se uma paragem imposta, enquanto o rio tinha o privilégio exclusivo das trocas comerciais e da comunicação interurbana com a Espanha, o norte de África e o resto da Europa. A bordadura das margens fluviais adaptaram-se aos fluxos comerciais anteriores, o que só serviu para aumentar ainda mais essa centralização, transformando a cidade num núcleo que se articulava com outros centros urbanos, irradiando por todo o Algarve e convergindo com percursos que se dirigiam à Andaluzia, ao mar Mediterrâneo e ao norte do continente Africano.

2.3 Conquista definitiva das últimas praças algarvias

2.3.1 A tomada de Tavira aos mouros em 1242

O ano era 1242 e o tempo sombrio que pairava sobre a região mais meridional do Algarve o prelúdio do intenso confronto que marcou o dia de São Barnabé como o mais macabro da Reconquista do *al-Gharb*. Os muçulmanos e os cristãos estavam de novo a pelejar, na sequência de uma série de escaramuças, avanços e recuos, sobrevivendo dos ataques a Estômbar, Alvor, Paderne e Silves (Oliveira, 2009: 89-102)³⁷.

³⁷ Oliveira, Luís Filipe. *A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)*, Universidade do Algarve / Instituto de Estudos Medievais, in *La Orden Militar de Santiago. Fortificaciones y Encomiendas*. Actas del V Congreso Nacional sobre la Cultura en Andalucía. La orden militar de Santiago – El castillo de Estepa Conmemoración del VI Centenario de la muerte del Maestre Lorenzo Suárez de Figueroa (1409-2009). Cuadernos de Estepa n.º3. Serie Cuadernos de Estepa – Edición digital. Ayuntamiento de Estepa, sesiones celebradas el 14, 15 y 16 de septiembre de 2009:89-102. Consultado: 24/03/2014. Também na mesma data foi consultada uma edição digital *Sobre uma crónica inédita da Conquista do Algarve* por Frei Joaquim de Santo Agostinho, 1878:79 in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo I, 2.ª edição; 2009:74-97.

URL:

http://www.academia.edu/6436765/A_Ordem_de_Santiago_em_Portugal_a_conquista_das_terras_do_Sul_s%C3%A9cs._XII-XIII
URL: http://purl.pt/7112/hg-7906-v/hg-7906-v_item2/index.html>

Para trás, ficariam mais de cinco séculos de islamização e também uma história comum com o Mediterrâneo. Consta que foram os mouros que romperam a trégua por eles instada, para poderem recolher as colheitas entre julho e setembro, na festa de São Miguel. Outros alegaram a ferocidade dos atos da “perfidia africana” (Frei Vicente Salgado, 1786:292 *in* Vasconcelos,1989.29). Seja como for, os níveis de confiança não deviam andar muito elevados naqueles tempos, a julgar pela sentença arbitral de 7 de janeiro 1272, obrigando o Mestre D. Paio Correia a renunciar às doações de Tavira, de Cacela e de Castro Marim concedidas à Ordem de Santiago pelo Rei e confirmadas pelo Papa. Para além daquelas doações, também os seus direitos sobre as mercadorias entradas pelo Guadiana com destino a Mértola seriam anulados, restando-lhe apenas os seus direitos de padroado da igreja de Santa Maria e das igrejas situadas no termo, umas casas em Tavira e a herdade de Gomeira na atual vila de Cabanas:

[...], controversie cause et questiones verterentur super Tavira et terminis suis, Açala cum terminis suis, Castromarin quod est in termino de Caçala ut dicitur, et super juribus eorumdem, et super Aaveyras cum terminis suis, et super juribus patronatos ipsius loci, et omnium predictorum locorum ecclesiarum factarum et faciendarum, et super pane, vino et quibusdam aliis que sunt ad comedendum vel bibendum que per mare portantur ad Mertolam per focem de Udiana a moratoribus de Mertola [...].

[Ventura e Oliveira, 2006:303 (726); 2006:295 (720)]

Reza a Crónica existente no Arquivo da Municipal de Tavira (cf. Apêndice, I) que muçulmanos e cristãos se concertaram sobre uma trégua de três meses, de julho a setembro de 1242, para que aqueles pudessem reunir todas as suas colheitas caso Tavira fosse sediada. Durante esse período, um pequeno destacamento de monges militares permaneceu em Cacela, a descansar e a recuperar das recentes contendidas, enquanto outros decidiram ir caçar aves, num sítio conhecido como as Antas nas cercanias de Tavira. D. Paio Correia preveniu o comendador-mor, D. Pêro Paes, do perigo que enfrentaria o pequeno grupo de cristãos ao penetrar em terras inimigas, distantes de cerca de três léguas da base militar de Cacela, tendo em conta que os mouros eram muito apegados tanto às terras como às suas mulheres. D. Pêro Paes assegurou que não havia motivo para preocupação por estarem em tempo de tréguas e iam em paz. Ao

chegarem a Tavira, os seis cavaleiros, em vez de se desviarem da vila, decidiram cruzar a ponte e atravessar a praça da vila em direção ao campo das Antas.

A crónica diz ainda que os muçulmanos “maravilharam-se muito”, isto é, ficaram espantados diante da provocação dos cavaleiros e lançaram-se em sua perseguição atacando-os no sítio das Antas. Os freires, ao perceberem as intenções do inimigo, tentaram defender-se como puderam, infligindo algumas baixas, mas não poderiam resistir por muito mais tempo devido ao número superior dos atacantes. Foi então que Garcia Rodrigues, mercador cristão, na sua rota habitual de comércio entre Faro e Tavira, decidiu interromper a viagem para ajudar os freires de Santiago. Enviou um mensageiro a toda a brida avisar D. Paio Correia, enquanto a sua caravana de mercadorias, puxada por mulas prosseguiu na lenta e penosa marcha, tendo o mercador prometido aos seus servidores que fossem partilhadas entre eles caso não sobrevivesse aos ataques.

D. Paio Correia ao saber da emboscada, lançou-se com um esquadrão em socorro de seus homens atravessando a praça da vila, deixando os mouros boquiabertos por não acreditarem que o Mestre tivesse conhecimento do ocorrido, mas temendo o que pudesse acontecer encerraram as portas da vila. Quando o Mestre chegou às Antas, encontrou os corpos ensanguentados dos seus companheiros e do mercador já sem vida. Um misto de sofrimento e revolta invadiu D. Paio Correia que se lançou num arriscado ataque e depois de intenso combate vingou morte dos seus cavaleiros. Muitos morreram naquele local, enquanto outros, em fuga, foram abatidos no caminho de volta a Tavira. O massacre continuou na vila causando a morte a uma boa parte da população, quando perto da Mouraria alguém abriu a porta do Postigo para recolher aqueles que fugiam a uma morte certa. Mas ao deixarem passar os mouros foram bruscamente surpreendidos por D. Paio Correia que forçou a entrada com os seus homens e logo se apoderou das fortificações.

Aliás, o facto da *Crónica da Conquista do Algarve* registar que os seis cavaleiros entraram pela praça da vila e que D. Paio entrou pela porta do Postigo prova que estas portas já existiam nessa época. Foi assim, inesperadamente que Tavira foi tomada do jugo dos mouros no dia de São Barnabé em 11 de junho de 1242. De acordo com o modo como Frei João de São José descreveu a tomada de Tavira em sua

Chorographia do Reino do Algarve, de 1577, o Mestre e sua hoste teriam ocupado as muralhas da cidade, sem dar tempo aos mouros de resistirem ou de se organizarem. Também, não sabemos se o governador mouro, Aben-Fabila, morreu durante os confrontos ou se lhes sobreviveu, embora, a nosso ver, o alcaide mouro pudesse ter escolhido a fuga por caminhos ocultos fora das muralhas e encontrado esconderijo no caminho para Andaluzia, uma vez que existiam subterrâneos dentro do recinto amuralhado, tal como foi demonstrado por Damião Vasconcelos (Vasconcelos, 1937: 217-218). A esse respeito, reza a lenda que a fuga do alcaide mouro Aben-Fabila teria sido planejada pelas galerias subterrâneas que ligavam o castelo aos aforas da muralha. À boca do rio Séqua, o emir teria desaparecido, sem deixar rasto, enquanto homens de sua confiança escoavam os tesouros para uma galé aparelhada e pronta a zarpar, enquanto cristãos e mouros digladiavam entre si a posse de Tavira (Oliveira, 1898:185-187). Refere ainda a lenda que o alcaide, temendo ver a filha refém dos militares cristãos e na impossibilidade de a levar consigo, decidiu encantá-la na cidadela do castelo, na esperança de algum dia voltar ali a governar. E, assim, perpetuou-se a lenda do aparecimento da moura encantada a pairar sobre o castelo, nas noites de São João (23 de junho) e a suspirar pelo seu triste destino.

O Mestre assegurando-se da defesa da vila de Tavira, regressou com os seus companheiros de armas às Antas, onde permaneciam os cavaleiros massacrados, ordenou a recolha dos corpos para serem trasladados para a mesquita maior, então sagrada Igreja de Santa Maria, e mandou fazer um monumento gravado com os sete escudos e as vieiras de Santiago. Depois, em solene procissão, os corpos dos seis cavaleiros e do mercador foram acompanhados para o mausoléu, onde foram depositados e seus nomes inscritos na sepultura: Dom Pêro Paes - comendador-mor, Mem do Valle, Damião Vaz, Alvaro Garcia, Estevam Vaz, Valério d'Ossa e o mercador Garcia Rodrigues (Guerreiro e Magalhães, 1983:166-168). Podemos ler no túmulo dos cavaleiros convertidos em mártires (por terem entregue suas vidas pela Fé em Jesus Cristo) a seguinte inscrição: “Aqui jazem os ossos de sete cavaleiros que faleceram na tomada desta cidade aos mouros em 11 de junho de 1242”.

Vários historiadores referem ainda que Tavira foi cercada de novo por D. Afonso XI de Castela que veio pôr cerco a Tavira em 1337 e que este só teria posto fim às suas intenções por lhe terem aparecido os sete cavaleiros cristãos sacrificados, facto

que o teria convencido, que a vila algarvia estava defendida não apenas pelos vivos, mas até pelos mortos. Anos mais tarde, também o túmulo de D. Paio Correia foi homenageado, depois dos restos mortais serem transladados para a mesma igreja, onde se pode ler na lápide do lado da capela-mor: “Aqui jazem os ossos de D. Paio Peres Correia grande mestre da Ordem de Santiago que tomou esta cidade aos mouros, faleceu em 10 de fevereiro de 1275 e meteram-se aqui no ao de 1751”.

Muitos historiadores andaluzes argumentam que, após a morte de D. Pelay Perez Correa (Paio Peres Correia), em solo castelhano, pelo ano de 1275, este terá sido sepultado num túmulo, no altar-mor do Mosteiro de Tentudia, em Badajoz, por ele fundado na segunda metade do século XIII. Porém, Rui de Pina, autor da *Crónica da Conquista do Algarve, 1357* e da *Crónica de D. Afonso III, 1497*, defende que os seus restos mortais jazem no templo de Santa Maria. Será que poderia coexistir dois túmulos com os restos mortais de D. Paio Correia partilhados por ambos os templos?

2.3.2 A mudança forçada do monarca português em 1245-1246

O segundo filho de D. Afonso II e de D. Urraca de Castela abandonou o Reino, aos dezoito anos, durante o governo de seu irmão, D. Sancho II, e foi procurar posição e fortuna junto das cortes francesas e borgonhesas, com as quais mantinha laços de sangue. A partir de 1234, durante uma década, frequentou a corte de Luís VIII (1187-1226), que tinha casado com a sua tia materna, D. Branca de Castela (1188-1252), regente daquele Reino, por morte do marido e em nome do seu filho menor, Luís IX, durante oito anos. A rainha viúva de França era, assim, irmã de Urraca, a mulher de Afonso II de Portugal, e de Berenguela, a mãe do rei de Castela e de Leão.

Deste modo, naqueles tempos, os governos dos Reinos mais eminentes da cristandade estavam assegurados por três primos direitos: Luís IX de França, Fernando III de Castela e Sancho II de Portugal (Ribeiro, 1929:230). Durante a sua estadia em França, o infante Afonso foi ascendendo na sua posição: primeiro foi armado cavaleiro, depois tornou-se vassalo do monarca francês e, finalmente, casou com a viúva herdeira do Condado de Bolonha, Matilde, enlace este que lhe acrescentou o título de Conde. Ao distinguir-se pela bravura e destreza nas armas na batalha de Saintes, contra os ingleses

(1242), o conde coroou as suas prestações com a admiração de todos os nobres que o acompanharam naquela aventura.

Os eclesiásticos viram nele a solução de continuidade para a soberania e integridade da coroa portuguesa, tendo esta ideia chegado aos ouvidos do Papa Inocêncio IV, cujas advertências a Sancho II permaneciam estéreis. O Sumo Pontífice permanecia preocupado com a falta de ordem no Reino, em consequência das lutas intestinas que se verificavam entre as classes sociais, clero e nobreza e no seio dos membros das próprias classes, ao que acrescia as ausências permanentes do Rei em campanhas contra o Islão. O papa decidiu enviar uma delegação de clérigos e nobres portugueses, propondo um pacto de chefia a Afonso, conde de Bolonha. Estava em causa o afastamento de Sancho II do governo e a restauração do Reino a favor do seu irmão, com o título de “Procurador do Reino” ou “Defensor e Visitador do Reino pelo Sumo Pontífice” (Ribeiro, 1929:242). Depois de ter prestado juramento em França, o Conde embarcou rumo a Lisboa, em dezembro de 1246, onde iniciou uma operação militar com o objetivo de pôr fim à agitação social.

Por sua vez, Sancho II apresentava a glória militar como defesa face aos ataques do clero e, com a ajuda de D. Paio Peres Correia (vassalo d’el-rei D. Sancho II e comendador de Alcácer), somava os troféus conquistados aquém e além Guadiana: os castelos de Mértola, Alfajar de Pena e Aiamonte. A oriente do *Gharb*, as povoações de Cacela e Tavira, também recuperadas aos mouros, tinham sido doadas à Ordem de Santiago, respetivamente em 1240 e 1244, como reconhecimento daqueles feitos.

No entanto, o Professor Ângelo Ribeiro considera que “a atitude da Santa Sé para com Sancho II de Portugal não era de irredutibilidade, mas antes de advertência paternal, já que as glórias militares do rei dos portugueses, na luta contra o infiel, tinham impressionado Roma” (*Idem, Ibidem* 1929:230). Porém, a situação acabou por se desenvolver de modo a favorecer a escolha do infante Afonso para a liderança da Coroa portuguesa, de modo que, com o apoio do clero, de parte da nobreza e do Reino, o conde de Bolonha, contando ainda com o apoio papal após o juramento de restaurar as leis, a justiça do Reino e o respeito pelas liberdades eclesiásticas, dirigiu-se a Portugal, com o pretexto de estar numa missão à Terra Santa, chegando a Lisboa em 1246.

O Conde de Bolonha teria incutido ao Papa que, se o irmão tivesse um herdeiro, iria contra todas as expectativas que haviam acordado em Paris, tendo Inocêncio IV concordado e declarado a nulidade do casamento de Sancho II com D. Mécia Lopes de Haro, com base no grau de parentesco entre os cônjuges, pela bula *Grandi non immerito* a 24 de julho de 1245 (Mattoso, 1984:7-23). Em acréscimo ao fecho da bula, o sumo Pontífice ressaltava as suas intenções de não pretender arrancar a coroa a Sancho II, ou a seu filho, caso existisse, “mas salvá-lo a ele e ao Reino, valendo-se da prudência do conde de Bolonha” (*Ibidem* 1929:240).

Toda esta trama foi astuciosamente orquestrada de maneira a ocultar as verdadeiras intenções de Afonso de se substituir ao seu irmão no trono. No entanto, a sucessão de Afonso continuava ameaçada por D. Mécia Haro, que ainda não tinha dado um herdeiro a D. Sancho, situação que poderia mudar a qualquer momento e suscitar graves problemas na pretensão de D. Afonso à coroa. Foi então encontrada uma solução que consistiu no rapto de D. Mécia, narrado no *Livro das Linhagens* pelo conde D. Pedro (Herculano, 1984:210, vol. VI. livro V). Nesta obra, o autor relata que o “nobre de nome Raimundo Viegas de Portocarreiro, acompanhado por outros cavaleiros afetos ao conde de Bolonha, consegue entrar no paço real de Coimbra e arranca a Rainha do leito onde se recolhiam D. Mécia e D. Sancho II, levando-a para o paço real em Vila Nova de Ourém. Tendo ido no alcance da esposa, D. Sancho II ordenou que lhe abrissem as portas do castelo, conseguindo somente que lhe fossem arremessados vários projéteis. Achando-se pouco capaz para insistir na tentativa de recuperar D. Mécia, resigna-se”. Alexandre Herculano relata aquele incidente no seu livro assim:

Raimundo Viegas viera a Coimbra com “companhas” (companhias de homens de armas) de Martim Gil de Soverosa; que roubara D. Mécia do lado de el-rei, com quem dormia; que a levava para Ourém e que, correndo Sancho II a libertá-la com gente armada, não podendo alcançar os roubadores e apresentando-se junto de Ourém, castelo então fortíssimo, fora obrigado a afastar-se pelos tiros e arremessos arrojados dos muros.”

[Herculano, 1984:210, vol.VI. livro V]

O historiador José Barros explica que o relato dos acontecimentos históricos se enquadrava no tradicional panorama de feitos não cavalheirescos. A título de exemplo, o fidalgo Raimundo Portocarreiro, que tinha sido vassalo direto do rei D. Sancho II, por

oportunismo, juntou-se aos partidários de Afonso III, aproveitando o facto de o país estar mergulhado na guerra civil a partir de 1245.

Não deixando de ser considerado uma mudança forçada para obrigar o irmão a sair do poder, Afonso levou a cabo os trâmites políticos que envolveram até mesmo o apoio papal. A tomada do trono português teria sido mais tarde legitimada por outras estratégias. “Os próprios livros de linhagens oferecem algum contributo para a justificativa da usurpação, ao delinear a segunda metade do reinado de Sancho II como um desgoverno que já não conseguia manter a ordem social.”³⁸ (Barros, 2011: 92).

D. Sancho II pediu auxílio a seu primo D. Fernando III, rei de Leão e Castela, que compadecido com a desgraça do monarca português, lhe concedeu ajuda imediata, mediante a promessa do trono de Portugal, na ausência de prole. Assim, foi enviado um exército rumo a Portugal, sob o comando do infante Afonso (filho de D. Fernando III), com uma grande maioria da fina flor da nobreza militar de Castela e de Leão, para libertar o território português da tirania dos usurpadores. O Conde de Bolonha não via de bom grado uma confrontação com o exército castelhano militarmente superior, sendo conhecedor do perigo que poderia advir ao seu precoce governo, e preferiu negociar com os invasores. Atribuiu à sua nova administração o papel de defensor do Reino, devido à importância do decreto papal, ao apoio incontestado da maior parte dos portugueses e o suporte incondicional dos franceses. Alertou ainda para a excomunhão daqueles que, por ordem do rei daquele Reino, avançassem para a invasão contra o mandato apostólico e para as sanções que recairiam das infrações cometidas contra o Papa e contra a própria Igreja Romana. De modo que a hoste castelhana regressou a Toledo, logo seguida por Sancho II, principiando então o reinado do conde de Bolonha.

Embora até 1248 tivessem havido diversas lutas entre os partidários dos irmãos, a guerra civil esmorecia com a morte de D. Sancho II (em janeiro de 1248), que se exilara em Toledo (no final de 1247), e o reinado fortalecia com a sucessão por herança real. A principal preocupação do bolonhês foi de assegurar a pacificação da nobreza,

³⁸ Barros, José d’Assunção. *Livros de Linhagens na Idade Média Portuguesa, a constituição de um género entre a genealogia e a narrativa*. Publicado na Revista de Convergência Lusíada, nº25, janeiro a junho de 2011:92. Consultado: 30/11/2014.

URL: <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/138.pdf>

mobilizando-a em torno de uma luta comum, que permitisse ultrapassar as discórdias e repelir as ameaças de uma anexação castelhana. É nesse contexto que se insere a ofensiva algarvia de 1249-1250.

2.3.3 A ofensiva algarvia de 1249 a 1250

Quando D. Sancho II morreu, destronado em Toledo, em janeiro de 1248, seu irmão e rival, até então conde de Bolonha, e futuro D. Afonso III, apressou-se a consolidar o seu poder como novo monarca. Desde Lisboa, enviou uma série de cartas a todos os concelhos (Forais), onde prometia instaurar tranquilidade, segurança, justiça, proteção aos súbditos, dialogar com os concelhos e reestruturar o território.

Posteriormente, o monarca lançou uma série de medidas tendentes ao enriquecimento do património da coroa, controlando a propriedade régia (inquirições de 1258) e o comércio nas grandes vilas e cidades portuárias. Logo os apoios necessários da maioria da nobreza regional, da burguesia e da plebe, afetadas gravemente pela guerra civil, não se fizeram esperar, sendo este suporte indispensável para o monarca consolidar o poder e desarmar a oposição. Como decorre da observação de Joaquim Serrão sobre o testemunho de Marcelo Caetano na sua obra intitulada *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, “o bom acolhimento do novo monarca estava garantido por uma longa preparação a que não seriam estranhos os contatos havidos em França entre os mercadores de Lisboa e o conde de Bolonha” (Veríssimo Serrão, 1990:134).

Recordemos que, naquela época, a riqueza provinha da agricultura, da indústria mineira, da exportação dos produtos excedentes e das trocas comerciais com os países europeus e africanos. Mormente, na cidade de Bordéus em França ter-se-ia assinalado a presença de uma trintena de mercadores portugueses, tal era a amplitude das transações comerciais. Foi também nessa altura que o rei de Castela e Leão expulsou os mouros de Sevilha, tendo sob sua jurisdição D. Paio Peres Correia, que continuava a ajudar Portugal na conquista de cidades e castelos ainda em poder dos infiéis.

O rei D. Afonso III lançou-se de imediato na reconquista da zona meridional algarvia, que, entretanto, tinha sido tomada novamente pela *taifa* Almóada. Estes tinham-se aproveitado da profunda instabilidade que marcou todo o reinado de Sancho II para realizar a sua conquista pelo Islão. Num processo de recuperação dos territórios perdidos, D. Afonso III ocupou Faro em maio de 1249, seguida de Albufeira, Porches e, no ano seguinte, Aiamonte. Porém, Sevilha permanecia fora do seu alcance porque, entretanto, tinha sido conquistada por Fernando III, em 1248, com a ajuda dos monges santiaguistas que, fiéis à memória de Sancho II, permaneciam em Andaluzia.

É oportuno recordar que a progressão da Reconquista no Algarve e o avanço da linha do Guadiana até Tavira se devem a D. Sancho II e a posse definitiva do ocidente algarvio a D. Afonso III, com a sua particular contribuição diplomática na relação com Castela e Leão. No entanto, de acordo com a *Crónica Inédita da Conquista do Algarve* publicada por Frei Joaquim de Santo Agostinho, com base num documento encontrado na Câmara de Tavira em 1788, depreende-se que tanto D. Sancho II, como D. Afonso III, parecem ter ficado para segundo plano no que diz respeito às vitórias de D. Paio Correia na província do *Gharb-al-Andaluz* que foram decisivas para a afirmação da identidade algarvia.

As vitórias devem-se sobretudo ao Mestre por ter demonstrado perícia na arte da guerra, durante a retomada aos mouros de terras e castelos, que foram atribuídos como troféus de batalha à Ordem de Santiago. As doações que os monarcas portugueses fizeram a D. Paio Peres Correia: D. Sancho II deu-lhe os castelos de Aljustrel em 1235, Estômbar, Alvor, Paderne e Silves em 1242 e Tavira em 1244; depois D. Afonso III cedeu-lhe os castelos de Loulé e Aljezur (Frei Santo Agostinho, 1788:79). A esse respeito o pensamento de Oliveira Marques confirma-se: “Mostraram-se aí secundárias as iniciativas do rei.” (Marques, 1974:116). Mais doações tiveram lugar aquando da conquista de Santa Maria de Faro (Faro), quando D. Afonso III doou todos os bens possuídos pelo mouro Aboaale e sua mulher, Zaforona, nomeadamente as suas casas, almuinhas (horta murada), olivais, figueirais e as próprias salinas. O monarca deu também o castelo de Porches ao seu chanceler, D. Estevão, em 1250, e o castelo de Albufeira ao Mestre Martim Fernandes da Ordem de Avis, em 1250, (Marques, 1984:101). Na realidade, as doações dos castelos abarcavam não só as estruturas e

sistemas defensivos, mas o respetivo termo com todos os direitos e pertenças acrescidos do direito de padroado da igreja ou templos a edificar.

Entretanto, levantou-se um diferendo entre os reis português e castelhano quando, em 1251, D. Afonso III decidiu ganhar pelas armas as vilas de Arroche e Aracena, separadas da província algarvia pelo rio Guadiana. O futuro D. Afonso X, filho e herdeiro do rei de Castela e Leão, que o peso da vida extinguiu lentamente, em seu nome, decidiu reagir face aos avanços do exército português que progredia em direção à capital do Guadalquivir. D. Afonso X deu início a uma invasão, em 1252, alegando que o Algarve lhe pertencia por doação do rei de Niebla, Aben-Mahfoth, soberano de todo o ocidente *al-Andalus*, incluindo a região algarvia, o qual, quando estava em risco de perder esta região, a cedeu formalmente a Castela. Assim, recrudesceram novos conflitos pelo domínio do Algarve, opondo as coroas de Castela e Portugal, tendo o Papa Inocêncio IV rapidamente intercedido para pedir aos reis que desistissem daquela contenda em nome da Santa Sé.

Passados quatro meses, D. Afonso III surgiu com um plano de paz travestido de autêntica vassalagem perante D. Afonso X: a proposta consistia em tomar por esposa sua filha bastarda, D. Beatriz que, segundo nos assinala Veríssimo Serrão, tinha então apenas seis anos de idade, ceder o domínio do Algarve ao sogro em troca das rendas que adviessem daquela província e de colocar à sua disposição cinquenta cavaleiros armados para proteção pessoal do monarca (Veríssimo Serrão,1990:138). Toda esta conciliadora e diplomática negociação seria anulada quando o primeiro filho varão do casal atingisse os sete anos, o que nos é testemunhado pela carta régia com o título “Karta Regis Castelle super facto Algarbii”, datada 16 de fevereiro de 1267, que o rei de Castela mandou escrever durante sua estadia em Badajoz, e que segue nestes termos:

Sepam quantos esta carta vierem e oyerem cuemo nos don Alfonso por la gracia de dios [fl. 87] Rey de Castella, de Tholedo, de Leon, de Gallizia, de Sevilla, de Cordova, de Murcia e de Jahen, quitamos porá sempre a vos don Alfonso por essa misma gracia Rey de Portugal, e a don Denis vostro fijo, e atodos los otros vostos fijos et vostras fijas e vostos herederos todos los pleytos e todas las convenencias e todas las posturas, e todas lass omenages que fuerom puestas e escriptas e seelladas por qual guisa quier que fuessem entre nos e vos, e don Denis e vostro fijos e vostras fijas sobre razom del Algarve que nos tenemos de vos en vostos, dias e non mas, el qual nos diemos a don Denis assi como lo nos tenemos por vostro otorgamento, que nos fiziesse ende ayuda en nostra vida cum cinquenta cavalleros contra todos los Reys d’Espanha si non contra vos assy moros como christianos e contra todas las otras yentes que quisiessem entrar en nostra terra pora fazer y mal.

[apud Ventura e Oliveira, 2006:435 (381)]

Na primavera de 1253, a cidade de Chaves preparou-se para receber o matrimónio que deixou atrás de si suspensa a curiosidade do povo, por dois motivos: primeiro, porque a infanta Beatriz tinha apenas seis anos de idade e segundo, porque o monarca português continuava casado com a condessa D. Matilde de Bolonha, abandonada em França. Resolvido o conflito entre as coroas portuguesa e castelhana, outro problema deflagrou, agora com a Cúria Romana, acusando o bolonhês de triplo pecado régio: adultério, bigamia e incesto³⁹ (Mattoso, 2001:915).

2.3.4 O casamento ilícito em 1253

A reação da condessa Matilde de Bolonha não se fez esperar, uma vez que o comportamento matrimonial do conde deixava muito a desejar, pois não só mantinha várias barregãs no ativo da concubinação real, como alguns filhos bastardos tinham sido agraciados com direitos e herdamentos régios reconhecidos.

Nem todas as eleitas eram de tenra idade e Urraca Abril era um exemplo dessa seleção, cuja nobreza e linhagem, acrescidas da condição de viúva experimentada, com filhos e vários casamentos, pareciam justificar o interesse do rei. Outra relação extraconjugal bem conhecida foi com Elvira Esteves, jovem e de condição inferior, com quem o rei teve uma menina nascida provavelmente entre 1250 e 1255 e a quem doou a vila de Pedrógão, por carta régia, com o título “Carta donationis de Pedrogano facte donne Aleonor”, datada de 28 de janeiro 1271, que parcialmente se transcreve a seguir:

Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego Alfonsus dei gratia Rex Porgualie et Algarbii, una cum uxore mea Regina donna Beatrice Illustris Regis Castelle et Legionis filia et filiis et filiabus nostris Infantibus donno Dionisio (...) do et concedo vobis donne Aleonor Alfonsi mee filie (...) villam meam que vocatur Pedroganum cum suis terminis et cum suis pertinenciis et cum omnibus juribus meis que ego in ipsa villa et in suis terminis habeo et habere debeo per directum.[...].

[apud Ventura e Oliveira, 2006:55 (456)].

³⁹ Mattoso, José. *O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política. Análise Social*, Vol. XXXV. (157), 2001:899-935. Consultado: 05/10/2014.

URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872483603jXR0rk0Ob64EZ5.pdf>

Até uma Moura de nome desconhecido, filha de um alcaide de Faro, teve um filho, com o monarca português, a quem deram o nome de Martim Afonso Chichorro (*Ibidem* 2001:912).

Ora, a condessa de Bolonha, humilhada com a situação e considerando-se a única legítima esposa, levou o caso à Santa Sé, alegando o adultério e pedindo a separação de bens e a restituição do seu dote. Em defesa da moral e da religião, o papa Alexandre IV, pela bula de 26 de julho de 1256, dirigiu-se diretamente ao rei, ordenando, pela segunda vez, a separação imediata entre Afonso e Matilde e a restituição dos bens. Ainda acautelou que a desobediência à autoridade pontifícia teria como consequência sanções canónicas, para além da possibilidade do castigo divino (Mattoso, 2001:916). Este, normalmente, era o mais temido por se acreditar que se manifestava através da natureza, com calamidades como a fome e a peste que assolavam o Reino, ameaças vivas na memória do povo.

No entanto, o rei fechou-se num longo silêncio, quiçá para se concentrar nas tarefas do trono, na vida com Beatriz e na realização do pacto com Castela e Leão, pelo que desconsiderou o julgamento canónico, levando o sumo pontífice a repetir a sentença e a ordenar as sanções canónicas em 2 de abril de 1258. No entanto, os protestos do pontífice ganhavam terreno contra o incesto que subsistia pelo grau de consanguinidade existente entre Afonso III e Beatriz. Apesar das arbitrarias restrições pontificais, Matilde expirou em 1261 e com ela grande parte do litígio. Entretanto, D. Beatriz, tendo atingindo a idade núbil deu à luz uma menina, D. Branca, em fevereiro de 1259, seguida de D. Fernando, que veio a falecer dois anos mais tarde, em outubro de 1262. Já em junho de 1263, D. Afonso III sentia-se feliz e realizado com o nascimento do primogénito D. Diniz a legitimar o casamento e assegurar a soberania e paz do Reino (Mattoso, 1994:137-141).

Por outro lado, foi reconhecida a fronteira algarvia com um tratado firmado em Badajoz, a 5 de junho 1264, ficando o rio Guadiana a delimitar os dois territórios. Enquanto isso, uma convenção lavrada em Sevilha, seis meses mais tarde, em 20 de setembro, desvinculava o rei de Portugal da sujeição ao rei de Castela e Leão. Através de um acordo, foi-lhe restituído o direito de repartir e trocar livremente todos os

herdamentos do Algarve e de conceder foros às populações, como ele entendesse, passando o Algarve a incorporar definitivamente o espaço português.

2.3.5 A povoação de Tavira transforma-se em Vila em 1266

Quais as resoluções que os Almóadas, esses grandes senhores do *al-Andaluz*, tomaram, quando chegaram a Tavira, depois do longo cerco para conquistar a vila? Tavira desenvolveu-se ao estatuto de cidade e atinge-o porque razões?

As Cartas de foral que D. Afonso III enviou às cidades e vilas do Algarve, nos primeiros tempos do domínio português, a partir de 1264, foram concedidas a Silves, Loulé, Faro e Tavira, a 12 de agosto de 1266, a partir de Lisboa, cidade preferida do rei, consignando já, naqueles diplomas, importantes referências relativas ao comércio marítimo do Algarve. Estas cartas, verdadeiros contratos de garantia constitucional, na opinião do Professor Luís Garcia de Valdeavellano⁴⁰ representavam:

Um estatuto jurídico contendo na sua reação escrita a soma dos privilégios outorgados a uma localidade pelo rei ou senhor, consubstanciando em essência os preceitos de direito local, recolhidos parcialmente ou na sua totalidade, e ainda os poderes concedidos pela coroa⁴¹

[apud Moreno, 1986:12].

Os forais de Silves, Loulé, Faro e Tavira⁴¹, de 12 de agosto 1266 (cf. Apêndice) contêm, na sua generalidade, idênticas disposições quanto aos deveres, direitos, impostos, tributos, multas e imunidades. No que diz respeito aos direitos reservados para a coroa, Loulé, Faro e Tavira são idênticos ao de Silves, mas além do que o soberano ressalva para si, todos eles deixam ficar no domínio fiscal certos bens de

⁴⁰ O Prof. Luís Garcia de Valdeavellano é um eminente medievista espanhol, discípulo de Sanchez-Albornoz, que abordou na sua obra *Historia de las Instituciones Españolas de los Origenes al Final de la Edad Media*, 7.ª ed. 1984 (1.ª ed., Madrid, 1968) p.529. Na segunda metade do século XX, ultrapassou o método de estudo dos forais e de outros documentos relativo aos primórdios das comunidades locais excessivamente centrados nesses critérios jurídicos e formais. O Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno faz referência ao Prof. Luís de Valdeavellano na sua obra *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI, Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1986:12,18.

⁴¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso III, Livro I de Doações do Rei D. Afonso III, fol. 84, col. I. Veja-se também o Foral de Tavira, de 12 de agosto 1266, in URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813597>; e sua transcrição in II Jornadas de História, Clube de Tavira. Publicada por Armando da Costa Franco e António Araújo de Sousa, em 28/02/2009. URL: <http://terrasdogilao.blogspot.pt/2009/02/foral-velho-de-tavira-1266.html>.

raiz, tais como casas, adegas ou armazéns (apotecam) e também lagares em Loulé. Ao referir-se à Carta de foral de Silves, concedida pelo monarca, Henrique Barros refere:

Em Silves não haveria jugada, mas ficavam para a coroa: os fornos de pão, as salinas, as lojas (tendas) que os reis sarracenos reservassem para si, o monopólio do sal, um direito sobre o vinho exportado de Silves e era por tonel de meio morabitino para os vizinhos do concelho e só do vinho que eles comprassem, e de um morabitino para os estranhos, direito este que substituíra o que se pagava em Lisboa por igual exportação, salvo porém o privilégio do relego. Reservava também: certos moinhos e reguengos que se declarem, todos os figueirais que os sarracenos tivessem do rei, os açougues, fangas e casas de banhos e finalmente o padroado de todas as igrejas. Termina o foral estabelecendo que o serviço marítimo não fosse obrigatório para os peões e que ficasse à sua escolha servirem por mar ou por terra (Barros, 1914:552)⁴².

No de Loulé, Afonso III reservou para si e seus sucessores, entre outras coisas, todos os moinhos de *Quarteya*, construídos ou a construir, pisões ou azenhas, se aí as fizessem; todas as herdades de *Quarteyra*, para seu reguengo; e em Loulé, quarenta jeiras de terras de vinha, segundo as demarcaram como reguengos os homens que as receberam para o rei. (Barros, 1914: 552).

⁴² Barros, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Tomo III. Tipographia Castro Irmão, Lisboa, 1914:552-558 in *Booksnow1 Scholarsportal*. Digitized by Internet Archive in 2011 with fundings from University of Toronto. Consultado:10/10/2014. URL: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13024750/historia-da-administracao-publica-em-portugal-nos-seculos-12-a-15/561>

Figura. 2.1.12 O 1.º Foral de Tavira outorgado por D. Afonso III datado 12 de agosto de 1266 (Cf. Apêndice).

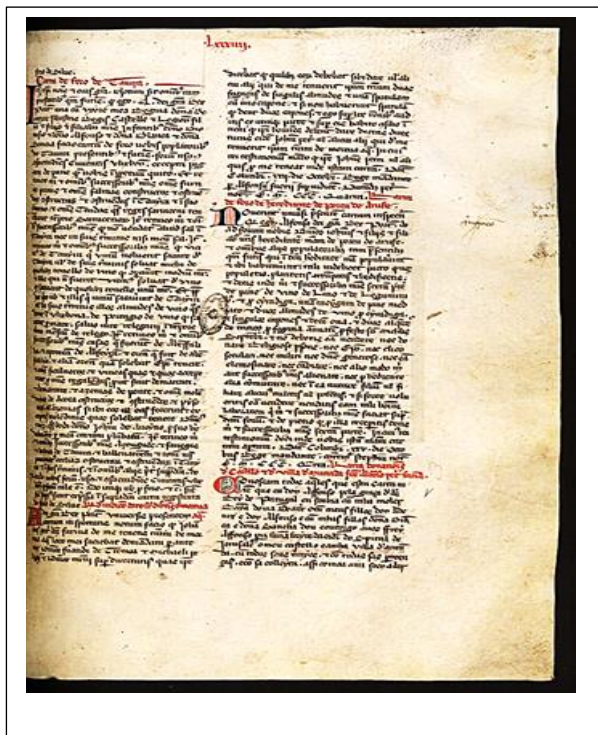


Imagem cedida pelo Arquivo Municipal de Tavira em 06/10/2014.

Contudo, no foral de Faro (*Sancta Maria de Fároam*), Afonso III reservou para si e seus sucessores as casas e o celeiro (ou armazém) que o monarca possuía desde o tempo em que havia ganho esta vila aos sarracenos, bem como as vinhas que costumava ter Domingos Rodrigues, todas as figueiras de Marim (Iria, 1988:276).

No Foral de Tavira, o monarca reservou, para si e seus sucessores, as casas que foram de Aben-Fabila, o celeiro ou (armazém) de Alfeição, a horta que pertencia Aben-Fabila, a outra horta que costumava ter o Bispo, todas as figueiras e vinhas que guardavam para o seu reguengo, conforme estivessem demarcadas ou por demarcar, as azenhas da ponte, todos os moinhos da Asseca, construídos ou a construir, pisões ou azenhas aí feitas ou por fazer, exceto os moinhos que costumava ter Domingos Rodrigues, dados por D. João de Aboim, por seu herdamento e por carta régia com selo de chumbo (Iria, 1988:277).

Dois anos depois, em 1268, Afonso deu Carta de Quitação aos moradores vizinhos de Loulé, Tavira, Faro, Paderne e Aljezur da oitava do vinho e do linho que davam por jugada (1988:277).

Do mesmo modo, em 12 de julho de 1269, o monarca deu Carta de Foral aos mouros de Silves, Tavira, Loulé e Faro e determinou nesse diploma que nenhum dos seus cristãos ou judeus tivesse poder para fazer mal ou forçar esses mouros, aos quais só o respetivo alcaide administraria justiça.

Além disso, instituía alguns dos tributos que recairiam sobre os muçulmanos anualmente, a saber: imposto de um só morabitino, por cabeça, tributo de alforria e o dízimo de todo o trabalho *alfitra*, que seria um imposto sobre gados e *azaqui* que era a décima dos frutos (Iria, 1988:277).

Figura 2.1.13 Carta de Foral aos mouros-forros de Silves, Tavira, Loulé e Faro outorgado por D. Afonso III a 12 de julho de 1269 (Cf. Apêndice).



Anais do Município de Faro de 1982, por leitura do Dr. José Pedro Machado (página 276).Cedido pelo Arquivo Municipal de Tavira em 06/10/2014.

As dúvidas que Afonso III teve relativamente à Ordem de Santiago nasceram da alienação feita por seu irmão, D. Sancho II, ao Comendador da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia, de uma quantidade de terras da coroa real, durante as derradeiras conquistas das praças alentejanas, e ainda a maior parte do Algarve contemporâneo, na margem direita do rio Guadiana. Contudo, restavam ainda no *al-Gharb* alguns enclaves na posse dos mouros mormente Aljezur, Faro, Loulé e Albufeira quando D. Sancho II partiu em 1247 para se exilar em Toledo.

Assim, podemos depreender que a Ordem de Santiago, com a maior parte da guerra e das suas vitórias gloriosas, tinha-se tornado uma grande potência, graças a todos os castelos e terras que recebera da coroa como recompensa, e que D. Paio representava o herói dessas conquistas, o que veio a causar o ciúme de D. Afonso III. Acrescia a estes factos, a proximidade do Mestre ao rei de Castela, de quem se havia tornado conselheiro militar. Quando, por fim, os reis de Castela e Portugal puseram fim ao conflito sobre o Algarve com o tratado de Badajoz (1267), fixando o Guadiana como fronteira entre os dois Reinos, o monarca português decidiu assegurar o controlo da fronteira, construindo um castelo na vila de Castro Marim. Foi então que a Ordem de Santiago refutou esta decisão, alegando que aquela vila estava dentro dos limites do termo de Cacela que lhes pertencia. Este diferendo daria lugar a um conflito, transformado em processo judicial, que contestava as doações feitas ao Mestre de Tavira, Cacela e de Castro Marim, além dos direitos cobrados sobre os bens entrados pelo Guadiana, com destino a Mértola, motivo pelo qual ele devolveu à coroa o domínio daquelas vilas. Prova este confronto uma carta de D. Paio Correia, entregue em Lisboa em 30 de dezembro de 1271, de que transcrevemos um pequeno trecho:

Det etiam eis Rex domos quas nune dominus Rex habet demorada in Tavira, quae fuerunt de Abenfalira, quae dividuntur cum domibus Sylvensis episcopi, et. Item remaneat dictis Magistro, et Ordini, Agomeyra cum tota haeritate quae fuit Pelagrii Suerii cum terminis suis, et det dominus Rex Magistro et Ordini in illo terminis suis, et det dominus Rex Magistro et Ordini in illo termino quem dederit Castro Marim quatuor vigarias haeriditatis, quae sunt duae ad anum et ad vicem.”.

[apud Brandão, 1946:287]

PARTE III – METODOLOGIA

3.0 O objetivo desta reinterpretação histórica

O objetivo desta reinterpretação histórica foi a reconfiguração dos espaços físicos (Castelo, Igreja, perímetro amuralhado, aforas e ponte), edificando-os num processo de construção virtual (através de ferramentas multimédia), em harmonia com as novas realidades de mutação tecnológica. Com este trabalho, pretende-se ainda colaborar na promoção da diversidade cultural, em consonância com os setores culturais e criativos contemporâneos e com as políticas económicas europeias previstas para dois mil e vinte⁴³. Aliás, neste sentido, um artigo do sociólogo Jorge Queiroz, publicado na revista semestral da Câmara Municipal de Tavira sobre “Patrimónios e Contemporaneidade”⁴⁴, revelou, em 2007, que “estudos de instituições internacionais apontaram os produtos culturais como responsáveis do crescimento económico de 7,0% do PIB mundial e o das indústrias criativas de 10% ao ano” (Queiroz, 2007:16). Segundo um estudo⁴⁵ encomendado pelo Ministério da Cultura à sociedade de consultores “Augusto Mateus & Associados”, divulgado em janeiro de 2010, o “Setor Cultural e Criativo (SCC) tinha gerado, em 2006, 2,8% de toda a riqueza criada em Portugal[...]. Os autores sublinharam ainda que a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, pelas atividades culturais e criativas, induzia em simultâneo, movimentos de recuperação da memória (restaurando o objeto da

⁴³ Jornal Oficial da União Europeia. *Parecer do Comité das Regiões sobre «Setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego»* pelo presidente do comité das regiões, Ramón Luis Valcárcel Siso, Bruxelas, 30/07/13. Consultado:23/01/2014.

⁴⁴ Revista Semestral da Câmara Municipal de Tavira, *Cultura: Patrimónios e Contemporaneidade*. Jorge Queiroz – Sociólogo – Diretor do Departamento Sociocultural da CMT publicado em abril 07, n.º22 – 2007:16.URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:218:0007:0011:PT:PDF>.

⁴⁵ Documento citado disponível no Site do Ministério da Cultura, versão pdf, pp.125-132, “Augusto Mateus & Associados. *O setor cultural e criativo em Portugal*.” Estudo para o ministério da cultura – Gabinete do Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais. Relatório Final, 2010. Consultado: 13/01/2014. URL: www.gepac.gov.pt/.../04-o-sector-cultural-e-criativo-em-portugal-vint-pdf.

aplicação), ações de valorização da memória (requalificando o objeto da aplicação), mas também os movimentos de divulgação da memória e de afirmação cultural no mundo, disponibilizando o objeto à "sociedade global" (AM&A, 2010:2). No seu *Tratado Geral de Semiótica*, Umberto Eco explicou as noções de receção e de interpretação das obras, quando se referiu à conotação como a soma de todas as unidades culturais que o significante pode evocar na mente do destinatário e o nível denotativo como uma enumeração e descrição dos objetos, num determinado contexto e espaço, salientando que, a partir da arte, contexto e espaço virtuais também podem revelar-se muito úteis no seu papel sociocultural (Eco, 2009: 74). Desta forma, a complementaridade entre a produção escrita e imagética, entre outras linguagens (fotografia, filme, televisão, desenho, gravura, pintura) torna-se fundamental no debate em torno das novas mutações tecnológicas, das relações sociais, da importância pedagógica das imagens e da acessibilidade cultural para todos.

Recordemos ainda a declaração do cineasta Jean-Luc Godard ao *Télérama*⁴⁶ a propósito das relações entre palavras e imagens no universo fílmico: “Palavra e imagem são como cadeira e mesa: para estar à mesa necessitamos das duas” (*apud* Joly: 2008:135). Esta explicação simplista dos dois objetos complementares, em virtude das suas especificidades distintas, ilustra como estes se completam na sua reciprocidade utilitária principal. Por um lado, na relação entre palavra e imagem, a primeira pode suscitar imagens, como se verifica na peça de teatro português intitulada *O Gebo e a Sombra*⁴⁷, publicada por Raul Brandão, em 1923, e dirigida por Manoel de Oliveira em 2012; ou o filme *Kafka*⁴⁸, realizado em 1991 pelo cineasta norte-americano Steven Andrew Soderbergh, inspirado nas obras literárias de Franz Kafka intituladas *O Castelo*, 1922 e *O Processo*, 1914. Por outro lado, as palavras podem desencadear, nos artistas plásticos, distintas representações dos objetos ou dos temas, em função da percepção e da interiorização dos mesmos - é o caso de Ofélia, figura secundária (mas crucial) em

⁴⁶ Jean-Luc Godard, in *Ainsi parlait Jean-Luc, Fragments du discours d'un amoureux des mots*, « Télérama », n° 2278, 08/09/1993 *apud* *Introdução à Análise da Imagem* de Martine Joly Edições 70 LDA., 2008 :135.

⁴⁷ Brandão, Raul Germano. *O Gebo e a Sombra*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1925, baseado na peça de adaptação e realização de Manoel de Oliveira, consultado: 16/03/2014. URL: <http://youtu.be/Hi58H5MCtuA>.

⁴⁸ *Kafka inspirado nas obras O Castelo, 1922, e O Processo, 1914, de Franz Kafka*, dirigido e adaptado por Steven Soderbergh, em 1991. Consultado: 16/03/2014 URL: http://youtu.be/i_MmwyazJBk.

Hamlet, peça escrita entre 1599 e 1601 por Shakespeare. Esta é a personagem deste autor mais representada nas artes visuais, cujo tema tem-se mantido contemporâneo, devido à abundância de registos plásticos distintos. A transformação da personagem em objeto de arte possibilitou a articulação entre construções culturais de morte, feminilidade e insanidade. O percurso trágico da personagem torna-se, assim, ponto de partida para a reprodução extensiva no campo das artes plásticas, como por exemplo, o dualismo traduzido nas pinturas de Arthur Hughes (1863-64) e do simbolista Paul Steck (1890), que idealiza a morte de Ofélia⁴⁹ (Lessa dos Santos e Pissollatto da Costa, 2010:239-240). A Ofélia de Shakespeare foi também adaptada no cinema⁵⁰, com a primeira longa-metragem em 1920. Acresce que as imagens também comunicam e podem gerar textos, ou seja, o objeto artístico pode também ser o pretexto para se discorrer sobre os sentimentos que essa representação visual suscita. É, portanto, do diálogo com a imagem que nascem histórias complexas, ao ponto de colocar a pintura a tecer narrativas e daí terem surgido as primeiras histórias em quadrinhos mais conhecidas como “Bandas Desenhadas”.

Segundo José Mattoso “a iconografia é o lugar privilegiado para a construção da interdisciplinaridade, sobretudo para um período como o medieval, em que os seus autores, frequentemente afirmam a relação entre o texto e a imagem.” (Mattoso, 2009:14). Independentemente destes dois aspetos, literário e artístico, as iluminuras fornecem não apenas informação subsidiária para a compreensão do texto, mas também provêm dados sobre a vida quotidiana medieval, sobre a indumentária, a arquitetura ou a música do tempo (Idem, *Ibidem*)⁵¹. As iluminuras e as ilustrações, muito utilizadas em antigos manuscritos, ocupavam normalmente as margens, em forma de barras laterais, como que emoldurando o texto. Esses ornamentos incidiam, frequentemente, nas letras

⁴⁹ Santos, Alessandra Lessa dos. e Grazielle Pissollatto da CoSanta *Entre a Donzela e a Ninfa: duas maneiras de perceber a Ofélia de Shakespeare*. Todas as Musas ISSN 2175-1277, Ano I, n.º2 janeiro–julho 2010:239-240. Consultado:08/12/2014. URL: http://www.todasasmusas.org/02Alessandra_Grazielle.pdf.

⁵⁰ Leão, Liana de Camargo e Mail Marques de Azevedo. *Hamlet e as performances femininas: das primeiras aventuras no teatro ao filme de Asta Nielsen*, Scripta Uniandrade, n.º 07, 2009:96-120. Consultado: 08/12/2014. URL: http://www.uniandrade.br/pdf/Revista_Scripta_2009.pdf.

⁵¹ Mattoso, José. *Imagem, Memória e Poder* (Visualidade e Representação (séc..XII a XV) - Revista de História da Arte n.º7. Instituto da História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Entrevista com o Professor José Mattoso conduzida por José Custódio Vieira da Silva Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Maria Adelaide Miranda. Edição Instituto da História da Arte 2009:14. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://issuu.com/ihafcshunl/docs/rha-7>.

iniciais decoradas com símbolos religiosos e eram executados essencialmente por monges e para o clero. Os temas prediletos das iluminuras eram as cenas bíblicas, profundamente coloridas e decorativas, organizadas em pequenos quadros ao longo de livros manuscritos de pergaminho, e serviam para ilustrar e tornar mais compreensíveis as passagens do texto. Uma parte da comunidade monástica, os monges copistas, passava horas nos scriptoria (parte do mosteiro reservada à atividade de copiar manuscritos) a compilar, traduzir e copiar determinados textos aos quais era, por vezes, dado um certo cunho pessoal.

Se observarmos determinadas ordens religiosas onde se faziam as reproduções destes manuscritos podemos constatar que, tanto as ordens mais simples como as ordens mais elitistas, demonstravam ter gosto não só pelo valor literário, mas também pelo talento artístico demonstrado nos códices produzidos. Na fase da transcrição, destacavam-se a composição (o estilo da caligrafia) e as ornamentações que refletiam “flores, frutos, animais reais e imaginários que decoravam as iniciais do texto ou ilustravam as suas margens”⁵². Teria feito parte do material para a escrita “uma grande variedade de pigmentos, ouro, prata e lápis-lazúli que eram obrigatoriamente usados como tintas”, seguindo uma técnica específica, de forma a coadunar a harmonia e o arejamento das obras.

A imagem tornava-se, assim, elemento reflexivo de leitura, possibilidade que foi de extrema importância para a construção do conhecimento e para o destino cultural da civilização ocidental. Na verdade, naquela altura, só quem sabia ler e escrever é que amava os livros, como a realeza, o clero e a nobreza. Até ao século XIII, a produção das iluminuras estava sobretudo confinada aos mosteiros. Contudo, os miniaturistas não ilustravam somente obras-primas da literatura teológica do pensamento e da fé. Com efeito, assistiu-se na Europa da Alta Idade Média a um ardor artístico extraordinário, tendo esta arte sido alargada ao domínio urbano, onde se transformou em arte profana. Os manuscritos iluminados a seguir referidos são alguns exemplos da sua qualidade

⁵² Historiar. Tags: Baú da História Post *As Iluminuras*. de Nelson CoSanta Publicado a 26/02/2009 às 10H10. Consultado:12/10/2014.URL: <http://historiarn.blogs.sapo.pt/118604.html>.

artística: *O Livro das Aves*⁵³, *O Beato de Girona*, *Livro de Horas* de Joana de Castela⁵⁴, o *Breviário* de Isabel⁵⁵, *As Grandes Horas de Ana da Bretanha*⁵⁶, o *Tratado de Farmacopeia*, o *Tratado de Plantas Medicinais*⁵⁷, os *Livros de Alquimia* e a *Bíblia de São Luís*⁵⁸. A tradição das iluminuras mostra-nos como a Idade Média dominava perfeitamente a técnica da comunicação visual com uma insuspeita modernidade. Estes códices mostram como o mundo medievo estava longe de ser obscuro, graças ao seu discurso visual baseado na imagem. Refira-se ainda, por último, como os códices em que foram registadas as célebres cantigas de Santa Maria do rei Sábio, Afonso X de Castela e Leão (1252-1284), têm também a sua beleza e importância histórica ressaltadas por mais de mil e quinhentas iluminuras.

Procedimentos semelhantes podem ser encontrados no século XXI, caso do poeta português Eugénio de Andrade (1923-2005), que faz convergir na sua poesia vários tipos de obras de arte: o poema *A Orelha de Vincent*⁵⁹ (1992), inspirado na pintura *Autorretrato com a Orelha Ligada* (1889), de Vincent van Gogh (1853-1890); bem como a composição lírica *Casa de Chá da Boa Nova*⁶⁰ (1958), inspirado na estética da construção de um edifício moderno do mesmo nome desenhado por Álvaro

⁵³ *O Livro das Aves*, em particular a Página iluminada do Apocalipse do Lorvão, 1189, (A.N.T.T.Liv. 44) in Filorbis, Rede portuguesa de sites temáticos. Carlos Fontes responsável e autor da rede Filorbis. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.filorbis.pt/index/Iluminura.html>.

⁵⁴ *Livro de Horas de Joana de Castela*, Joana a Louca. As iluminuras deste excepcional Livro de Horas são obra do Mestre do Livro de Oração de Dresden, Gérard David e Gérard Horenbout, o melhor miniaturista flamengo do século XVI. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/livros-de-horas/livro-de-horas-de-joana-i-de-castela/miniatura/169>.

⁵⁵ *Breviário de Isabel, a Católica*. A British Library adquiriu-o a outro colecionador particular em 1852 in Manuel Moleiro Editor S.A. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/livros-de-horas/breviario-de-isabel-a-catolica.html>.

⁵⁶ *As Grandes Horas de Ana da Bretanha* é, sem dúvida, a obra-prima da pintura francesa, por Jean Bourdichon, o mestre Bourdichon foi pintor da corte de Luís XI, Carlos VIII, Luís XII e Francisco I e as suas pinturas constituem um claro avanço do Gótico para o Renascimento. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/es/libros-de-horas/grandes-horas-de-ana-de-bretana.ht>.

⁵⁷ *Os Tratados de Plantas Medicinais* “Tractatus de Herbis”, manuscrito atualmente conservado em Londres, na insigne British Library: uma antologia gráfica da medicina que podia ser utilizada por leitores de qualquer origem e formação. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/medicina/tractatus-de-herbis.html>.

⁵⁸ *A Bíblia de São Luís* pertenceu ao rei São Luís da França e, mais tarde, a Afonso X, o Sábio. Foi copiada e iluminada entre 1226-1234, em Paris. A Bíblia de São Luís faz parte de um pequeno conjunto de sete Bíblias, que foram copiadas no século XIII para as pessoas da realeza francesa da dinastia então reinante, os Capetos. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/livros-biblicos/biblia-de-so-luis.html>.

⁵⁹ Andrade, Eugénio de. *A Orelha de Vincent* (1992) *apud* Mancelos, João. Pintar com palavras: as Artes Plásticas na Poesia de Eugénio de Andrade, 2010:139. Consultado: 02/12/2013. URL: http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat19/Mathesis19_131.pdf.

⁶⁰ Idem. p.142.

Siza (n.1933). Para mais exemplos deste tipo de procedimentos, podemos referir o filme *O Intruso*⁶¹ (*L’Innocente*, 1976) de Luchino Visconti (1906-1976), que é também realçado em prosa por Eugénio de Andrade em *Outro Exemplo: Visconti*⁶² e, por fim, o poema *Retrato de Rapariga: Gageiro*⁶³, Alentejo, 1995, inspirado na fotografia com o mesmo nome.

Os exemplos apresentados contribuem para a elucidação do facto de o processo de interação do diálogo textual com a imagem contribuir eficazmente para o avanço de um novo paradigma estético, tal como considerado na proposta de Walter Benjamin (1892-1940) em *Nápoles*, 1994. Comprova-se, assim, a importância de “Um exemplo da construção de um paradigma de pensamento”, ou seja, refletir por imagens, de forma a ser possível pensar a partir delas para construir outra forma de conhecer e de produzir a história. Aliás, Carlos Pernisa Júnior et alii em *Walter Benjamin: imagens*⁶⁴ comentaram a respeito daquele autor que “[...] Capturar uma época, descrevendo-a e compondo a visualidade do seu pensamento, é o objetivo máximo do autor usando a arte e a criação artística como meio. [...] Ele não só pensa por meio de imagens, ele também pensa com imagens”.

Estamos decididamente fixados numa conceção da imagem que coloca sempre a manifestação do visível da imagem em relação com qualquer outro elemento que misture imaginação, razão, imaginário e ative a produção do conhecimento. Ainda baseado numa forma de escrita visual, Adorno comentou, a propósito do título *Imagens do Pensamento* de Walter Benjamin, que “Encontrar palavras para aquilo que temos diante dos olhos é qualquer coisa que pode ser muito difícil. Mas, quando chegam, batem com pequenos martelos contra o real até arrancarem dele a imagem, como de uma chapa de cobre.” (Adorno, 1968:55 in Benjamin, 2004:289).

De qualquer forma, tudo indica que a imagem figura como um meio de fomento educativo, ou seja, não se constitui como um simples suporte passivo de conteúdos

⁶¹ Idem .p.143.

⁶² Idem .p.144.

⁶³ Idem. p.147.

⁶⁴ *Walter Benjamin: imagens*. Carlos Pernisa Júnior, Fernando Fábio Fiorese Furtado, Nilson Assunção Alvarenga (orgs.). Mauad Editora Lda., Lapa - Rio de Janeiro, 2008. Consultado: 16/03/2014.
UR: www.books.google.pt/books?isbn=8574782068.

didáticos, torna-se um ser; embora subjetivado da representação de algo por semelhança, encerra em si um meio de comunicação poderoso, afirmando-se como um agente motivador da ação pedagógica no processo de aquisição do conhecimento.

Por conseguinte, a narrativa histórica de Tavira em suporte multimédia que pretendemos desenvolver, estando assente nestes pressupostos, poderá vivificar a nossa cultura e estimular a imaginação sobre os acontecimentos que foram decisivos para a monarquia portuguesa nos meados do século XIII.

3.1 Processos Criativos

Depois do corpus histórico ter sido estabelecido, a partir da consulta de memorandos históricos, monografias, arquivos locais e sítios de repositório de trabalhos, já publicados em diferentes suportes (caso de jornais e livros decorrentes de conferências e congressos), realizou-se uma visita documental ao castelo e muralhas, Igreja de Santa Maria e ponte Romana, de modo a identificar as características dos monumentos urbanísticos, a cronologia de aspetos históricos concretos aí ocorridos, bem como as condições específicas que conduziram ao seu aparecimento. A visita ao local também foi importante para a produção do diálogo entre o objeto fílmico e a produção historiográfica, realizada por meio de *softwares* específicos: *Adobe Photoshop*, *Sony Vegas* e o *Google Sketchup*.

O *Adobe Photoshop* é um *software* caracterizado como editor de imagens bidimensionais do tipo “raster” (que não é mais que a descrição da cor de cada pixel), desenvolvido pela *Adobe Systems*, sendo considerado líder no mercado dos editores de imagens profissionais. Foi utilizada a versão para estudante, com o objetivo de criar todas as imagens que não possuíamos, dada a inexistência de representações visuais para ilustrar graficamente os textos escritos, a fim de que fosse possível a recriação de um facto histórico.

Quais as finalidades do *Adobe Photoshop* e em que medida se insere neste trabalho?

O *Adobe Photoshop* é utilizado na edição de imagens para impressão em papel, sendo cada vez mais frequente o seu uso na produção de imagens destinadas à *Web*.

O material fotográfico foi inserido no *Adobe Photoshop*, utilizando as ferramentas adequadas para alterar, eliminar objetos não desejados, recortar num ponto estratégico e inserir novos elementos, aumentar ou diminuir a proporcionalidade dos mesmos, corrigindo as cores, o brilho e os contrastes, de forma a criar um drama com esses efeitos, e representar uma imagem diferente da original, o que implica um modo distinto de visualizar o assunto histórico que estamos a tratar. As fотомontagens que se seguem foram algumas das imagens que fizeram parte do “trailer” que criamos para materializar o trabalho, numa forma simples de apresentar, inspirada no programa da R.T.P. “Horizontes da Memória”, do Professor Doutor José Hermano Saraiva.

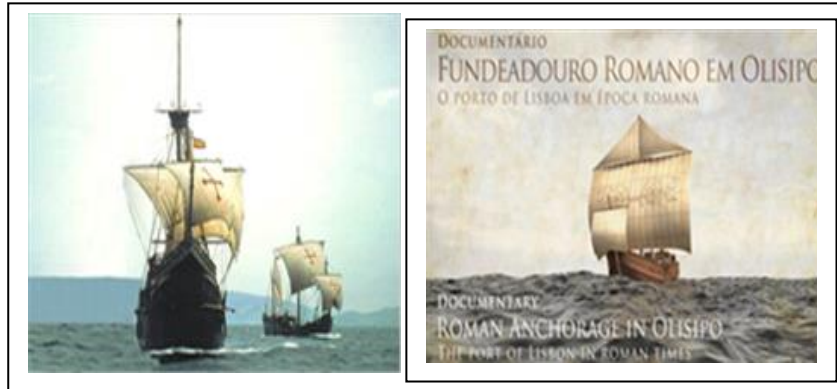
A *Sony Vegas* é um *software* de edição de vídeo que permite adicionar todas as imagens alteradas no *Adobe Photoshop*, de modo a criar um efeito final de acordo com a textualização e criar um vídeo, que será um complemento à nossa apresentação oral.

O “trailer” é uma síntese de uma parte substancial do trabalho que foi feito no *Software Sony Vegas*, com áudio e legendas, permitindo a visualização ao público em geral.

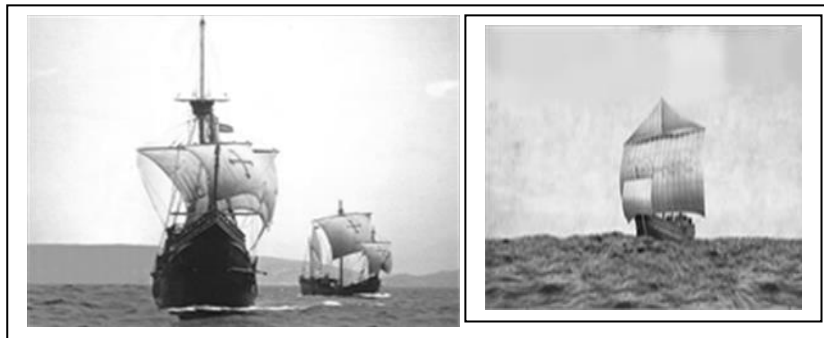
No âmbito da pesquisa em espaços digitais, foi consultado o vídeo de Maria Alexandra Gago da Câmara, que recriou, a partir de uma plataforma de mundos virtuais, *Second Life*, a cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. Esta dissertação apresentou um argumento interativo para uma aplicação multimédia, tal como a arquitetura de um prédio, apresentando um discurso não só visual, já que permite a leitura, para além das cores, linhas, formas, texturas espaços, mas também sinestésico através dos sons, da dinâmica das imagens com as legendas, tal como observamos em diversas publicidades. O conceito deste projeto implicou a delineação de todo um plano de trabalhos, para conseguir, de uma forma similar, a apresentação de imagens/vídeo, na medida em que, cada vez mais, as necessidades pedagógicas e as dificuldades sociais fazem com que os manuais de história sejam progressivamente mais apelativos, sendo os complementos audiovisuais um benefício neste processo.

3.1.14 “As caravelas”. Imagens do Vídeo criadas no Photoshop pela autora. Imagens finais trabalhadas no Adobe *Photoshop*, depois inseridas no *Sony Vegas* para a realização do *Trailer* (aos 23”) produzidos pela autora.

ANTES



DEPOIS



À esquerda, réplicas das caravelas portuguesas *apud Plano de conservação ambiental e uso do entorno do reservatório*. Ilustrações de Raul Pargendler. Consultado: 19/11/2013. URL: <http://dc346.4shared.com/doc/K3Q50QgL/preview.html>. À direita, Imagens de Raul Losada. Documentário *Fundeadoiro Romano em Olisipo*. Consultado: 22/12/13. URL: <http://documentariofundeadouoromano.wordpress.com/>.

As imagens das caravelas foram transferidas de *Sites* do *Google* e alteradas no *Adobe Photoshop*, para dar maior visibilidade aos povos que se sucederam, desde a Antiguidade, à idade do ferro: Iberos, Celtas, Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Godos e, finalmente, os Árabes, no momento em que a cidade islâmica de Tavira nasceu. O mapa geográfico selecionado no *Google* que recortamos destaca o rio, Tavira e as localidades que nasceram e gravitaram ao longo dessa rota, nos tempos primitivos, com suas condições de porto de mar, o que talvez explique o interesse dos povos pré-históricos, proto-históricos e históricos por estas paragens. A ilusão de objetos reais em movimento constituídos pela intermutabilidade do tempo e espaço fílmicos, conjugados

com a linguagem escrita e oral, teve o propósito de criar no subconsciente do espetador/leitor a sua própria imagem mental, suscitando, por seu turno, uma nova opinião sobre os acontecimentos. Assim sendo, os pontos fortes evocados nestas imagens são a entrada inesperada dos cavaleiros da Ordem de Santigado em Tavira, durante um período de tréguas instado pelos mouros, conforme acima ilustrado na imagem final do *Adobe Photoshop*. Para obter este resultado, foi tirada uma fotografia da ponte, mais conhecida por “Ponte Romana”, colocada no *Adobe Photoshop* e eliminados os objetos contemporâneos (postes de iluminação de rua, bancos, gradeamento em ferro, e substituiu-se parte do casario por uma floresta. Procedeu-se, então, à alteração da cor da fotografia para preto e branco e ao envelhecimento da imagem.

3.1.15 “Os seis cavaleiros”. Fotografia da Ponte Romana” tirada pela autora em 15/12/2013. Imagem dos cavaleiros templários publicada por Thiago Fuschini. Blog Confissões Informais e Desconhecidos. URL: http://blogoutrosolhos.blogspot.pt/2010_11_01_archive.html

ANTES



DEPOIS



Imagem final criada no *Adobe Photoshop* pela autora depois inserida no Sony Vega para a produção do *Trailer* visível aos 1'42” produzido pela autora.

De seguida, apresenta-se o sítio das Antas, nas cercanias de Tavira. Esta imagem foi construída a partir de uma fotografia captada numa feira medieval, inserida no *Adobe Photoshop* e completamente alterada, eliminando objetos modernos como os postos de eletricidade, entre outros.

3.1.16 Batalha campal no sítio das Antas. Fórum da Ordem da Cavalaria do Sagrado Portugal. Postado por Kran, em 25 de novembro de 2008 às 07Hr16.
Consultado:31/07/2014.URL: http://www.ocsp.pt/Imagens/Saga/04_08.JPG



3.1.17 Imagem de D. Paio Correia, canto superior esquerdo Consultada: 07/12/2013. URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Paio_Peres_Correia; a imagem dos monges militares no canto superior direito Consultada: 12/11/2013. URL: <http://forum.antinovaordemmundial.com/Topico-a-origem-dos-cavaleiros-templ%C3%A1rios-e-da-ma%C3%A7onaria-ocidental>.

ANTES



DEPOIS



Imagem final com D. Paio inserido no lugar do monge militar, a partir da gravura realizada pela autora *Adobe Photoshop* e inserida no vídeo ao minuto 2:18”.

Representa-se também outro momento chave da Reconquista do Algarve, acima ilustrado com a entrada de D. Paio Correia no Castelo de Tavira pela porta do Postigo, junto à Mouraria, também conhecida como “porta da escusa” pelo facto de alguém a ter aberto aos mouros em fuga, na altura da perseguição dos cristãos. Pretendemos dar a ideia de que o comendador da Ordem de Santiago, seguido dos monges militares, tomava o castelo de Tavira aos mouros pela força das armas. Para conseguir a imagem final, foi utilizada uma gravura de D. Paio, disponível no Google (em Wikipedia.org), a qual foi modificada no *Adobe Photoshop*, recortando-se a cabeça do nobre cavaleiro e recolocando-a numa outra imagem, também localizada no Google, representando um grupo de monges militares. A esta última substituímos o emblema dos templários pelo símbolo da Ordem dos Santiaguistas, mudamos para preto e branco e retocamos alguns elementos. O facto de termos inserido imagens de personagens reais vestidos de acordo com a época medieval, extraídos de sítios de feiras medievais portuguesas, contribui para, de uma forma gráfica, recriar o quotidiano desta passagem, permitindo que qualquer espetador/leitor (caso do “trailer”) crie uma ideia mental de como poderia ter sucedido este incidente. Outros elementos, tais como florestas e cavalos, foram inseridos a partir do *Adobe Photoshop*, assim como os efeitos artísticos produzidos com a utilização de ferramentas do “menu imagem”, com vista a provocar o envelhecimento da nova figura. Estes procedimentos conferiram mais profundidade à cena e uma maior interação dos personagens com o espaço. A utilização da ferramenta “*free transformer*”, por exemplo, permitiu redimensionar os elementos adicionados à imagem de base da criação, neste caso, a de D. Paio e seus soldados.

A submissão dos muçulmanos é uma outra imagem plena de simbolismo, não apenas pela capacidade militar dos freires, mas também pelo valor de D. Paio e da sua gloriosa missão.

3.1.18 Canto superior esquerdo, o Castelo de Tavira com a torre albarrã ligada à muralha por um passadiço, fotografia da autora. Canto superior direito guerreiros extraídos do Google. Consultado:04/11/2013.

URL:http://img.metro.co.uk/i/pix/2010/08/08/article-1281300103855-0AB89017000005DC-261653_466x310.jpg

ANTES



DEPOIS



Imagem final trabalhada no *Adobe Photoshop*. Montagem da fotografia da autora mais a imagem dos personagens extraídos do Google. Imagem do grupo guerreiro no primeiro plano inferior direito. Consultada: 04/11/2013. URL:

http://passadopensado.blogspot.pt/2012_12_01_archive.html

Outro momento forte da nossa história algarvia está refletido na imagem que construímos para lembrar o casamento do rei D. Afonso III com D. Beatriz, filha bastarda do rei de Castela, D. Afonso X, que só desistiu das suas pretensões sobre o *gharb al-Andalus*, ao tornar o seu neto, D. Dinis, herdeiro do trono do Algarve. Esta imagem inclui músicos, carroça, cavalos e outros personagens reais, pretendendo recuar

até meados do século XIII, a fim de representar, de uma forma gráfica, a posse definitiva do Algarve pelo monarca português.

3.1.19 Imagem inferior esquerda, foto da ponte romana tirada pela autora. Foto intermédia esquerda extraída do Sítio *Algarve Repórter de 04/09/2099*: URL:http://algarve-reporter.blogspot.pt/2009_08_09_archive.html. URL:http://algarve-reporter.blogspot.pt/2009_08_09_archive.html Imagem inferior direita,

ANTES



DEPOIS



D. Afonso III e D. Beatriz celebrando a posse do Algarve, com o tratado de Badajoz, em 1267.

3.1.20. Feira Medieval de Aljubarrota, 2011. URL: <http://myguide.iol.pt/profiles/blogs/feira-medieval-de-aljubarrota>. Feira Medieval de Aljubarrota, 2011. URL: <http://www.cister.fm/wp-content/uploads/2011/08/feira.jpg> Feira Medieval de Alenquer, 2011. URL: <http://awendruidiza.blogspot.pt/2011/07/alenquer-uma-feira-com-novas-emocoes.html>

ANTES



DEPOIS

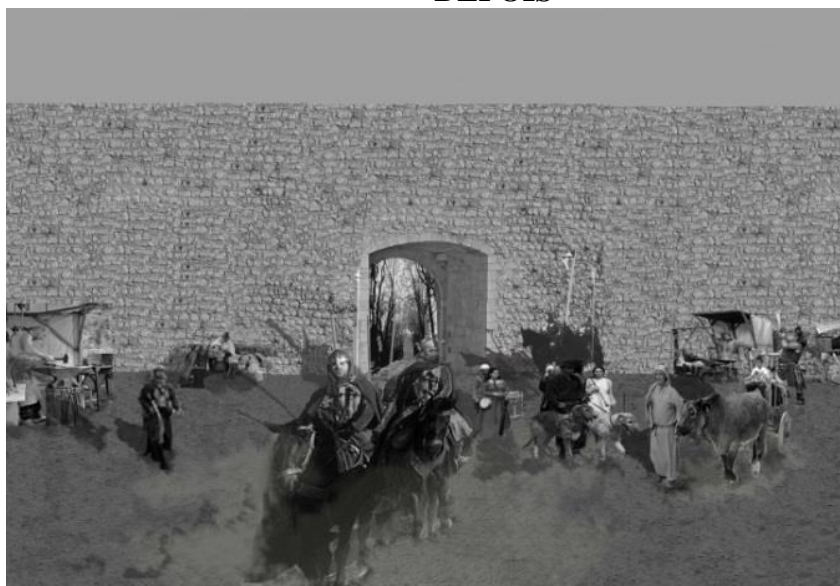


Imagem final, conjugando uma fotografia-canto superior esquerdo - tirada em 27/10/2013, vista a partir do lado interior da Porta da Vila, e as vivências na Vila-a-Dentro.

De forma idêntica à imagem anterior, fomos pesquisar na *Internet sites* de Feiras Medievais, que se realizam cada vez mais de Norte a Sul de Portugal, a fim de complementar graficamente o texto narrativo, tornando a interpretação o mais real

3.1.21 Mercado na Praça da Ribeira imaginado pela autora e montagem no Photoshop. Imagem extraída da Feira Medieval de Alhos Vedros, 2009 com seus mercadores, taberneiras, ambulantes, artistas, músicos e os mais diferenciados personagens. Consultado:13/11/2014. URL:
<http://www.bigviagem.com/feira-medieval-alhos-vedros-2009/>

ANTES



DEPOIS

A foto da feira medieval (Alhos Vedros, 2009) mais as fotos dos artesãos, extraídos do Google montados pela autora no *Photoshop* com o resultado final no canto direito inferior.

possível, revelando os caminhos que levaram à incorporação do Algarve no espaço português. Nestas imagens, salientámos as indumentárias, mercadores, artesãos e outros

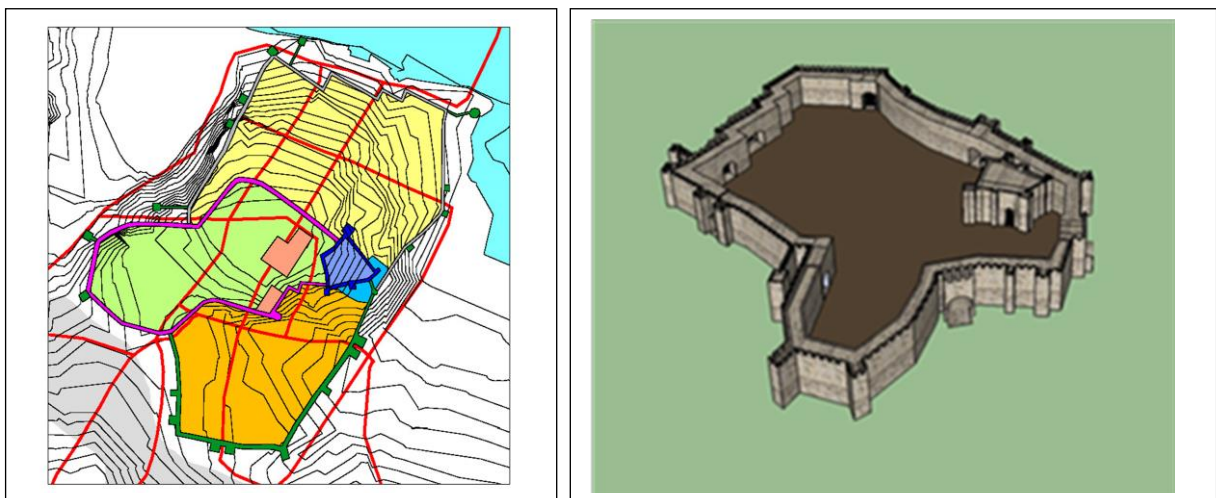
ofícios (ferreiro, sapateiro, talhador de pedra), comerciantes e clientes. Como pano de fundo, ferve um clima de festa, normalmente constituído por uma mescla de ambientes que retratam o espírito da época.

De acordo com a planta urbanística e as curvas de nível do promontório cuneo de Tavira, que nos foi facultada pelo Dr. Luís Fraga da Silva, foi possível reconstruir o perímetro amuralhado, castelo e igreja com a ajuda das ferramentas do *Google Sketchup*, dando relevo ao promontório de Santa Maria.

A técnica utilizada neste processo consistiu em importar, com autorização do autor, a planta do terreno em formato digital para o *Google Sketchup*; com as ferramentas adequadas, reproduzir os contornos desses elementos e, com a utilização do “Push” ou do “Pull”, construir objetos tridimensionais, abandonando estes a sua bidimensionalidade.

Deste modo, obtemos diferentes perspetivas dos objetos, com a possibilidade de podermos movimentar-nos em diferentes posições e ângulos. Da mesma forma, ao utilizarmos a ferramenta “lupa”, podemos aproximar-nos

3.1.22 À esquerda, o amuralhamento e alcáçova do período Almóada (1168-1242). Inicia-se nesta fase a máxima expansão urbana. O reforço das estruturas defensivas, reconstrução de novos panos de muralhas e edificação de novas torres em que sobressaem as albarrãs. Consultado:07/01/2014. URL: luisfraga@arqueotavira.com. À direita, adaptação do amuralhamento e alcáçova em versão 3D realizado pela autora no *Sketchup*.



desses mesmos elementos, quer seja numa vista frontal, quer numa vista perspetivada e até mesmo de aproximação, como se estivéssemos em contato direto com o próprio edifício. Os módulos abaixo revelam esta criação, a qual permitiu uma edificação dos espaços e dos monumentos urbanísticos (muralha, castelo, igreja e ponte romana), numa nova visibilidade virtual da história.

3.1.23 A Ponte de Tavira realizada no *Google Sketchup*, pela autora, a partir da *Gravura de Leonardo Ferrari* e desenhos de Luís Fraga da Silva.

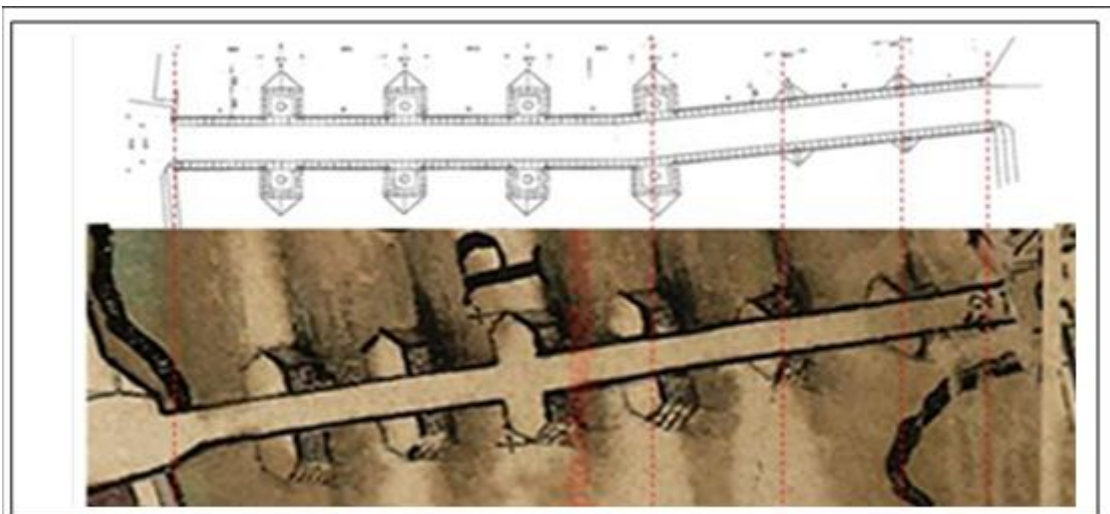


Figura . Planta comparando a ponte de FERR (gravura de Leonardo de Ferrari entre 1605-1645) com a planta da ponte atual. Segundo parece, o 6º arco, mais próximo da margem poderia ter sido sobre-elevado, possivelmente para permitir a passagem de barcas de maior calado.
Consultado: 03/10/2014. URL: imprompto.blogspot.pt

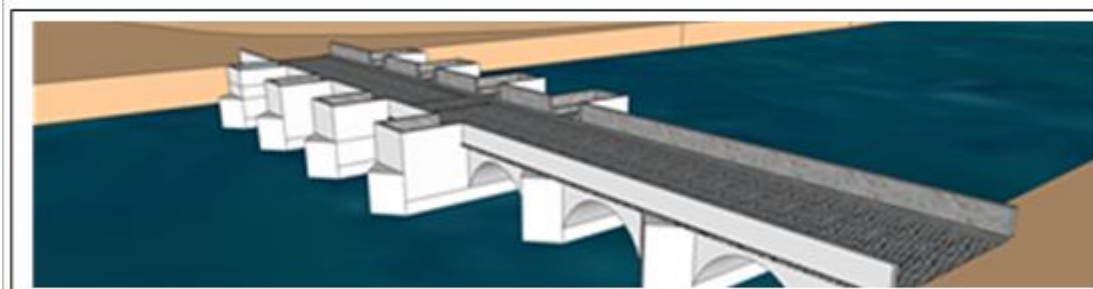
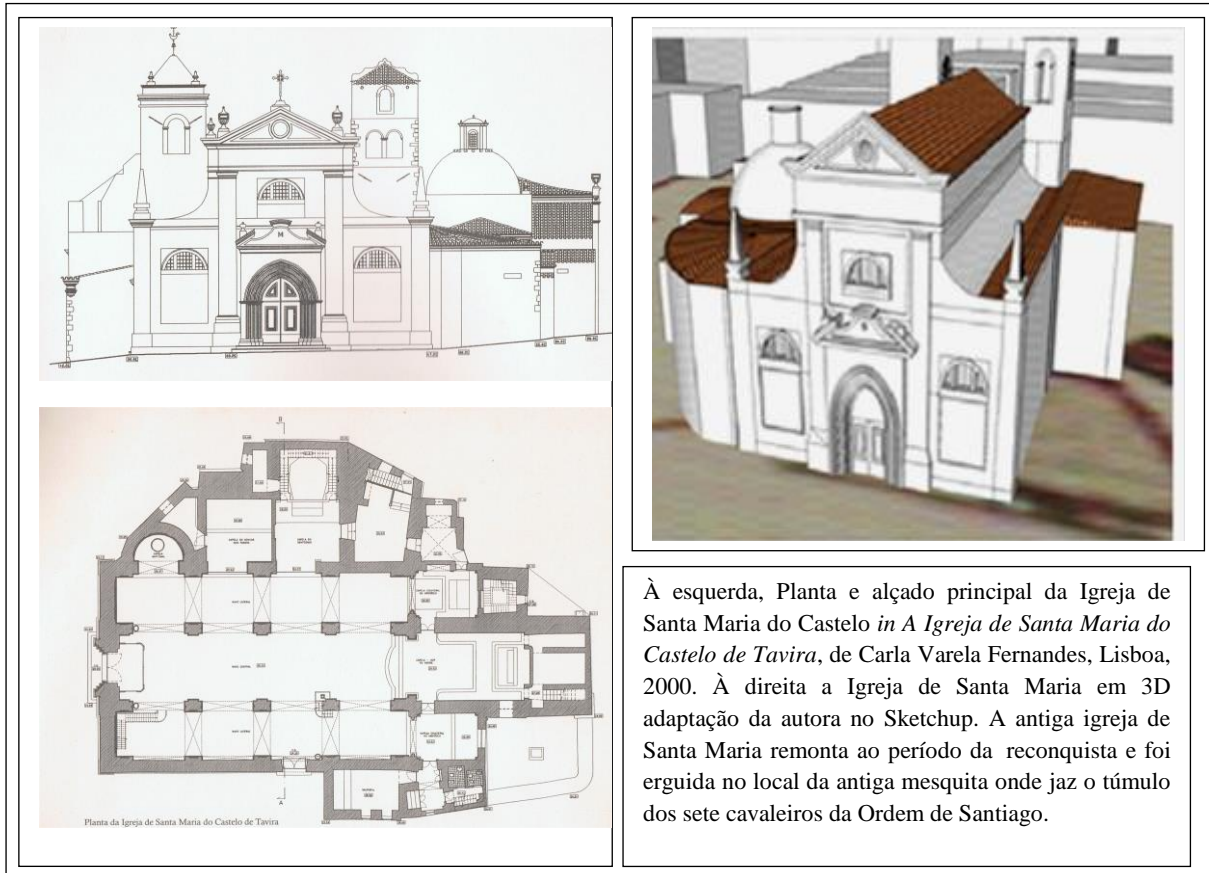


Figura . Planta da ponte velha de Tavira em 3D adaptação no Sketchup pela autora. A ponte velha dita “Ponte Romana” teve a sua origem na 2ª metade do século XII, segundo Luis Fraga. A ponte integrava o sistema defensivo da cidade com o objetivo de controlar o acesso ao vau do rio a partir da margem esquerda.

3. 1.24. A Igreja de Santa Maria do Castelo erguida no local da Mesquita maior.
Adaptação no *Sketchup* pela autora.



À esquerda, Planta e alçado principal da Igreja de Santa Maria do Castelo in *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, de Carla Varela Fernandes, Lisboa, 2000. À direita a Igreja de Santa Maria em 3D adaptação da autora no *Sketchup*. A antiga igreja de Santa Maria remonta ao período da reconquista e foi erguida no local da antiga mesquita onde jaz o túmulo dos sete cavaleiros da Ordem de Santiago.

A planta foi extraída da obra intitulada *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira* da autora Carla Varela Fernandes. Câmara Municipal de Tavira, Ed. Colibri, Lisboa, 2000.

EQUIPAMENTOS

1 Kit Multimédia: 1Pc-Portátil *HP* c/mala; 1 Câmara de vídeo Digital HD *Finepix Real 2D e 3D W3* + c/cartão de memória; 1 tripé; 1 Projetor portátil *Viewsonic*; 1 tela de projeção, para apresentação do projeto na Universidade Aberta.

PALAVRAS FINAIS

De forma a compreender melhor o quotidiano dos principais monumentos urbanísticos e a vivificar as lembranças do passado valioso e célebre de Tavira, foi esboçada, primeiramente, uma contextualização histórica, abrangendo alguns dos aspetos mais importantes do primeiro quartel do século XIII, com breves referências a

elementos concretos de carácter político, social, eclesiástico e económico, durante o reinado de D. Afonso III (1248-79).

A nossa investigação não só esteve assente na consulta de fontes didáticas tradicionais do ensino da história, tais como: a *História de Portugal* (1984), de Alexandre Herculano⁶⁵, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840* (1989, de Damião Augusto de Brito Vasconcelos) e o *Memorando Histórico - Tavira e o seu Termo* (1993), de Arnaldo Casimiro Anica; como também na observação da produção multimédia dos documentários televisivos *A Alma e a Gente*, do Professor José Hermano Saraiva, o que nos levou a uma nova representação dos factos históricos. Independentemente das tendências dos diversos discursos, o que realmente nos ocupou neste trabalho acerca da conquista do Algarve não foi delimitar a sua evolução económica quantitativa e qualitativa através dos tempos, mas exemplificar o seguinte conceito benjaminiano: “a relação do ocorrido com o presente numa dialética não de natureza temporal mas imagética”, (Benjamin, 2006: 505). Baseada na forma de uma narrativa imagética, descrevemos e edificamos Tavira, focando a época da sua libertação da presença moura, as reivindicações de Castela e os aspetos mais marcantes da passagem de D. Afonso III por estas terras.

Com o propósito de recriar um traçado urbano que permita pressupor as vivências, o tecido social e as transformações da época, através da força das imagens, capazes de mostrar e permitir interpretar a temporalidade de uma época, apresentamos um vídeo complementar à narrativa, a partir de fotos tiradas, recortadas, retrabalhadas e montadas no *Adobe Photoshop*, conjuntamente com imagens do *Google*, extraídas de feiras medievais decorridas em Portugal, cujo processo está descrito no ponto 3.1 deste trabalho, Processos criativos (Parte III).

Apesar de os filmes primarem pela expressividade das imagens, a dimensão linguística é cada vez mais valorizada no interior de um vídeo. Por esta razão, consideramos importante acrescentar legendas e sons, ampliando as virtualidades do

⁶⁵ *História de Portugal*, Volume 1 (6/6) – Das Origens à Revolução de 1245-1248. O Reinado de D. Afonso III pelo Professor José Hermano Saraiva. Carregado em 20/10/2009 por Sérgio Mota. Consultado: 16/03/2014 URL: <http://youtu.be/ZePlwZdCphQ>;

processo fílmico. A este propósito, relembremos o que Martine Joly, autora da *Introdução à Análise da Imagem*, referiu a respeito das imagens:

“Por todo o lado através do mundo, o homem deixou vestígios das suas faculdades imaginativas sob a forma de desenhos feitos na rocha e que vão desde os tempos mais remotos do paleolítico até à época moderna. Efetivamente, estes desenhos destinavam-se a comunicar mensagens e muitos deles constituíram aquilo a que chamamos os preanunciadores da escrita, utilizando processos de descrição-representação que apenas retinham um desenvolvimento esquemático de representações de coisas reais.”

[Joly, 2008:18]

Neste projeto, estivemos perante a reinterpretação de um quotidiano que é facilmente reconhecível pelas comunidades contemporâneas e particularmente relevante para as gerações futuras, que podem conceber o universo social e cultural de um passado perdido, através da recriação tecnológica.

Por esta mesma razão, o povoado antigo de Tavira, reinterpretado através de imagens virtuais, será capaz de atribuir novos significados aos textos dos livros didáticos de História e de responder às novas formas de consumo cultural massificado da era digital, contribuindo assim para uma nova perceção dos factos históricos.

Quando nos debruçamos sobre Idade Média, época particularmente rica em símbolos e mitos, apercebemo-nos das ilimitadas leituras que podem ser feitas através das narrativas míticas que se vão sucessivamente reedificando, oralmente, através das gerações, conferindo aos relatos um carácter verosímil e mantendo, assim, a sobrevivência das suas memórias, resistentes à ação destruidora do tempo. Por isso, pareceu-nos apropriado considerarmos também algumas lendas dos tempos da Tavira muçulmana, em especial o relato da moura do Castelo, que integra os contos compilados por Francisco D’Ataíde de Oliveira em *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*. São conhecidas as pretensões históricas das lendas embora, por vezes, os detalhes reais em torno de um facto histórico conhecido se percam na memória do povo e sejam substituídos por outros de pura ficção. Na lenda, o maravilhoso e o imaginário superam, geralmente, o histórico e o verdadeiro. Tanto na narrativa, como na mente do povo e na sua vida real, a lenda assume uma dialética entre imaginário radical e social. Estas vivências, enxertadas no caminho antropológico

defendido por Gilbert Durand⁶⁶ em *Estruturas Antropológicas do Imaginário*, partilham uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma ideia do mundo, uma visão dos factos na encruzilhada do racional e do ilógico, dando viva interpretação à angústia existencial, face às situações adversas num passado histórico, libertadas na forma de mitos e símbolos integrados nas regras sociais dessa época.

Consideramos que a articulação estratégica entre a herança histórica e a presença ativa num mundo globalizado constitui, neste momento, a matriz da evolução cultural de Tavira, a par da democratização do acesso ao conhecimento das artes e das ciências. É de suma importância apresentar como fatores de competitividade a dinamização do património cultural e a criação de equipamentos culturais relevantes, construindo modelos de desenvolvimento regional, capazes de atrair atividades e pessoas.

Na nossa perspetiva, o legado histórico de Tavira pode constituir-se como um instrumento para o desenvolvimento socioeconómico local e regional, suscitando uma nova abordagem que promova o crescimento de conceitos criativos em futuras gerações e que contribua para que a comunidade em geral possa fruir com as novas formas de acesso à cultura e consiga lidar com o avanço digital.

Para além dos benefícios económicos que se podem extrair da transmissão da cultura através de suportes virtuais, também a criação de redes temáticas, tanto a nível local, como regional e nacional, implica a participação dos sectores públicos, das instituições e das localidades, a fim de que estes permitam a reconstrução, interpretação, divulgação e uma aproximação ao passado.

Com estas ações, pretendemos manter viva a chama dos grandes feitos da nossa história e de um povo decidido, ilustrado pela valentia de heróis da História de Portugal, mas também imortais como o grande Mestre de Santiago, Dom Paio Peres Correia, que Camões (n. entre 1517 e 1525-15809) exaltou no poema épico mais representativo deste imaginário:

Olha um mestre que desce de Castela,
Português de nação, como conquista

⁶⁶ Durand, Gilbert. *L'imaginaire comme Méthode in Nouveau millénaire, Défis libertaires pour l'imaginaires, principes et méthode*. «Revue Esprit Critique» Vol. 04, 02 de fevereiro 2002. Consultado 04/04/2014. URL: <http://www.espritcritique.org/0402/article2.html>.

A terra dos Algarves, e já n'ella
Não acha quem por armas lhe resista:
Com manha, esforço e com benigna estrella,
Villas, castellos toma, à escala vista:
Vês Tavilla tomada aos moradores,
Em vingança dos sete caçadores?

[Camões, Luís Vaz. *Os Lusíadas*,⁶⁷
Estância XXV, Canto VIII]

O episódio da tomada de Tavira aos mouros também ocupa um lugar de relevo no poema *Dona Branca ou A Conquista do Algarve*, 1826, com o qual Almeida Garrett (1799-1854) inaugurou o Romantismo em Portugal, transpondo para a arte da sua lírica a narrativa do rapto de uma moura por Mem do Vale, cavaleiro cristão da Ordem de Santiago:

Mem do Vale picou, e per um trilho
Agreste e rudo entre árvores e mato
[...]
Jaz sobre a relva à deleitosa sombra
Do espesso arvoredado adormecida
Jovem Beldade [...]
E eu cristão cavaleiro, que hei jurado
De defender a fé e a formosura, [...]
Salvá-la é força e já [...] Toma-a nos braços
Salta na sela, - e parte, corre, voa.
Vozes mil a gritar: Ei-los vão, ei-los!
O roubador infiel! Ei-la a princesa
Acudi, acudi, vingai no infame
Milhares caem. De Tavira às portas
Acossados os leva; e as portas, que abre
Para acolher os seus o muçulmano,
Ao mestre foram triunfal entrada
Na capital do subjugado Reino.

Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de.
Dona Branca ou A conquista do Algarve, 1826.
Canto Estâncias XIV; XV; XVI; XXI; XXXV, Canto V.⁶⁸

⁶⁷ Camões, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*, Canto oitavo, estrofes 25.^a e 26.^a. Projeto Gutenberg *Ebook Os Lusíadas*, arquivo 3333-h.htm ou 3333-h.zip, publicação online: 4 de fevereiro de 2007, Produção de Maria Helena Moreira Rodrigues e Victor Calha. Consultado 17/04/2014. URL: <http://www.gutenberg.org/files/3333/3333-h/3333-h.htm>;

⁶⁸ Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Visconde de. *Dona Branca ou A Conquista do Algarve*, 1826. Digitalização patrocinada pela Universidade de Toronto em livraria aberta *online* em 31-12-2009 Propriedade de Sebastião Alberto Centeno Fragoso. Consultado: 21-04-2014. URL: <http://www.archive.org/details/dbrancaouconquis00alme>

Estamos em crer que a divulgação da Arte e da Cultura em mundos virtuais torna mais acessível o processo de obtenção de ajudas financeiras externas, combinando parcerias público-privadas, apoios de mecenas e patrocinadores, que podem contribuir para o restauro e manutenção de monumentos. Estas produções culturais dinamizam o interesse do público e de muitos visitantes pelo nosso património antigo. Ademais, a partilha do conhecimento virtual instaura uma convivência cívica recíproca e permite o acesso ilimitado do público, em termos geográficos e temporais e, conseqüentemente, concorre, de forma fundamental, para os valores do humanismo, ou seja, para uma multiculturalidade. É por estas razões que devemos falar em processo de reinterpretação do património histórico, já que as sociedades humanas são dinâmicas, os conceitos evoluem e as atividades produtivas e modelos sociais se modificam. Progressivamente, as gerações transformam-se e apropriam-se do passado, num processo criativo, de forma a projetarem nele as suas aspirações e apetências.

É esse transpor da realidade, de reconstrução e de interpretação do passado que, através da virtualização da aplicação e originalidade de seu formato, torna este projeto original e complementar à pesquisa histórica do povoado medieval de Tavira, possibilitando uma representação tridimensional interativa com o traçado original, graças aos seus detritos.

Por fim, a tripla função deste estudo é instruir sobre um momento histórico em ambiente digital, difundindo a cultura orientada para um espaço de entretenimento, através da interação das fontes escritas com a função cognitiva da imagem, permitir a qualquer pessoa ter acesso a esse conhecimento e partilhar o conhecimento sem qualquer limitação de tempo ou de espaço. Assim, pretendemos estimular e libertar o leitor/espetador da centralidade que os livros didáticos desempenham, para uma nova interpretação, uma vez que a forma de analisar, perceber, raciocinar e imaginar a história são próprias de cada um, tomando em consideração a capacidade de aprendizagem pela cognição.

Para terminar, fazendo a ligação ao nosso projeto sobre a cidade medieval de Tavira, pretendeu-se recriar a história, a partir de uma plataforma de mundos virtuais (*Adobe Photoshop*, *Sony Vegas movie* e *Google Sketchup*), dando corpo e vida a um modelo de investigação histórica. Este trabalho assumiu-se como mais um contributo

para o atual Município de Tavira, pelas virtualidades do seu formato, constituindo-se como uma aplicação da linguagem virtual complementar à narrativa histórica, através da reconstituição dos acontecimentos, que teve consequências decisivas na história da nossa terra.

Embora em constante evolução, as novas tecnologias continuam a apresentar inúmeras possibilidades para fomentar o património cultural, diminuir as distâncias entre o público e a informação, a cultura e o conhecimento em toda atividade humana que envolva fortemente o intelecto. Este estudo apoiou-se em várias plataformas de mundos virtuais sobre o património cultural, que estão patentes na Internet, para discorrer sobre uma prática que está a propagar-se no mundo, inerentes a um novo espaço onde divulgar Arte e Cultura é uma terra de todos e de ninguém. Para ilustrar estes aspetos, inspirámo-nos no vídeo de Maria Alexandra Gago da Câmara, simulador da cidade de Lisboa anterior a 1755, criado a partir de uma plataforma de mundos virtuais, *Second Life*, e no programa da R.T.P., "*Os Horizontes da Memória*" do Professor Doutor José Hermano Saraiva.

Também, recorri a um curso de informática com a finalidade de familiarizar-me com conteúdos e instrumentos digitais do *Adobe Photoshop*, da *Sony Vegas* e do *Google Sketchup* para poder desenvolver este trabalho.

Outras investigações futuras já estão na mira da sucessão deste projeto, nomeadamente a realização de uma maquete à imagem da fotogravura da Cidade de Tavira, captada no final do século XVIII, assim como a criação de um vídeo, reconstruindo, através de uma plataforma virtual a vida de D. Paio Correia e as lendas que entoam os feitos surpreendentes deste herói medieval português até aos nossos dias.

Bibliografia

Adragão, José Vítor. *Algarve. Novos Guias de Portugal*. 1.^a Edição, Editorial Presença, Lda. Lisboa, 1985; 113-123.

Almeida João de, General. *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses – (Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro)*. Publicação subsidiada pelo Instituto para a alta cultura. Edição do autor. Lisboa 1947:508-515.

Anica, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu Termo*. Memorando Histórico. Câmara Municipal, Tavira, 1993;83-84;266.

Anica, Arnaldo Casimiro e João Cascão. *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve (1573)*. Ed. Estudo e Notas de Francisco de Sales Loureiro. Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

Barroca, Mário Jorge. “Inscrição da Porta da Alfeiçoa da Muralha de Tavira” in *Tavira Território e poder*. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa 2003:314-315.

Barros Dias, Isabel de. *Metamorfozes de Babel*, Lisboa: FCG/FCT (Coleção «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas»), 2003; e Maria do Rosário Ferreira (coordenação), *O Contexto Hispânico da Historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*. Em memória de Diego Catalã, *Cadernos de Literatura Medieval do CLP*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

Benjamin, Walter. *Imagens do Pensamento*. Obras escolhidas de Walter Benjamin. Edição e tradução de João Barrento. Assírio e Alvim, 2004:288-289.

Brandão, Frei António. *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Livraria Civilização Editora, 1946:96-103,113-117, 142-143,147-151, 185-197, 286-291.

Catarino, Helena Maria Gomes. *Castelos Muçulmanos do Algarve, 90 séculos entre a serra e o mar*. Lisboa, IPPAR, 1997: 449-457.

_____, Helena Maria Gomes. *A herança urbana, O Algarve. Da Antiguidade aos nossos dias*. Local, 1999:97-101.

_____, Helena Maria Gomes. *O Algarve Islâmico: Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*. Faro, 2002.

Correia, Fernando M. R. Branco. *Fortificações Muçulmanas no Algarve, Estado da Questão e Perspetiva*. Local, In: 4º Congresso do Algarve, Hotel Montechoro, 1986. - Vol. 1, p. 97-102.

_____, Fernando M. R. Branco. *Fortificações Urbanas da Época Islâmica no Algarve*. Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributo para o futuro, 2002:81-90 Local.

Costa Lobo, António de Sousa Silva. *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1979:145.

Costa, Paula Maria de Carvalho Pinto. *Tavira nos Séculos XII ao XV – a ocupação cristã in Tavira, Território e Poder (Catálogo da Exposição no Museu Nacional de Arqueologia)*. Câmara de Tavira. Lisboa, 2003:183-201.

Coutinho, Valdemar. *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*. Faro, 1997;

_____, Valdemar. *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período Islâmico ao Século XVIII*. Portimão, 2001.

_____, Valdemar. *Centros Históricos de Influência Islâmica: Tavira, Faro, Loulé, Silves*. Portimão, 2001.

Day, D., and Evers, V. *The role of Culture in Interface Acceptance*. Interact. Lisboa, 1997.

Dias, João José Alves. *Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)*. Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português da Gulbenkian. Vol. n.º 15 Lisboa, 1980.

Domingos, Diana. (org.). *A Arte no Século XXI – A Humanização das Tecnologias*. São Paulo: Fundação, Ed. UNESP, 1997.

Domingues, José Domingos Garcia. *O Garb Extremo do Andalus e “Portugal”, nos Historiadores e Geógrafos Árabes*. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 78, 1960:327-362.

_____, José Domingos Garcia. *Ossónoba na Época Árabe*, Anais do Município de Faro, n.º 3, 1971:179-229.

Eco, Umberto, *Les Limites de l'interprétation* (trad.fr.), Paris, Grasset, 1992 [trad.port. Os limites da interpretação, Algés, Difel, 2004].

Garcia, Domingues. *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*. Lisboa, 1945:103.

Garcia y Bellido, António. *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strábon*. Madrid, 1945;66 in *Descobrimientos Portugueses* por Alberto Iria. Vol. II, Tomo 1. Lisboa 1956:236.

Guerreiro, Manuel Viegas e Romero, Joaquim Magalhães. (Edição, Estudo e Notas), *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Sá da Costa, Cadernos da Revista de História Económica e Social 3, Lisboa, 1983.

Herculano, Alexandre. *História de Portugal desde o Começo da Monarquia até o Fim do Reinado de Afonso III*, prefácio e notas críticas de José Matoso, verificação do texto por Aiala Monteiro, tomo IV, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983:437, livro VII, parte III.

Iria, Alberto. *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*. Reprodução Fac-similada Instituto Nacional de Investigação Científica. Edição comemorativa dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa 1988:279, Volume II, tomo 1.

Joly, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Edições 70, Lda. Lisboa, 2008.

Kemnitz, Eva von. *Presença Árabe em Tavira*, II Jornadas de História de Tavira – Tavira do Neolítico ao século XX. 1994:109-118.

Khawli, Abdallah. *Tavira Islâmica, Novos Dados sobre a sua História*, in *Tavira, Território e Poder*, catálogo de exposição, Lisboa, Ed. Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, 2003:132.

Lévy, Pierre. *O que é Virtual?* São Paulo: Vinte e quatro. 1997:160.

Lopes, Francisco Fernandes. *A Música das Cantigas de Santa Maria e outros Ensaios*. Edição comemorativa do I centenário do nascimento de Francisco Fernandes Lopes. Câmara Municipal de Olhão, 1985: 81-82.

Macedo, Jorge Borges de. *Problemas de História da Indústria Portuguesa do Século XVIII*. Lisboa, 1963;120.

Macias, Santiago. “VI.4. Tavira”, *Terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal*, Local, 1999:129-132.

Magalhães, Joaquim Romero de e Manuel Viegas Guerreiro. *Dois descrições do Algarve do século XVI*. Cadernos da Revista de História Económica e Social n.º 3, Editora Sá da Costa, Lisboa, 1983,166-168.

Magalhães, Natércia. *O Legado Arquitetónico Islâmico no Algarve*. Lisboa 2002.

_____, Natércia. *Castelos, Cercas e Fortalezas. – As Muralhas como Património Histórico* de Natércia Magalhães. Edição Letras Várias, Edições e Arte. Faro, 2008:223; Faro, 2008:223.

Maia, Maria et alii (com.) *Tavira, Território e Poder* (Catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia). Museu Nacional de Arqueologia & Câmara Municipal de Tavira, Lisboa, 2003.

Maia, Maria Adelaide Garcia Pereira Andrade, Maia, Manuel Maria da Fonseca Andrade. *As Muralhas Medievais e Pós-Medievais de Tavira*. Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributo para o futuro. Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2002:66-80.

Marado, Catarina Almeida. *Antigos Conventos do Algarve*. Um Percorso Pelo património da Região, Colibri, Lisboa, 2006.

Marques, José. *Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III*, Publicado pelo autor em 22-11-1984 in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. 1.ª Edição. Câmara Municipal de Loulé, 1987:101-113.

Marques, Maria da Graça Maia. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias* (elementos para a sua história). Colibri, Lisboa, 1699.

Marques, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *História de Portugal*, 4.ª ed. Lisboa, Palas Ed.1974:116.

_____, **Marques**. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença. Lisboa, 1987.

_____, **Marques**. *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. 2.^a Edição Coleção Documenta Histórica, Lisboa, 1980:51-92.

Michelli, Mário de. *As vanguardas artísticas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Moreno, Humberto Baquero. *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI – Estudos de História*. Editorial Presença, Lda., 1.^a Edição, Lisboa, 1986.

Oliveira, Francisco Xavier D’Athaíde. *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*, com algumas notas elucidativas por Francisco Xavier D’Athaíde Oliveira. Typographia Burocratica. Tavira, 1898.

Oliveira, Luís Filipe. Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval in Actas das I Jornadas as vias do Algarve da Época Romana à Actualidade. São Brás de Alportel. 2006.

Peres, Damião. *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*. Barcelos, 1969.

_____, Damião. *História de Portugal* – Edição Monumental da Portucalense Editora (1928-1981), Vol. II por Manuel Ramos, Ângelo Ribeiro e Damião Peres, Porto, 1929.

Picard, Christophe. *Le Portugal Musulman (VIII e-XIII e siècle): l’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*. Maisonneuve & Larose, Paris, 2000. 422 : 8.

Sarrão, Henriques Fernandes. *História do Reino do Algarve, 1607*, no DDA, 133-170.

São José, Frei João de. *Corografia fazer Reino do Algarve, 1577*, em DDA, 21-132.

Santana, Daniel. *O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira*, Monumentos, 14; DGEMN, Lisboa, 2001:124-133.

Santo Agostinho, Fr. Joaquim. Sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve” Memórias de Literatura Portuguesa, tomo I, 1792:85, 94-95.

Sebastião e Silva, António. *As Fortificações Pós-Medievais em Tavira*, em Atas das III Jornadas de História, Clube de Tavira, Tavira, 1997: 207.

_____, António. *Considerações sobre a Gravura Seiscentista de Tavira em Tavira não neolítico ao Século XX*. Atas das II Jornadas de História, Clube de Tavira, Tavira, 1993:135-143.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume I. *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 4.^a Edição, Editorial Verbo. Lisboa, 1990.

Silva, Luís Augusto Rebelo da. *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a fundação da Monarquia até 1865*. Parte I (de 1097 a 1640). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Soares, Rui João Baptista. *Medidas usadas ao tempo do foral de Tavira de 1504: comparação com as do sistema métrico decimal*. V Jornadas de História de Tavira, Actas. Clube de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2006:143-156.

Sousa, João Silva de. *As Feiras em Portugal na Idade Média, Feiras*. A Escola e os Descobrimentos, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999:7-35;

Torres, Cláudio. *O al Garbe, 90 Séculos entre a Serra e o Mar*. Local, Direção Geral do Património Cultural, 1997:431-447.

Vasconcelos, Damião Augusto de Brito. *Notícias Históricas de Tavira. 1242/1840*. Lisboa: Livraria Lusitana, 1937.

_____, Damião Augusto de Brito. *Notícias Históricas de Tavira. 1242/1840*. Notas de Arnaldo Casimiro Anica. Edição da Câmara Municipal, Tavira, 1989.

Vasconcelos, Damião de. *Ecos do Passado de Tavira*. Edição da Câmara Municipal de Tavira. 2009:49,91-96.

Vasconcelos e Sousa, Bernardo, Nuno Gonçalo Monteiro. Ramos, Rui (Coordenador). *História de Portugal. A População e Sociedade (Séculos XIII-XV)*, Capítulo III. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009:79-113.

Webgrafia

Silva, Luís Fraga da. Uma planta inédita de Tavira, do século XVI. Materiais para uma Atlas Histórico de Tavira. Imprompto. Consultado: 19/11/2013.

URL: <http://imprompto.blogspot.pt/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>

Ferrari, Leonardo de. *Uma planta inédita de Tavira, séc. XVI*. Consultado: 18/10/2013.

URL: <http://imprompto.blogspot.pt/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>.

Herculano, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica*. Academia das Ciências de Lisboa Portugal. (Edição fac-similada), Vol. I, 1863:645-647, fasc.4 e fasc. 5 1866:706,734, 736-7. Biblioteca Nacional Digital. Consultado: 16/10/2014. URL: <http://purl.pt/12270>.

Mattoso, José. *O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política*. Análise Social, vol. (157), 2001, 899-935. Consultado: 10/08/2014.

URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121872483603jXR0rk0Ob64EZ5>

_____, José. *História de Portugal. Dois séculos de vicissitudes políticas*. In História de Portugal. Dir. José Mattoso. Vol. 2: A monarquia feudal (1096-1480). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 23-64. Consultado: 05/10/2014. URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/anisio1106.html>.

Câmara, Maria Alexandra Gago da/ Carvalho Mário Vieira de/ Murteira, Helena. Música e Artes Plásticas. Congresso "Luís António Verney" - Com um vídeo 'Second Life' – Debate. Publicado em 24/09/2013. Consultado: 17/10/2013. URL: <http://www.youtube.com/watch?v=GL1CmmjKXC8>.

Pereira, António. *O mar ao fundo*, poema declamado por Paulo Moreira. Carregado em 07/04/2009 por Pedromeloico. Consultado: 20/11/2014. URL: <http://www.youtube.com/watch?v=CX5S8Y77KGw>.

Cavaco, Sandra Cristina da Costa Fialho Palma. *O Arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica. Dissertação de mestrado, Portugal Islâmico e o*

Mediterrâneo, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2011. Consultado: 13/01/2014 URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/3109>.

Silva, Luís Fraga da. *Vias Romanas do Sul de Portugal*, Campo Arqueológico de Tavira, 2.^a Edição abril 2006. Via romana de Baesuris a Balsa, 1.^a etapa do Itinerário de Antonino hispânico XXI. Consultado: 26/05/2014.

URL: <http://www.arkeotavira.com/alg-romano/geral/algarve-romano.pdf>

Maia, M. Garcia Pereira. “Fenícios y Território” in Atas del II Seminário Internacional sobre Temas Fenícios, Alicante, 2000 pp., 121-150. 1.º Relatório da descoberta do povoado fenício de Tavira. Descrição das estruturas escavadas e análise do enquadramento geopolítico do povoado na colonização fenícia do Ocidente. Versão 30/01/2003. Consultado: 13/01/2014. URL: www.arkeotavira.com.

Neto, João. *Sítio dos Monumentos do Inventário do Património Arquitetónico (SIPA)*, 1991. Atualização: 2001. Consultado: 18/10/2013.

URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2833.

Pedrosa, Fernando Gomes. *As Tercenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*. Comunicação apresentada pelo académico à Academia da Marinha. Lisboa, 2013:1-30 Consultado: 28/10/2014. URL:

http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/Tercenas_medievais.pd.

Macieira, Isabel e Manteigas, Rita. *Tavira, Patrimónios do Mar*. Câmara Municipal de Tavira, Museu Municipal de Tavira e Palácio da Galeria, Tavira 2008:30. Consultado: 11/02/2014.

URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/catalogo_tavira_mar/161.

Manteigas, Rita, Historiadora de Arte. *O Rural na Cidade - Tavira: Apontamentos para as relações com a periferia Rural e Vestígios da ruralidade na cidade in Cidade e Mundos Rurais. Tavira e as sociedades agrárias*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2010:97/268. Consultado: 23/04/2014.

URL: http://issuu.com/museum_tavira/docs/cat_logo_cidade_e_mundos_rurais

Silva, Luís Fraga da. *Tavira Romana*. Originalmente publicado em 2005 no site do Campo Arqueológico de Tavira. 2.^a Edição, 2011. Consultado:15/08/2014. URL: <http://www.arkeotavira.com/balsa/tavira/>.

Sousa, João Silva de. *As Feiras em Portugal na Idade Média*, in Feiras. A Escola e os Descobrimentos, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999:7-35. Consultado: 21/09/2014. URL: http://www.triplov.com/letras/Joao_Sousa/feiras/index.htm

Lopes, Francisco Fernandes. *O enredo da 183.^a das Cantigas de Santa Maria de Afonso X*, o Rei Sábio, foi publicado num artigo relacionado com o tema da música no “Correio do Sul” de Faro, a 4 de dezembro de 1947. Consultado:07/12/2014. URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Fernandes_Lopes

Le Goff, Jacques. Deslocações. “Motor da expansão geográfica, o grande comércio desempenhou, igualmente, papel de capital importância num fenómeno cujo centro estava também, a expansão da economia monetária” in João Silva de Sousa *A Feira na Idade Média*. Publicado na Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências, Nova Série 2011 número 11, disponibilizado online). Consultado:15/09/2014. URL: http://novaserie.reviSantatriplov.com/numero_11/joao_silva_sousa/index.html

Oliveira, Luís Filipe. *Caminhos da Terra e do Mar no Algarve Medieval* in *Actas das I Jornadas as vias dos Algarve da Época Romana à Actualidade*. São Brás de Alportel, 2006 Cf. Frei Joaquim de S. Agostinho, Sobre huma Chronica inédita da Conquista do Algarve, Memórias de Literatura Portuguesa tomo I, 1792, pp. 85, 94-95. Lê-se o mesmo relato na Crónica do Reino. Veja-se Crónica de Portugal de 1419, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998, pp.147,156-157. Consultado: 15/09/2014. URL: https://www.academia.edu/721694/CAMINHOS_DA_TERRA_E_DO_MAR_NO_ALGARVE_MEDIEVAL.

Barros, José d'Assunção. *Livros de Linhagens na Idade Média Portuguesa, a constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa*. Publicado na Revista de Convergência Lusíada, nº25, janeiro a junho de 2011:92. Consultado: 30/11/2014.

URL: <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/138.pdf>

Chancelaria de D. Afonso III. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Livro I de Doações do Rei D. Afonso III, fol. 84, col. I. Veja-se também o *Foral de Tavira*, de 12 de agosto 1266, in URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813597>;

Costa Franco e António Araújo de Sousa. Transcrição do *Foral de Tavira in II Jornadas de História, Clube de Tavira*. Publicada por Armando da, em 28/02/2009.

URL: <http://terrasdogilao.blogspot.pt/2009/02/foral-velho-de-tavira-1266.html>.

Sousa, João Silva de. *A Feira na Idade Média* in Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências Nova Série. João Silva de Sousa. Prof. da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História). Também publicado in “As Feiras em Portugal na Idade Média”, Feiras. A Escola e os Descobrimentos, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 7-35. Acesso: 15/09/2014.

URL: http://www.triplov.com/letras/Joao_Sousa/feiras/index.htm.

Von Böhm-Amolly, Alexandra. *Direito Internacional Marítimo e o Direito Nacional no Combate à Pirataria Potencialidades e Limitações* in Boletim Ensino | Investigação, N.º 10, Maio 2011. Publicado em Maio 2011 Consultado:15/10/2014.

URL: http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/Tercenas_medievais.pdf

Serra, Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos Serra. *Águas do Quotidiano. Estruturas Habitacionais Islâmicas no Território Algarvio*. Tese para o grau de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade do Algarve, 2013. Consultado: 25/01/2014.URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/3696>.

Barros, José Joaquim Soares de. *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia.* in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo I, Lisboa 1789, p.123. Livro digitalizado da biblioteca da Universidade de Michigan pelo Google e descarregado para o arquivo da Internet pelo usuário TPB. Consultado: 22/07/2014.

URL: <http://www.archive.org/details/memoriaseconomi03lisbgoog>.

Silva, Luís Augusto Rebelo da, *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865. Parte I. 1097-1540*, Lisboa, 1868. Livro digitalizado da biblioteca da Universidade da Califórnia pelo Google and descarregado para o arquivo da Internet pelo usuário TPB. Consultado:15/07/2014.

URL: <http://www.archive.org/details/memriasobreapop00ruragoog>.

Oliveira, Luís Filipe. *A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)*, Universidade do Algarve / Instituto de Estudos Medievais, in *La Orden Militar de Santiago. Fortificaciones y Encomiendas. Actas del V Congreso Nacional sobre la Cultura en Andalucía. La orden militar de Santiago*. Consultado: 24/03/2014. Também na mesma data foi consultada uma edição digital Sobre uma crónica inédita da Conquista do Algarve por Frei Joaquim de Santo Agostinho, 1878:79 in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo I, 2.^a edição; 2009:74-97.

URL:

http://www.academia.edu/6436765/A_Ordem_de_Santiago_em_Portugal_a_conquista_das_terras_do_Sul_s%C3%A9cs._XII-XIII

URL: http://purl.pt/71/2/hg-7906-v/hg-7906-v_item2/index.html>

Franco, Armando da Costa e António Araújo de Sousa. *Foral de Tavira*, de 12 de agosto 1266, in URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813597> e sua transcrição in *II Jornadas de História, Clube de Tavira*. Publicada por Armando da Costa Franco e António Araújo de Sousa, em 28/02/2009. URL: <http://terrasdogilao.blogspot.pt/2009/02/foral-velho-de-tavira-1266.html>.

Barros, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV. Tomo I*. Lisboa Imprensa Nacional 1885. Biblioteca Nacional Digital. Consultado: 07/06/2014. URL: <http://purl.pt/6787/>.

_____, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV. Tomo II, Livro III, Situação económica do país, Divisão I População*. Tipografia da Academia Real das Ciências. Lisboa, 1896; Consultado: 10/10/2014. URL: <http://purl.pt/6787/4/>.

Queiroz, Jorge. Sociólogo, Diretor do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Tavira (CMT). *Revista Semestral da Câmara Municipal de Tavira, Cultura: Patrimónios e Contemporaneidade*, publicado em abril 07, n.º22 – 2007:16.

URL:<http://eur->

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:218:0007:0011:PT:PDF.

Documento citado disponível no Site do Ministério da Cultura, versão pdf, pp.125-132, “Augusto Mateus & Associados. O setor cultural e criativo em Portugal.”. Estudo para o ministério da cultura – Gabinete do Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais. Relatório Final, 2010. Consultado: 13/01/2014. URL: www.gepac.gov.pt/.../04-o-sector-cultural-e-criativo-em-portugal-vint-pdf.

Brandão, Fr. António, 1973, *Monarquia Lusitana, 3.ª parte*, 4.ª ed., fac-similada, com introdução de António da Silva Rego, Lisboa, Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1.ª ed. 1632. Consultado: 04/04/2014. URL: <http://purl.pt/12677/3/>.

Santos. Alessandra Lessa dos. e Grazielle Pissollatto da CoSanta. *Entre a Donzela e a Ninfa: duas maneiras de perceber a Ofélia de Shakespeare*. Todas as Musas ISSN 2175-1277, Ano I, n.º2 janeiro–julho 2010:239-240. Consultado:08/12/2014. URL http://www.todasasmusas.org/02Alessandra_Graziele.pdf.

Mattoso, José. *Imagem, Memória e Poder* (Visualidade e Representação (séc..XII a XV) - Revista de História da Arte n.º7. Instituto da História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Entrevista com o Professor José Mattoso conduzida por José Custódio Vieira da Silva Bernardo

Vasconcelos e Sousa, e Maria Adelaide Miranda. Edição Instituto da História da Arte 2009:14. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://issuu.com/ihafcshunl/docs/rha-7>.

Leão, Liana de Camargo e Mail Marques de Azevedo. *Hamlet e as performances femininas: das primeiras aventuras no teatro ao filme de Asta Nielsen*, Scripta Uniandrade, n.º 07, 2009:96-120. Consultado: 08/12/2014.
URL: http://www.uniandrade.br/pdf/Revista_Scripta_2009.pdf.

Brandão, Raul Germano. *O Gebo e a Sombra*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1925, baseado na peça de adaptação e realização de Manoel de Oliveira, consultado: 16/03/2014. URL: <http://youtu.be/Hi58H5MCtuA>.

CoSanta, Nelson de. Historiar. Tags: Baú da História Post: *As Iluminuras*. Publicado a 26/02/2009 às 10H10. Consultado:12/10/2014.
URL: <http://historiarn.blogs.sapo.pt/118604.html>.

Fontes, Carlos. *O Livro das Aves* em particular a Página iluminada do Apocalipse do Lorvão, 1189, (A.N.T.T.), Liv. 44 in *Filorbis*, Rede portuguesa de sites temáticos. responsável e autor da rede Filorbis. Consultado: 12/10/2014.
URL: <http://www.filorbis.pt/indexIluminura.html>

Kafka inspirado nas obras *O Castelo*, 1922, e *O Processo*, 1914, de Franz Kafka, dirigido e adaptado por Steven Soderbergh, em 1991. Consultado: 16/03/2014 URL: http://youtu.be/i_MmwyazJBk.

Benjamin, Walter. *Imagens*. Carlos Pernisa Júnior, Fernando Fábio Fiorese Furtado, Nilson Assunção Alvarenga (orgs.). Mauad Editora Lda., Lapa - Rio de Janeiro, 2008. Consultado: 16/03/2014.
UR: www.books.google.pt/books?isbn=8574782068

Gérard David e Horenbout, Gérard. *Livro de Horas de Joana de Castela, Joana a Louca*. As iluminuras deste excepcional Livro de Horas são obra do Mestre do Livro de

Oração de Dresden, O melhor miniaturista flamengo do século XVI. Consultado: 12/10/2014. URL:<http://www.moleiro.com/pt/livros-de-horas/livro-de-horas-de-joana-i-de-castela/miniatura/169>.

Breviário de Isabel, a Católica. A British Library adquiriu-o a outro colecionador particular em 1852 in Manuel Moleiro Editor S.A. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/livros-de-horas/breviario-de-isabel-a-catolica.html>.

As Grandes Horas de Ana da Bretanha é, sem dúvida, a obra-prima da pintura francesa, por Jean Bourdichon, o mestre Bourdichon foi pintor da corte de Luís XI, Carlos VIII, Luís XII e Francisco I e as suas pinturas constituem um claro avanço do Gótico para o Renascimento. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/es/libros-de-horas/grandes-horas-de-ana-de-bretana.ht>.

Os Tratados de Plantas Mediciniais “Tractatus de Herbis”, manuscrito atualmente conservado em Londres, na insigne British Library: uma antologia gráfica da medicina que podia ser utilizada por leitores de qualquer origem e formação. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/medicina/tractatus-de-herbis.html>.

A Bíblia de São Luís pertenceu ao rei São Luís da França e, mais tarde, a Afonso X, o Sábio. Foi copiada e iluminada entre 1226-1234, em Paris. Consultado: 12/10/2014. URL: <http://www.moleiro.com/pt/livros-biblicos/biblia-de-so-luis.html>.

Eugénio de. Andrade. *A Orelha de Vincent* (1992) apud Mancelos, João. Pintar com palavras: as Artes Plásticas na Poesia de Eugénio de Andrade, 2010:139. Consultado: 02/12/2013. URL: http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat19/Mathesis19_131.pdf

Cruz, Jorge Luís. *Pintura e Audiovisual: do movimento ao uso das tecnologias.* Consultado: 17/10/2013. URL: http://www.eba.ufrj.br/ppgav/lib/exe/fetch.php?media=anais_encontros:xiv:jorge_cruz_palestrante.pdf.

Monique B. Magaldi. *Navegando no Museu Virtual: um olhar sobre as formas criativas de manifestação do fenómeno museu.* Consultado: 17/10/2013. URL:

http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/dissertacoes/dissertacao_monique_magaldi.pdf.

Moles, Abraham. Vídeo. Grafias. *Teoria da Imagem* URL: <http://www.univ-ab.pt/~bidarra/hyperscapes/video-grafias-195.htm>. Consultado: 17/10/2013.

Museu Coleção Berardo. Consultado: 17/10/2013. URL:

<http://www.googleartproject.com/pt/artworks/?discover.collection=353006>;

Barbosa, Cinara. *Espaços de exposições virtuais e o caso de uma Exposição-Obra imaginária.* URL: <https://docs.google.com/viewer>. Verificado: 17/10/2013.

Franco, Augusto de. *Uma teoria da cooperação baseada em Maturana*, 2001, publicado na revista *Aminoácidos*, vol. 4 (Brasília: AED, 2002). Consultado: 18/10/2013.

URL:<http://escoladeredes.net/group/bibliotecahumbertomaturana/page/uma-teoria-da-cooperacao-baseada-em-maturana>.

Agostinho, Joaquim de Santo. *Memória Sobre uma Crónica inédita da Conquista do Algarve in Memórias de litteratura portugueza.* Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1792-1814, tomo I, pp.74-97 [Em linha, julho 2013]. Consultado: 24/03/2014. URL: http://purl.pt/71/2/hg-7906-v/hg-7906-v_item2/index.html>

Falcão, Luiz de Figueiredo. *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal, India, e ilhas adjacentes e outras particularidades*, ordenado por Luiz de Figueiredo Falcão, secretário de el rei Filipe II. Reeditado em 1859 pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisbon, Portugal.Consultado:15/07/2014. URL: http://books.google.pt/books/about/Livro_em_que_se_cont%C3%A9m_toda_a_fazenda_e.html?id=OzdJAAAAYAAJ&redir_esc=y.

Pinto, Óscar Caeiro. Transcrição da *Crónica de como D. Paio Correia, mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros.* Livro de Registo ou Reforma dos Tomos da Câmara (livro 1.º), 1733, fls. 3 a 9. Arquivo Municipal de Tavira, 2013. Consultado: 10/09/2014.

URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/CronicaD.%20Paio-transcricao.pdf>.

Lopes, João Baptista da Silva. *Corografia ou Memória Económica, Estadística e Topográfica do Reino do Algarve*. Editado pela Academia Real das Ciências. Lisboa, 1841. Digitalizado pelo Google. Consultado: 02/09/2014. URL: <http://books.google.pt/books?id=m40DAAAAYAAJ&hl=pt-BR&pg=PA7#v=onepage&q&f=false>.

Silveira, Greice Antolini. *Redimensionamento da ideia de imersão na arte partir das tecnologias digitais*. Consultado: 17/10/2013. URL:

http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/34/TDE-2011-10-25T135643Z-3284/Publico/SILVEIRA,%20GREICE%20ANTOLINI.pdf .

Vasconcellos, Martha Werneck de. *Arte e tecnologia na era da pós-informação: a emergência do espaço virtual e das interfaces em mundos virtuais on-line*. Consultado: 17/10/2013.

URL:

http://www.eba.ufrj.br/ppgav/doku.php?id=encontros:xii:arte_e_tecnologia_na_era_da_pos-informacao_a_emergencia_do_espaco_virtual_e_das_interfaces_em_mundos_virtuais_on-line.

Vasconcelos, José Sande de: *Blogue Alçado da Planta de Tavira. Finais séc. XVIII*. Consultado: 18/10/2013. URL: <http://imprompto.blogspot.pt/2010/01/alcado-da-planta-de-tavira-finais-sec.html>.

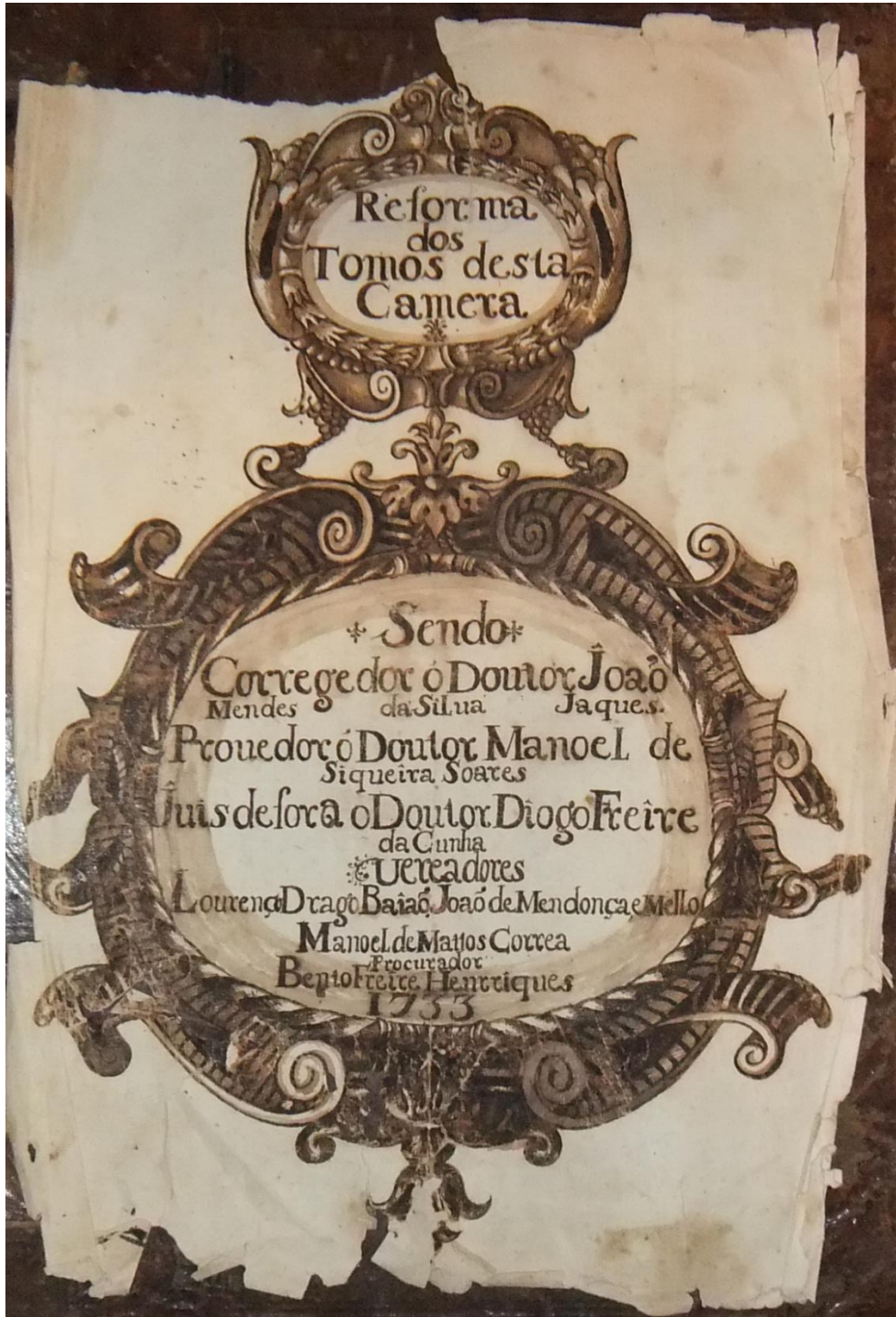
Fontes, Leonardo Augusto Silves. *A Função Política das Cantigas de Santa Maria no Reino de Afonso X (Castela e Leão, 1252-1284)*. Tese de Mestrado em História Medieval - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Consultado: 23/10/2014.

URL: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9854/5702>.

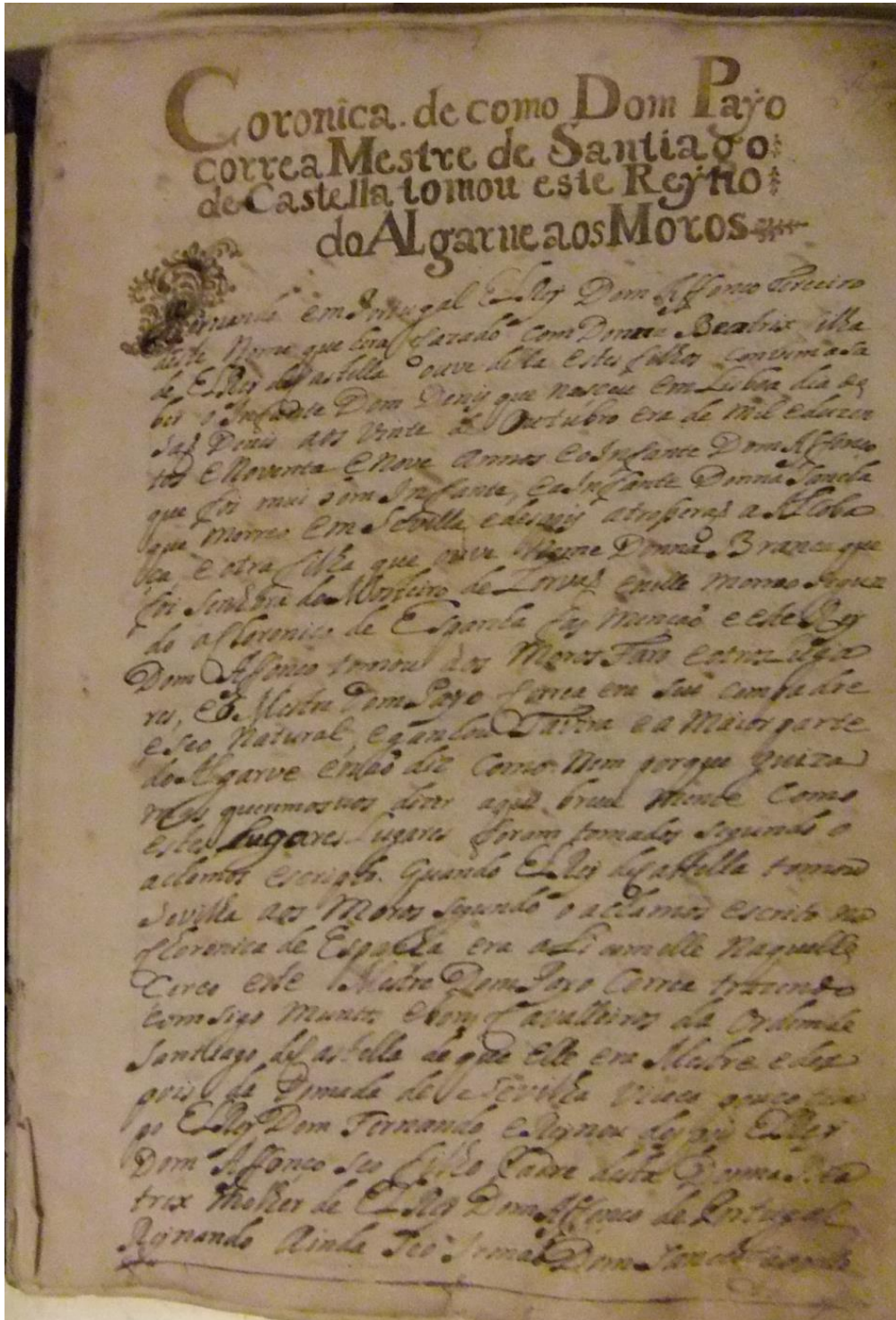
APÊNDICE DOCUMENTAL

I. Crónica de como D. Paio Correia tomou este Reino aos mouros

Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros. Capa de rosto do documento trasladado nos fólhos 3 a 9 do “Livro de Registo ou Reforma dos Tomos da Câmara, Livro 1.º”, de 1733, existente no Arquivo Municipal de Tavira.

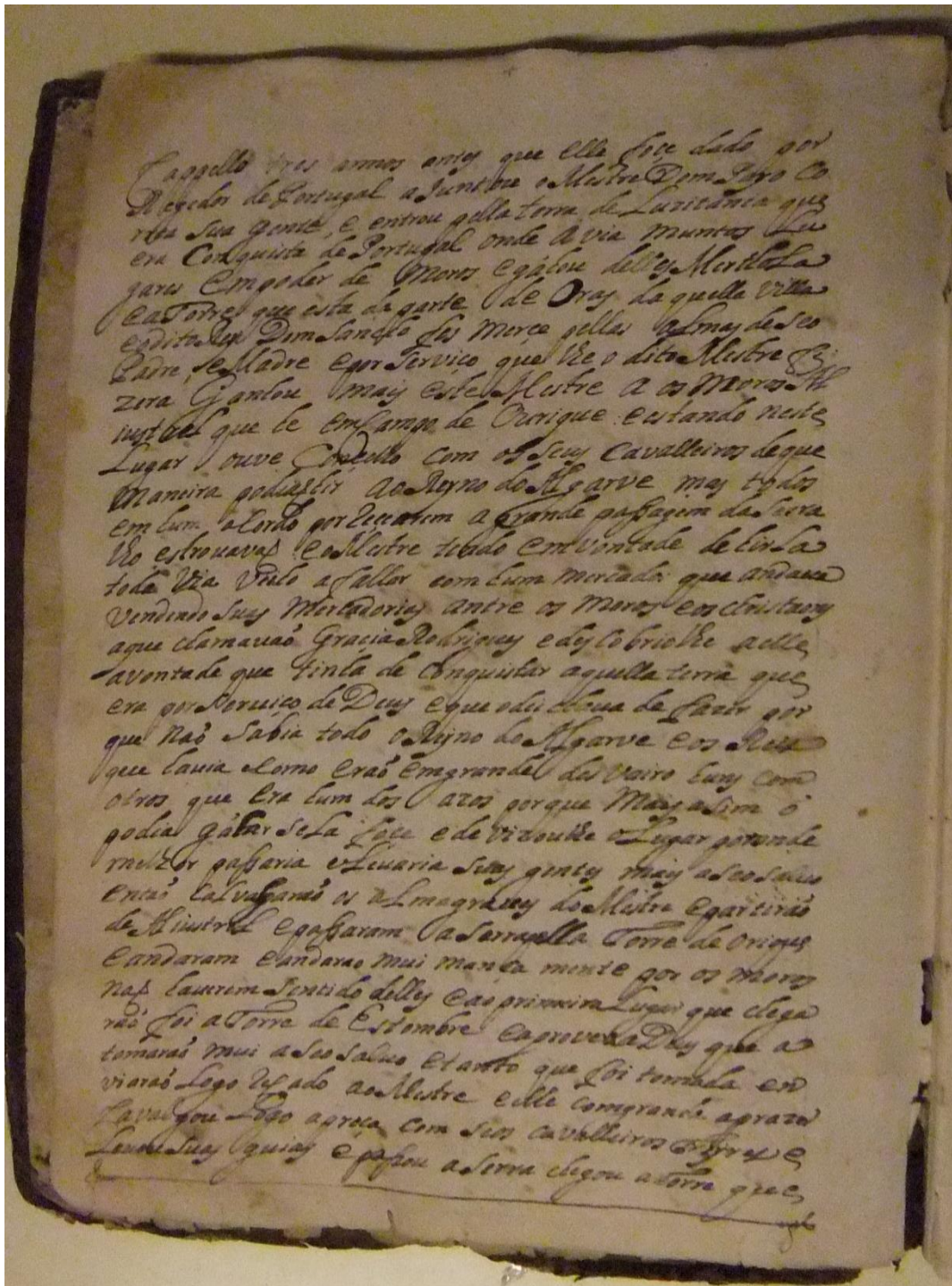


Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733, fls. 3 a 9. A crónica de autor desconhecido foi o primeiro documento lançado nesse novo Tombo por Clemente de Oliveira de Mattos, tabelião que na época tinha a encargo a organização da Reforma do Tombo velho da Câmara de Tavira.



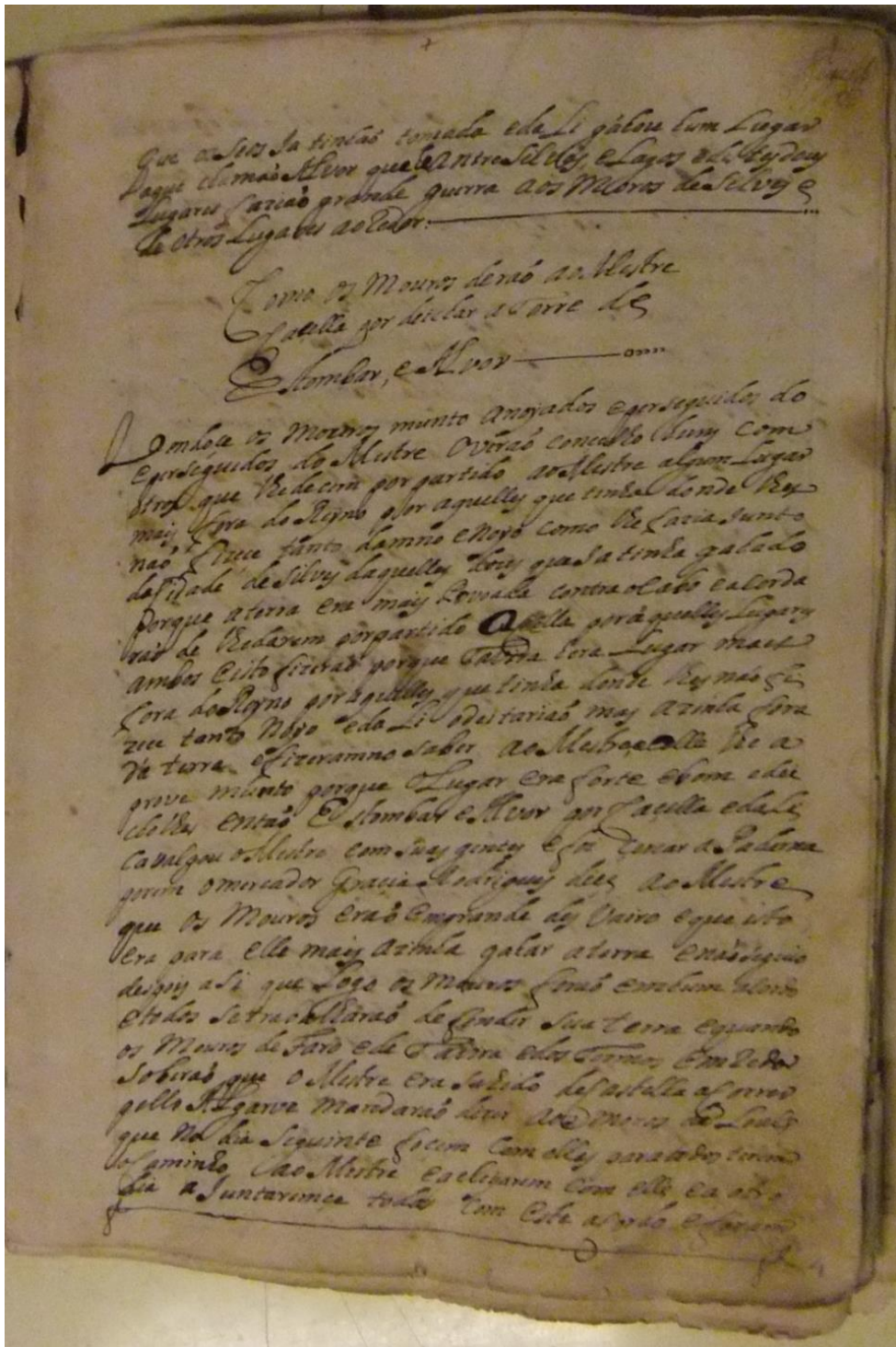
Fl. 3

Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733, fls. 3 a 9, Crónica de como D. Paio Correia, Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros.



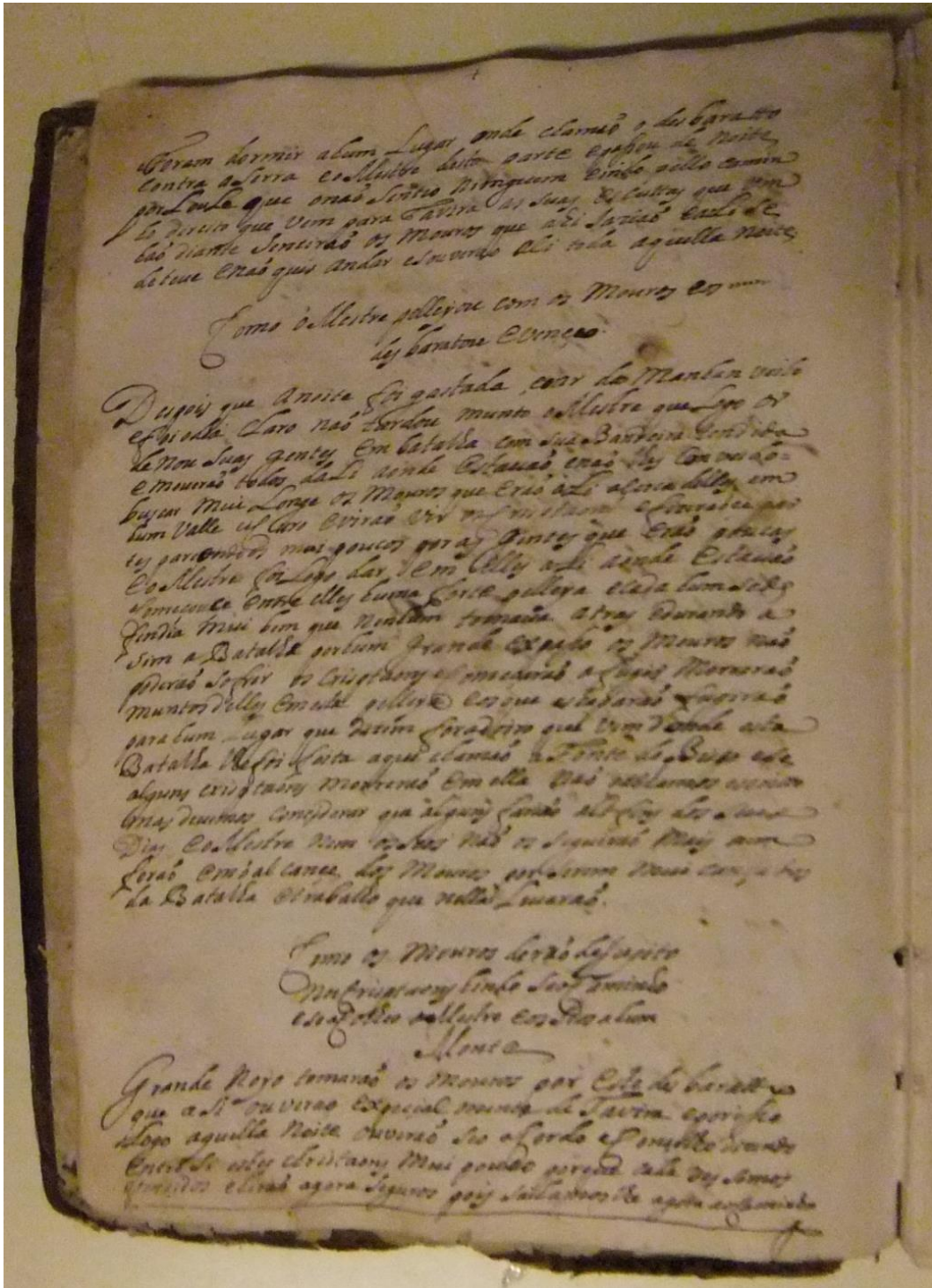
Fl. 3v.

“COMO OS MOUROS DERÃO AO MESTRE CACELLA POR DEICHAR A TORRE DE ESTOMBAR, E ALVOR”



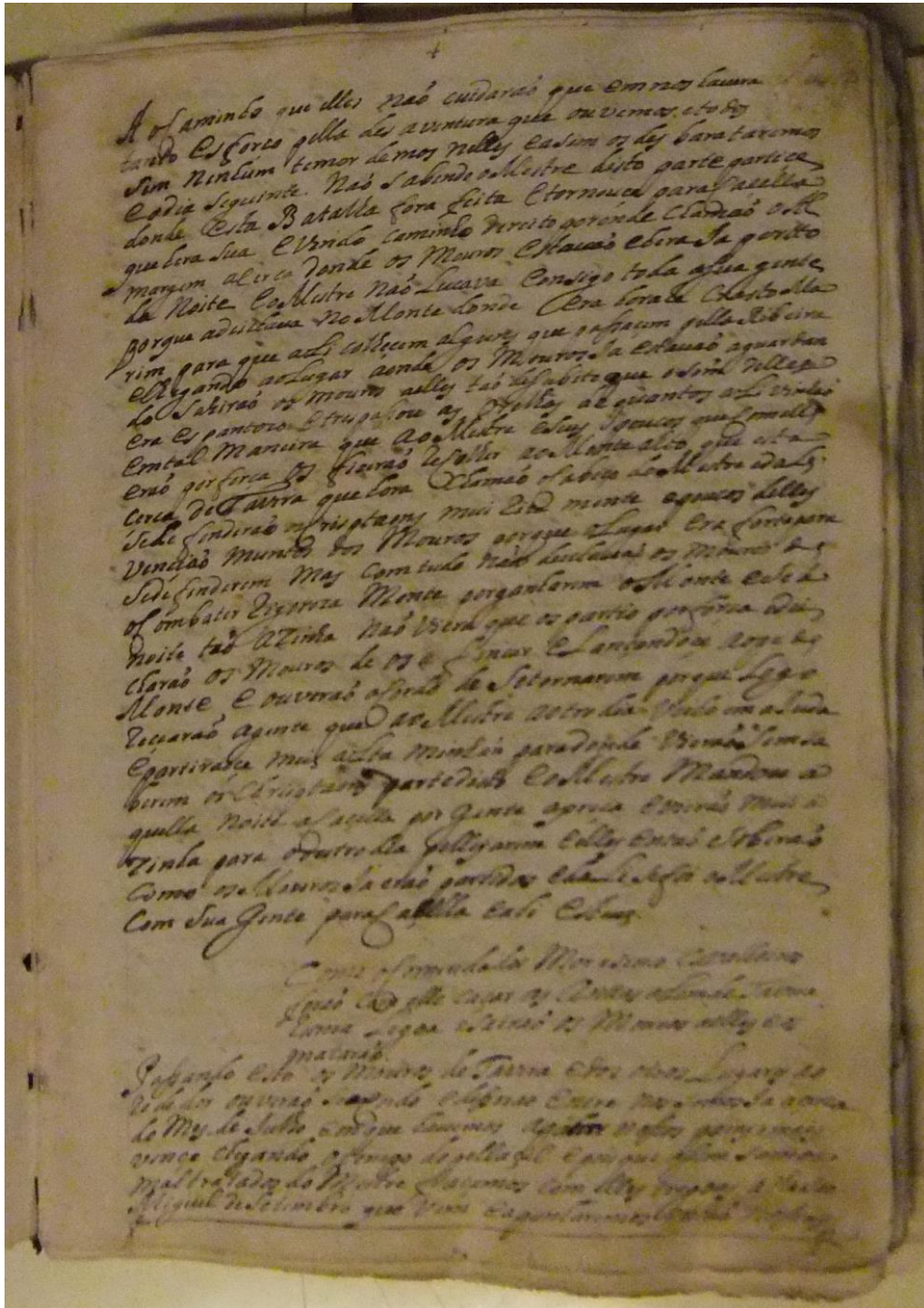
Fl. 4

“COMO O MESTRE PELLEJOU COM OS MOUROS E OS DESBARATOU E VENCEO”



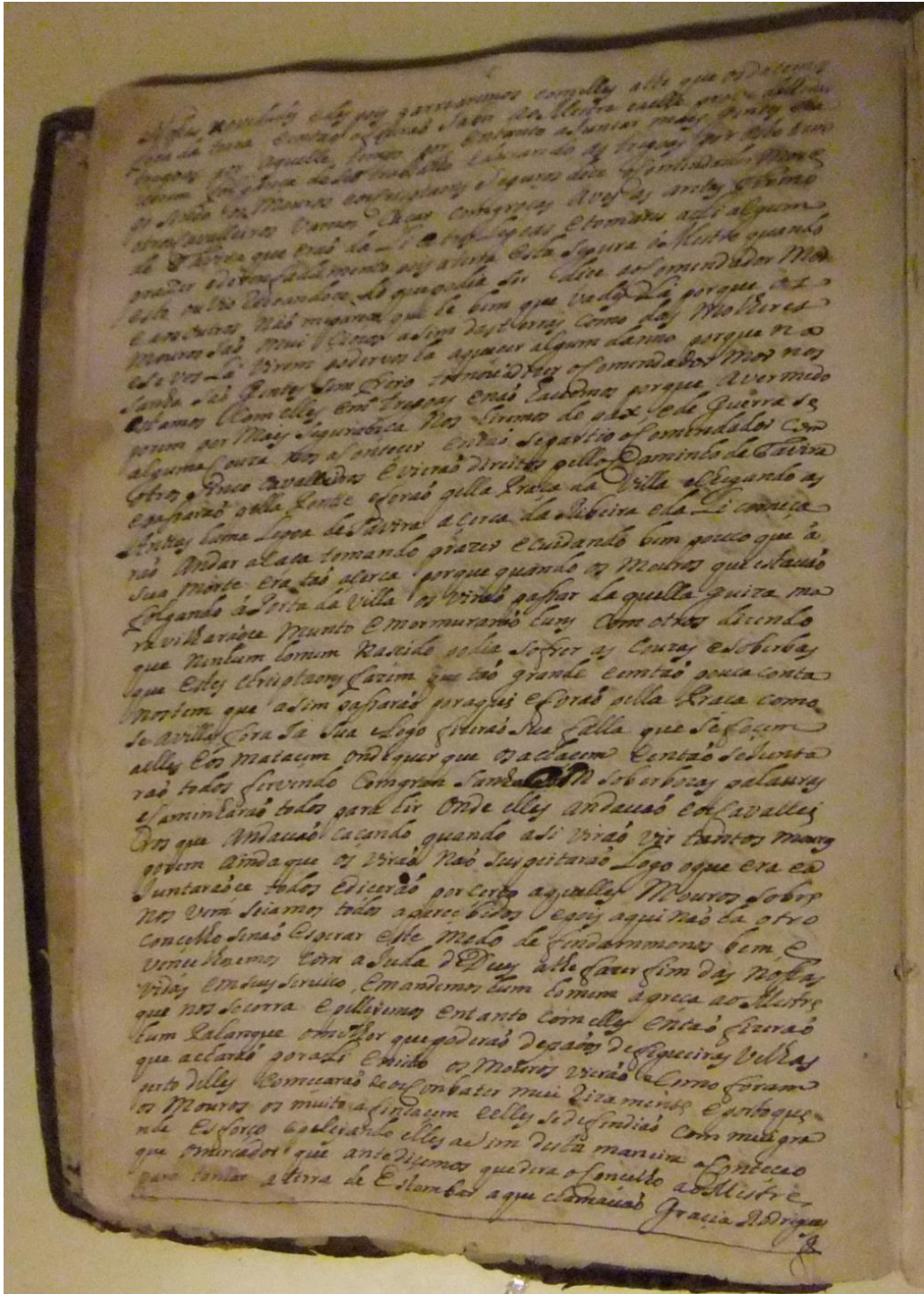
Fl. 4v.

“COMENDADOR MOR E CINCO CAVALLEIROS FORÃO COM ELLE CAÇAR ÀS
ANTTAS ALÉM DE TAVIRA EUMA LEGOA ESAIRÃO OS MOUROS AELLES EOS
MATARÃO”



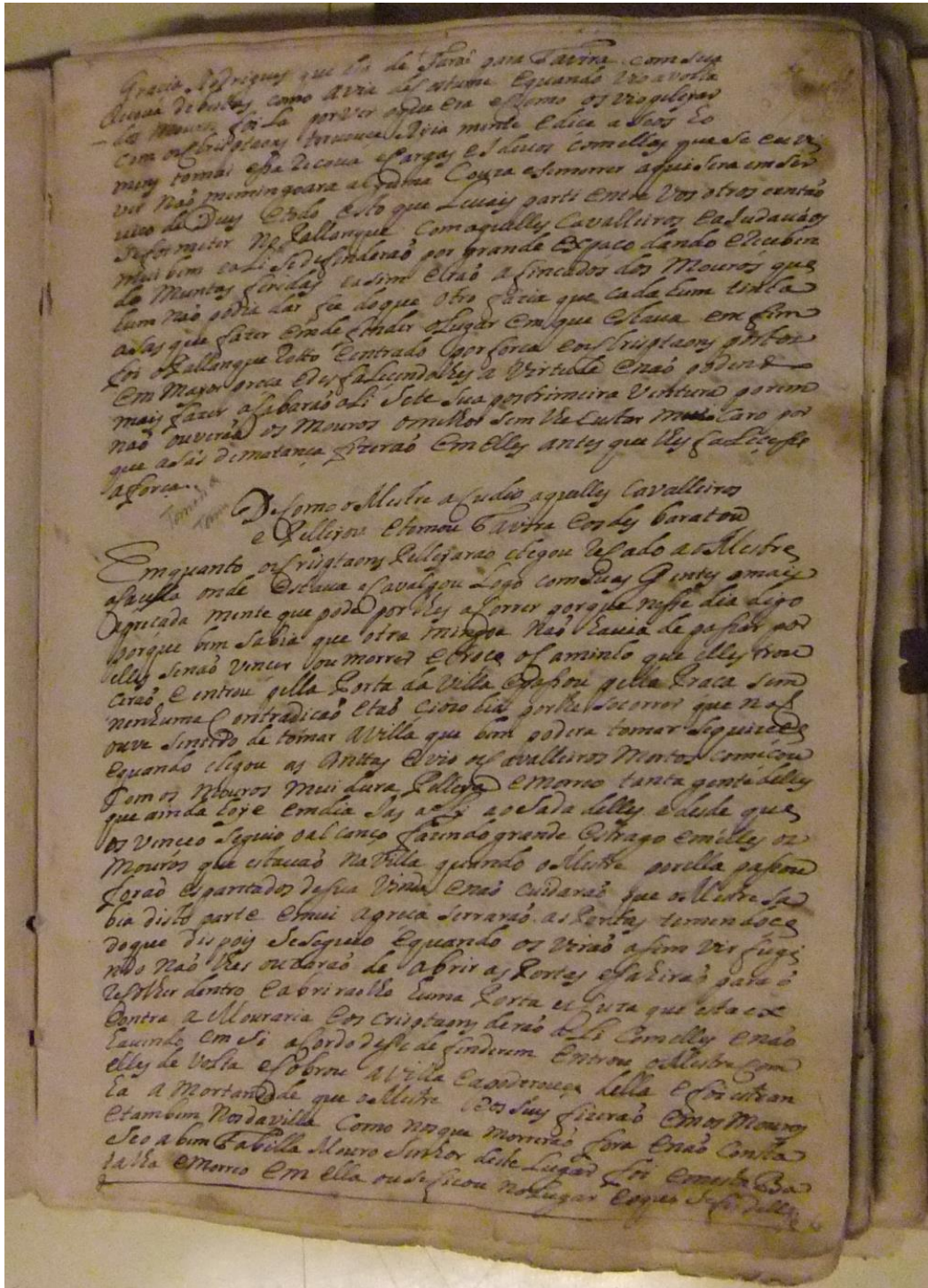
Fl. 5

Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733, fls. 3 a 9,
Crónica de como D. Paio Correia, Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do
Algarve aos mouros.



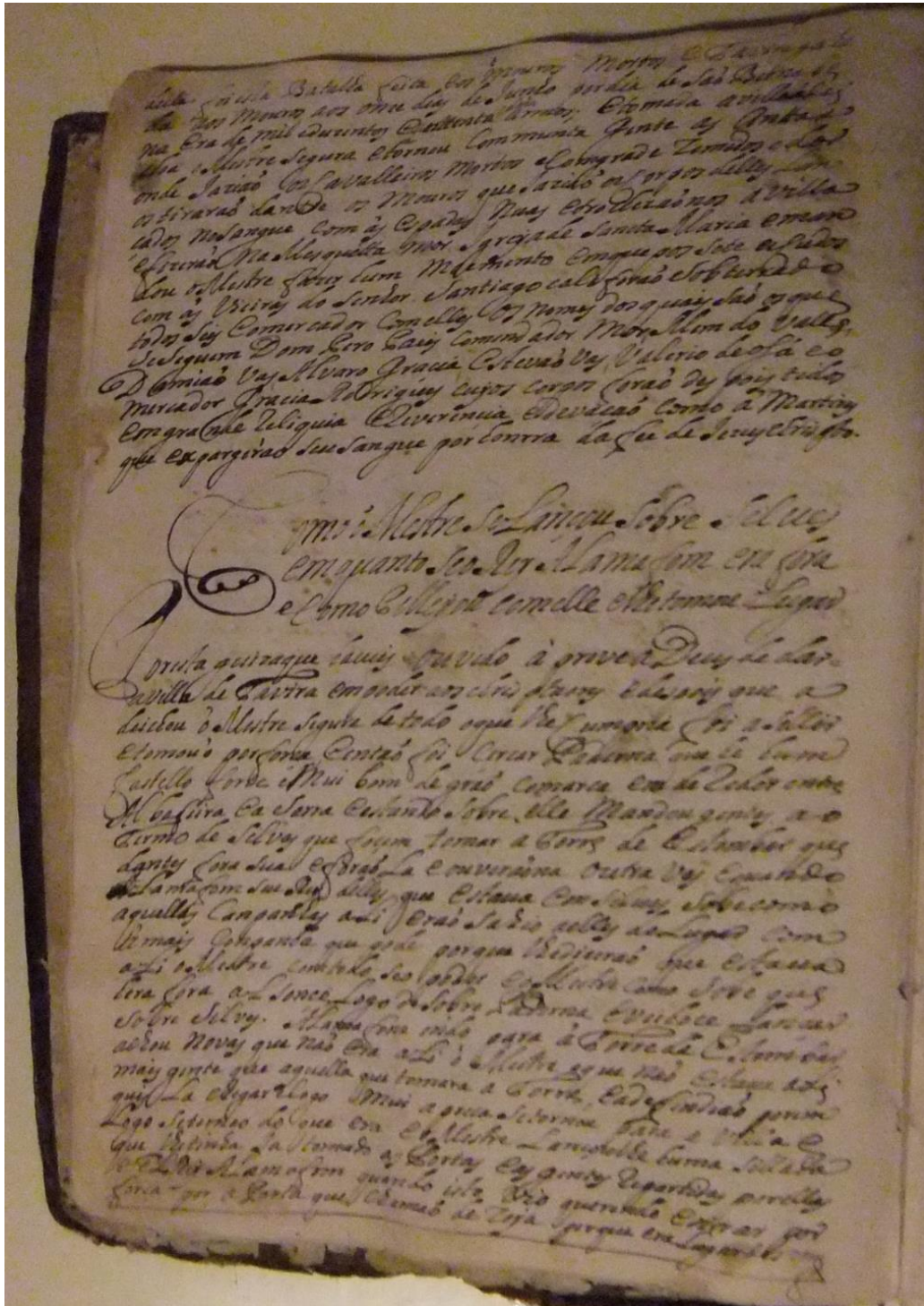
Fl. 5v.

“DE COMO O MESTRE ACUDIO AQUELLES CAVALLEIROS E PELLEYOU E TOMOU TAVIRA
E OS DES BARATOU”



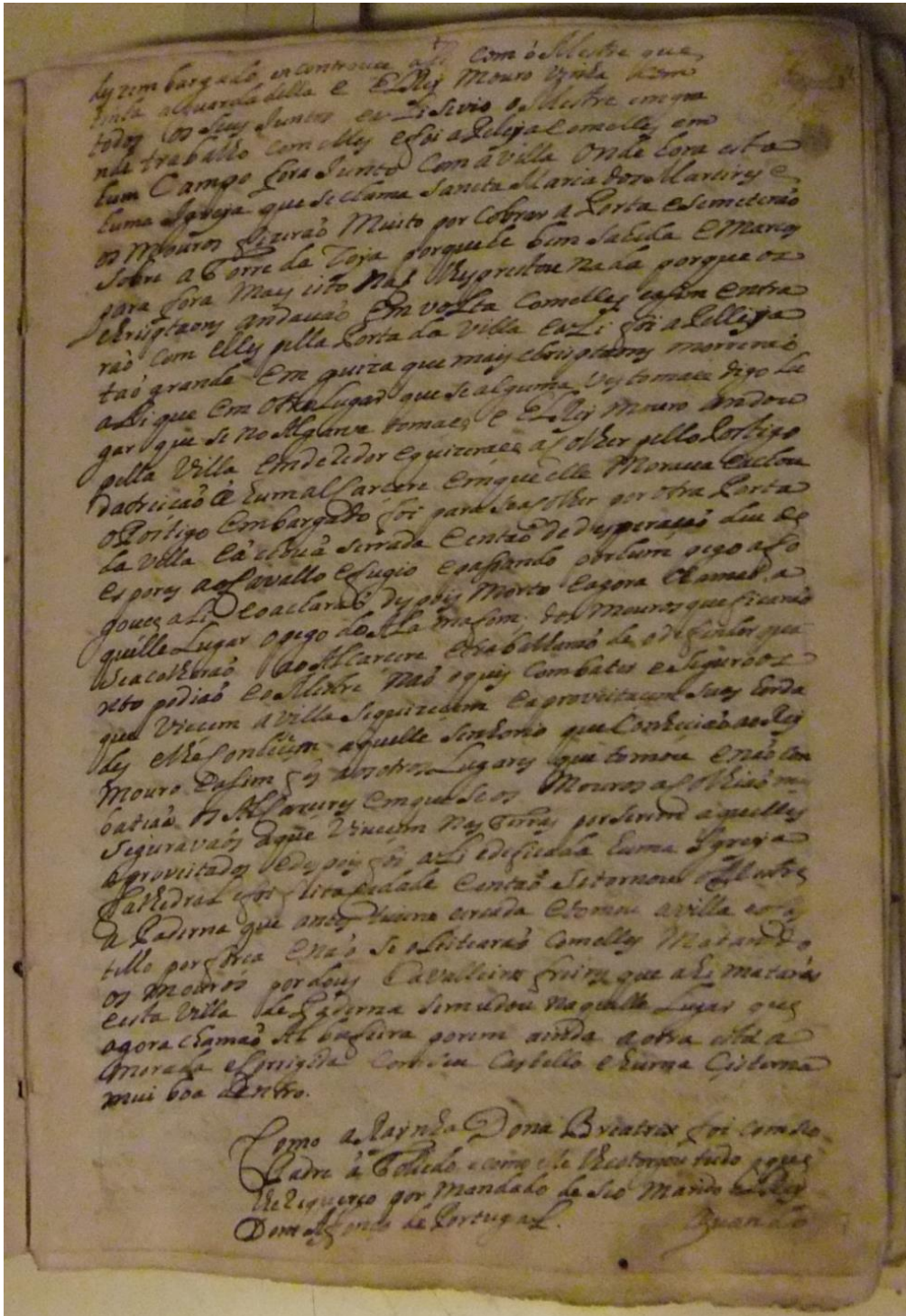
Fl. 6

“COMO O MESTRE SE LANÇOU SOBRE SILVES ENQUANTO SEO REY
ALAMAFOM ERA FORA E COMO PELLEYOU COM ELLE E LHE TOMOU O
LUGAR”

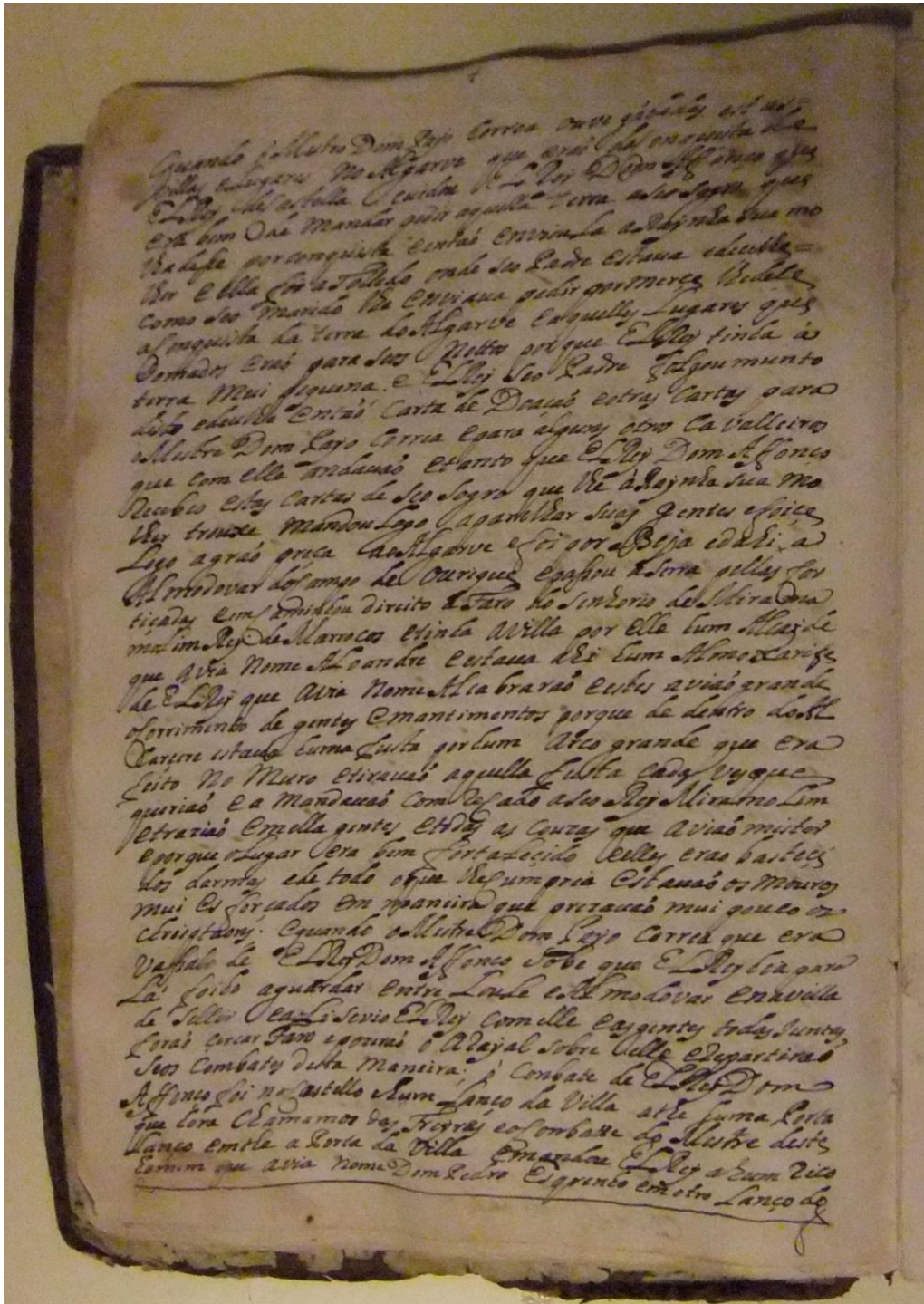


Fl. 6v.

“COMO A RAYNHA DONA BREATRIX FOI COM SEO PADRE ã TOLLEDO E
 COMO ELLE LHE OTORGOU TUDO O QUE LHE REQUERO POR MANDADO
 DE SEO MARIDO ELREY DOM AFONSO DE PORTUGAL”

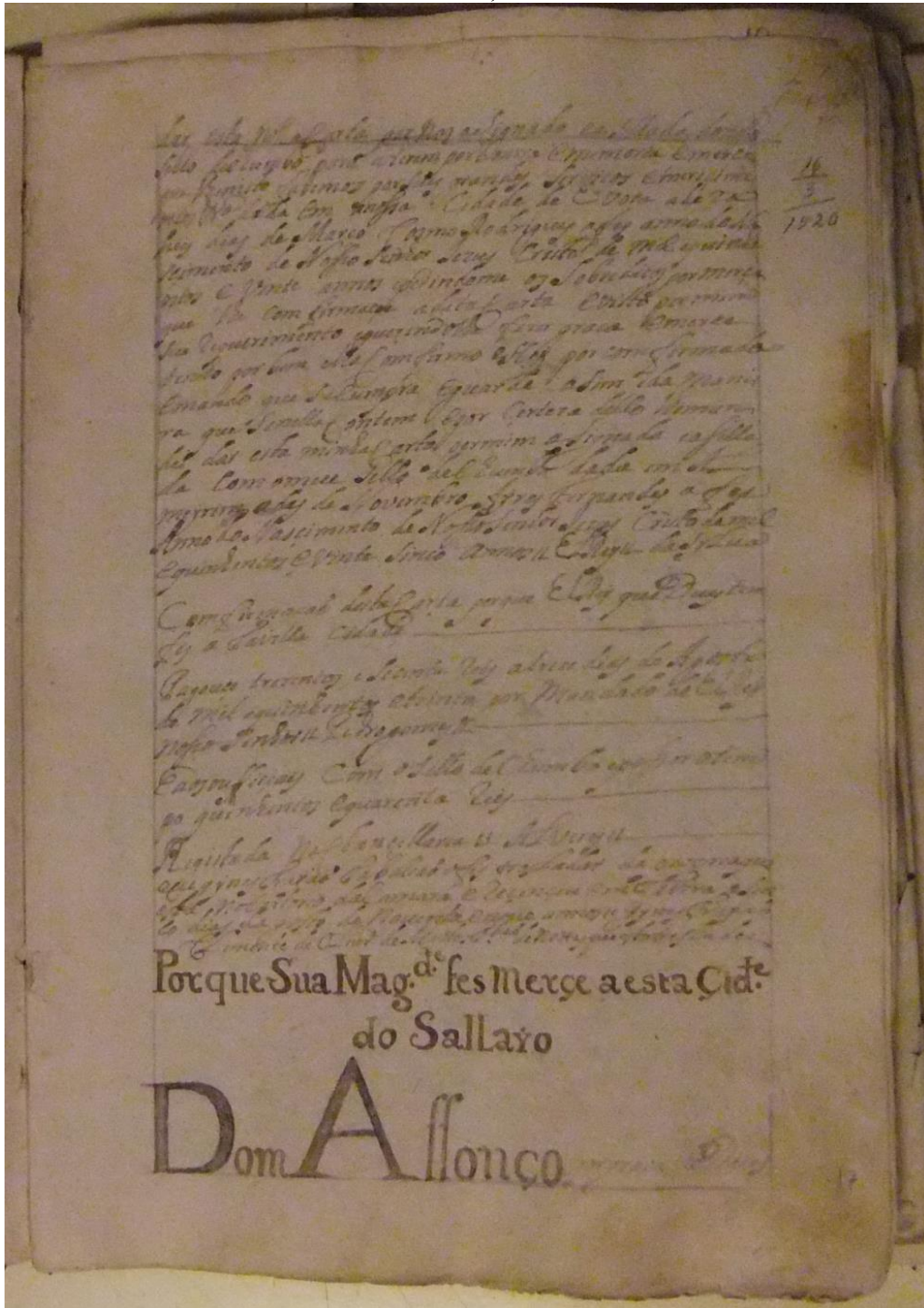


“COMO A RAYNHA DONA BREATRIX FOI COM SEO PADRE ã TOLLEDO E
COMO ELLE LHE OTORGOU TUDO O QUE LHE REQUEREO POR MANDADO DE
SEO MARIDO ELREY DOM AFONSO DE PORTUGAL”



Fl. 7v.

Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733, fls. 3 a 9, Crónica de como D. Paio Correia, Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros. “Eu Clemente de Oliveira de Mattos, tabaleão de nottas o tresladei.”



Fl. 8

II. Livro Primeiro da Reforma dos Tomos da Câmara Municipal de Tavira, 1733

“CORONICA DE COMO DOM PAYO CORREA MESTRE DE SANTIAGO DE
CASTELLA TOMOU ESTE REINO DO ALGARVE AOS MOUROS”

Transcrição feita pelo Arquivo Municipal de Tavira sob orientação de Óscar Caeiro Pinto. Consultado: 19/09/2014. URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/CronicaD.%20Paio-transcricao.pdf>

Fls. de 3 a 9. , *Crónica de como D. Paio Correia, Mestre de Santiago de Castela tomou este Reino do Algarve aos mouros*. Arquivo Municipal de Tavira 2013.

(Fólio 3)

Reinando em Portugal ElRey D. Affonso Terceiro deste nome que hera casado com Donna Beatriz filha de ElRey de Castella ouve della estes filhos convém a saber Infante Dom Denis que nasceu em Lisboa dia de São Denis aos vinte de Outubro era de mil e duzentos e noventa e nove anos e o Infante Dom Affonso, que foi mui bom Infante, e a infante Donna Sancha que morreo em Sevilha e depois a truserão a Alcobça, e otra filha que ouve nome Donna Branca, que foi senhora do Mosteiro de Lorvão e nelle morreo segundo a Choronica de Espanha faz menção e este Rey Dom Affonso tomou dos mouros Faro e otros lugares, e o Mestre Dom Payo Correa era seu compadre e seo natural, e ganhou Tavira e a maior parte do Algarve e não diz como nem porque guiza, mas queremos vos dizer aqui breve mente como estes lugares lugares foram tomados segundo o achamos escripto. Quando ElRey de Castella tomou Sevilha aos mouros, segundo o achamos escrito na Choronica de Espanha era ali com elle naquelle cerco este Mestre Dom Payo Correa, trazendo consigo muntos e bons cavalleiros da Ordem de Santiago de Castella de que elle era Mestre e depois da tomada de Sevilha viveo pouco tem ElRey Dom Fernando, e Reinou depois ElRey Dom Affonso seo filho padre desta Donna Beatriz molher de ElRey Dom Affonso de Portugal Reinando ainda seo irmão Dom Sancho Capello

(Fólio 3 vº)

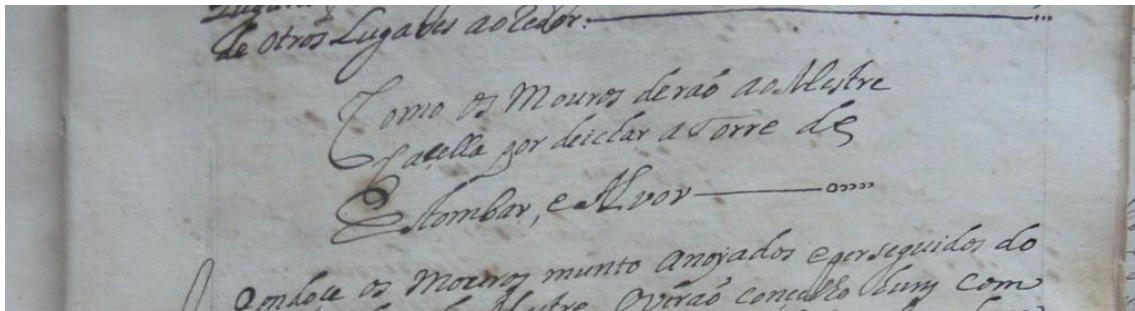
Capello três annos antes que elle foçe dado por Regedor de Portugal a Juntou o Mestre Dom Payo Correa sua gente, e entrou pella terra da Luzitânia que era conquista de Portugal onde avia muntos lugares empoder de mouros egahou delles, Mértolla e a Torre que está da parte de Oras daquella villa e o dito Rey Dom Sancho fez mercê pellas almas de seo Padre, e Madre e por serviço que lhe o dito Mestre fizera ganhou mais este Mestre aos moros Aljustrel que he em Campo de Ourique: estando neste lugar ouve concelho com os seus cavalleiros de que maneira podiaoir ao Reyno do Algarve mas todos em hum acordo porserecearem a grande passagem da serra lho estrovarao: e o Mestre tendo emvontade de hirla, toda via veiho a fallar com hum mercador que andava vendendo suas mercadorias antre os mouros e os cristaones a que chamavão Gracia Rodrigues e descobriolhe a elle avontade que tinha de conquistar aquella terra que era por serviço de Deus e que o deixava de fazer porque não sabia todo Reyno do Algarve e os Reis que havia e como erão emgrande desvairo huns com otros que era hum dos azos

porque assim o podia gahar sela foçe edevioulhe o lugar por onde melhor passaria e levaria suas gentes mais a seo salvo então cavalgarão os almagraves do Mestre e partirão de Aljustrel e passaram a serrapella Torre de Ourique e andaram mui mançamente por os moros não haverem sentido delles e ao primeira lugar que chegarão foi a Torre de Estombre e a prove a Deus que a tomarão mui a seo salvo etanto que foi tomada enviaram logo recado ao Mestre e ele com grande prazer cavalgou logo à presa com seos cavalleiros freyres e levou sua guias e passou a serra chegou à Torre que

(Fólio 4)

que os seos já tinham tomado e dali gahou hum lugar a que chamão Alvor que he antre Silves e Lagos e destes dous lugares fazião grande guerra e os moros de Silves e de otros lugares ao redor.

COMO OS MOUROS DERÃO AO MESTRE CACELLA POR DEICHAR A TORRE DE ESTOMBAR, E ALVOR



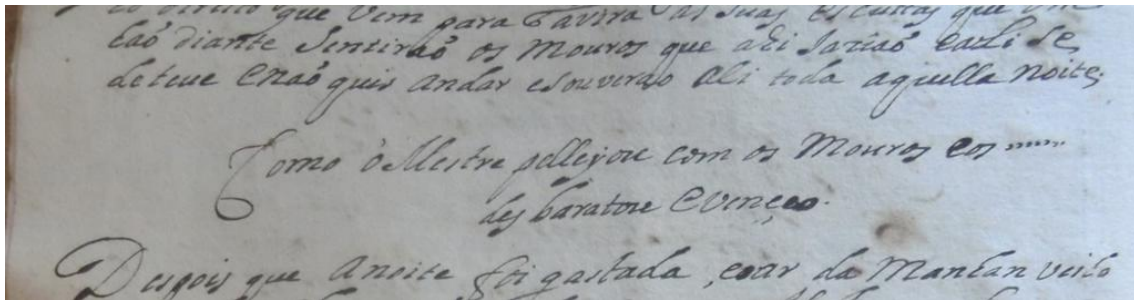
Fl.4

Vendoçe os mouros munto anoyados e perseguidos do e perseguidos do Mestre ouverão conselho huns com otros que lhes deçem por partido ao Mestre algum lugar mais fora do Reyno por aquelles que tinha donde lhes não fizeçe tanto danno enoyo como lhe fazia junto da cidade de Silves daquelles dous que já tinha gahado porque a terra era mais povoada contra o cabo e acordarão de lhedarem por partido a Cacella por aquelles lugares ambos e isto fizerão porque Tavira hera lugar mais fora do Reyno por aquelles que tinha donde não lhes fizeçe tanto noyo e dali o deitarao mas azinha fora da terra e fizeramno saber ao Mestre, e elle lhe aprouve munto porque o lugar era forte e bom e deixandolhas então Estombar e Alvor por Cacella e dali cavalgou o Mestre com suas gentes e foi cercar a Paderna porém o mercador Gracia Rodrigues diçe ao Mestre que os Mouros erão emgrande des vairo e que isto era para elle mais azinha gahar a terra e não seguio depois asi que logo os mouros forão em hum acordo e todos se trabalharão defender sua terra e quando os mouros de Faro e de Tavira e dos termos em redor souberão que o Mestre era saído de Castella a correr pello Algarve mandarão dizer aos moros de Loulé que no dia seguinte foçem com elles para todos terem o caminho ao Mestre e pelejarem com elles e a otro dia ajuntaremçe todos com este acordo e foram

(Fólio 4vº)

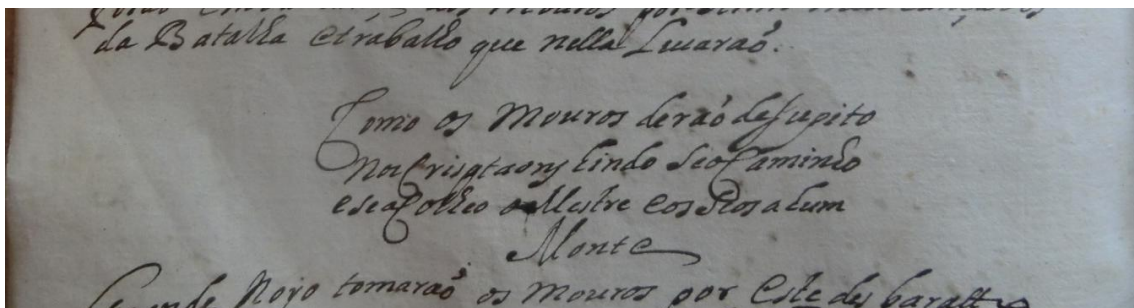
E foram dormir ahum lugar onde chamaão o Desbarato contra a serra e o Mestre desto parte e passou de noite por Loulé que onão sentio ninguém eindo pello caminho direito que vem para Tavira as suas escuttas que vinhão diante sentirão os mouros que ali jazião e ali se deteve e não quis andar e souberão ali toda aquella noite.

COMO O MESTRE PELLEJOU COM OS MOUROS E OS DESBARATOU E VENCEO



Fl. 4v.

Depois que a noite foi gastada, e o ar da manhã veio e foi o dia claro não tardou munto o Mestre que logo ordenou suas gentes em batalha com sua bandeira estendida e moveram todos dali aonde estavam e não lhes convinha buscar mui longe os mouros que erão ali acerca delles em hum valle escuro e virão os cristaons e fizerão partes parecendo os mui poucos por as gentes que erão poucas e o Mestre foi logo dar em elles ali aonde estavam e começou entre elles uma forte pelleya e cada hum se defendia mui bem que nenhum tornava atras e durando assim a batalha por hum grande espaso os mouros não poderão sofrer os cristaons e começarão a fugir morrerão muntos delles em esta peleya e os que escaparão fugirão para hum lugar que dizem foradoiro que vem donde esta batalha lhe foi feita a que chamão a Fonte do Bispo e se alguns cristaons morrerão em ella não o achamos escrito mas devemos considerar que alguns farião ali fins dos seos dias e o Mestre nem os seos não os seguirão mais nem forão em o alcance dos mouros por serem mui cançados da batalha e trabalho que nela levaram. COMO OS MOUROS DERÃO DE SUPITO NOS CRISPTAONS HINDO SEO CAMINHO E SEACOLHEU O MESTRE E OS SEOS A HUM MONTE



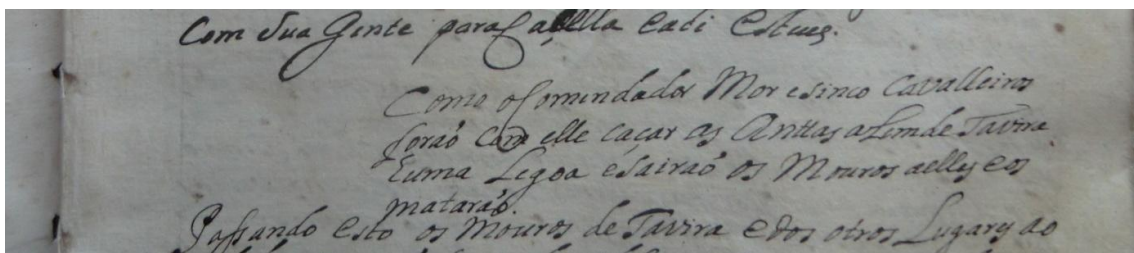
Fl.4v.

Grande noyo tomarão os mouros por este desbaratto que ali ouverao especial mente de Tavira e por isso logo naquella noite ouverão seo acordo e conçelho dizendo entre si estes cristaons mui pouco porque cada vez somos vencidos ehirão agora seguros pois saíhmos lhe agora ao caminho

(Fólio 5)

A o caminho que elles não cuidarao que em nos haverá tanto esforço pella des ventura que ouvemos e todos sem nenhum temor demos nelles e assim os desbaratamos. E o dia seguinte não sabendo o Mestre disto parte partice donde esta Batalha fora feita e tornouçe para Cacella que hera sua e vindo caminho direito poronde chamao o Almargem acerca donde os mouros estavao e hera já pertto da noite co Mestre não lutava consigo a toda asua gente porque adeixava no Monte donde era hora e Crasto Marim para que ali colheçem alguns que passçem pella Ribeira ellegando ao lugar aonde os mouros já estevão aguardando sairão os Mouros aelles tão desubito que o som delles era espantoso e trespassou as orelhas de quantos ali vinhão emtal maneira que ao Mestre e seus poucos que comelles erão por força os fizerão recolher ao Monte alto que está cerca de Tavira que hora chamão o Cabeço do Mestre e dali sede fenderam os cristaons mui rija mente e poucos delles vencião muntos dos mouros porque olugar era forte para se defenderem mas com tudo não deixavão os Mouros de os combater rigorosa mente porganharem o Monte e se á noite tão azinha não viera que os partio porforça e deixarão os mouros de os a fincar e lançandoçe aope do Monte e ouverão acordo de setornarem porque logo recearão a gente que ao Mestre aoutro dia veio em a sua juda e partiraoçe mui alta manhan paradonde vierão sem saberem os cristaones partedisto e o Mestre mandou aquella noite a Cacella por gente apreça evirão mui azinha para o outro dias pellejarem eelles então souberão como mouros já erão partidos edali sefoi o Mestre com sua gente para Cacella eali esteve.

COMO O COMENDADOR MOR E CINCO CAVALLEIROS FORÃO COM ELLE CAÇAR ÀS ANTTAS ALÉM DE TAVIRA EUMA LEGOA ESAIRÃO OS MOUROS AELLES EOS MATARÃO



Fl.5

Passando esto os mouros de Tavira e dos otros lugares ao rededor ouverão seu acordo e disserão entre nós somos já acerca do mês de julho em que havemos anhanhar nossos pains e mais vence chegando o tempo de pellacil e pois que assim somos maltratados do

mestre façamos com eles tréguas até São Miguel de Setembro que vem e apanharemos então nossas

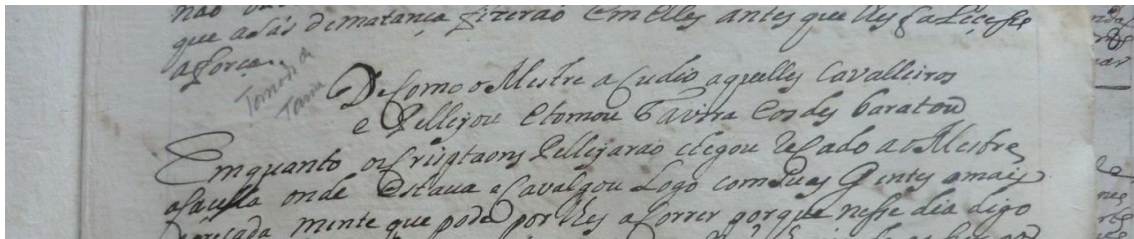
(Fólio 5vº)

Nossas novidades e depois guerrearmos com elles até que os detemos fora da terra eentão o fizerão saber ao Mestre ealle prove delhe dar tréguas por aquele tempo por entanto ajuntar mais gentes e haverem folga do seu trabalho e durando as trégoas por aquelle tempo por entanto ajuntar mais gentes esaberem folgança de seo trabalho edurando as tregoas por este tempo sendo os mouros e os cristaons seguros diçe o comendador mor e otros cavalleiros vamos caçar comgroças aves às Antas termo de Tavira que erão da li a três légoas e tomares ali algum prazer e deenfaldamento pois a terra está segura ó Mestre quando esto ouvio receandoçe do que podia ser diçee ao Comendador Mor e aos outros não meparece que he bem que vades lá porque os mMouros são mui ciosos asim das terras como das molheres e se vos lá virem podervos há aquecer algum danno porque na sanha são gentes sem freio tornou a dizer o Comendador Mor, nós estamos com elles em trégoas e não havemos porque aver medo porem por mais segurança nos hiremos de paz, e de guerra se alguma couza nos acontecer então separtio o Comendador com otros sinco cavalleiros e vierão direitos pello caminho de Tavira e passarão pela pontte e forão pella praça da villa e chegando as Anttas uma légoa de Tavira acerca da ribeira e dali começarão andar a caça tomando prazer e cuidando bem pouco que a sua morte era tão acerca porque quando os mouros que estavam folgando à porta da villa os viraão passar daquella guiza maravilhãoçe munto e mormurão huns com otros dizendo que nenhum homem nascido podia sofrer as couzas e soberbas que estes cristaons fazem que tão grande eemtão pouca conta nostem que asim passarão poraqui e forão pella praça como se a villa fora já sua e logo fizerão sua falla que se foçem aeles e os mataçem onde quer que os achaçem e então se juntarão todos fervendo comgran sanha com soberbozas palavras e caminharão todos para hir onde elles andavão e os cavalleiros que andavaão caçando quando asi virão vir tantos mouros porem ainda que os viram não suspeitarão logo o que era eajuntarãoçe todos ediçerão por certo aquelles mouros sobre nós vem seiamos todos apercebidos e pois aqui não há otro concelho senão esperar este medo defendammonos bem, e vencnlhemos com ajuda de Deus até fazer fim das nossas vidas em seu serviço, e mandemos hum homem apreça ao Mestre que nos socorra e pelleyemos entanto com eles então fizerão hum palanque o melhor que poderão depaos de figueiras velhas que acharão por ali e nisto os mouros vierão e como foram perto delles começarão de os combater mui rijamente e posto que os mouros os muito afinçagem eelles se defendião com mui grande esforço e peleyando elles asim desta maneira aconteceo que o mercador que antediçemos que dera o conçelho ao Mestre para tomar a terra de Estombar a quem chamavão Gracia Rodrigues

(Fólio 6)

Gracia Rodrigues que hia de Faro para Tavira com sua recova de bestas como avia de costume equando vio a volta dos mouros foi lá por ver o que era e como os vio pelleyar com os chrisptaons tornouçe Ryja mente e diçe a seos homens tomai esa recova e cargas e idevos com ellas que se eu viver não me mingoara alguma couza e se morrer aqui será em serviço de Deus e todo esto que levais parti entre vos otros e então se foi meter no pallanque com aquelles cavalleiros e ajudavãos mui bem e ali se defenderão por grande espaço dando e recebendo muntas feridas e asim erão afincados dos mouros que hum não podia dar fé do que outro fazia que cada hum tinha asas que fazer em defender o lugar em que estava em fim foi o pallanque rotto e entrando por força e os cristaons postos em mayor preça edesfalecendolhes a virtude e não podendo mais fazer acabarão ali sete sua postrimeira ventura, porem não ouverão os mouros o melhor sem lhe custar mui caro porque asas de matança fizeram em elles antes que lhes falecesse a força.

DE COMO O MESTRE ACUDIO AQUELLES CAVALLEIROS E PELLEYOU E TOMOU TAVIRA E OS DES BARATOU



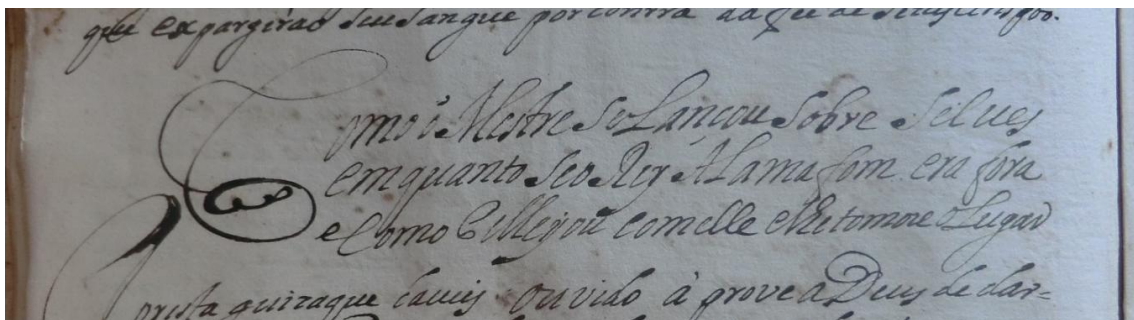
Fl.6

EMquanto os cristaons pelleyarão chegou recado ao Mestre a Cacella onde estava e cavalgou logo com suas gentes o mais apreçada mente que pode por lhes correr porque nesse dia digo porque bem sabia que otra mingoa não havia de passar por elles senão vencer ou morrer e trouçe o caminho que elles trouçerão e entrou pela Porta da villa e passou pella Praça sem nenhuma contradição etão cioso ia por lhe socorrer que não ouve sentido de tomar a villa que bem poderá tomar sequizeçe e quando chegou as Anttas e vio os cavalleiros mortos começou com os mouros mui dura pelleya e morreo tanta gente delles que ainda hoye emdia jaz ali a osada delles e desde que os vençeuiu seguiu o alcanço fazendo grande estrago em elles. Os mouros que estavam na villa quando o Mestre por ella passou forão espantados de sua vinda e não cuidarão que o Mestre sabia dista parte e mui preça serrarão as portas temendoçe doque depois se seguiu e quando os viraão asim vir fugindo não lhes ouzarão de abrir as Portas e saíram para o recolher dentro eabrirãolhe huma Porta escuza que esta contra a Mouraria e os cristaons derão ali com elles e não havindo em si acordo de se defenderem entrou o Mestre com elles de volta e cobrou a villa e apoderouçe della e foi estranha a mortandade que o Mestre e os seus fizerão em os mouros e também nós da villa como nosque morrerão fora e não consta seo Aben Fabilla mouro Senhor deste lugar foi em esta batalha e morreo em ella ou se ficou no lugar e o que se fez delle

(Fólio 6vº)

Delle foi esta batalha feita e os mouros mortos e Tavira gahada aos mouros aos onze dias de junho por dia de S. João Barnabé na era de mil duzentos e quarenta e dois anos; e tomada a villa deixo a Mestre segura e tornou communta gente às Anttas onde jazião os cavalleiros mortos e com grande zemidos e dor os tirarão dante os mouros que jazião os corpos delles lançados no sangue com as espadas nuas e trouxeram nos à villa e fizerão na Mesquitta mor da Igreja de Santa Maria e mandou o Mestre fazer um moemento em que pos sete escudos com as vieiras do senhor Santiago a ali forão subterrado todos seis e o mercador com elles os nomes dos quais são os que se seguem Dom Pero Pais comendador mor, Mem do Valle, Damião Vaz, Alvaro Gracia, Estevão Vaz, Valério de Osá, e o mercador Gracia Rodrigues cujos corpos forão despois tidos em grande relíquia e reverencia e devoção como a mártires que exargirão seu sangue por honrra da fee de Jesus Chrispto.

COMO O MESTRE SE LANÇOU SOBRE SILVES ENQUANTO SEO REY ALAMAFOM ERA FORA E COMO PELLEYOU COM ELLE E LHE TOMOU O LUGAR



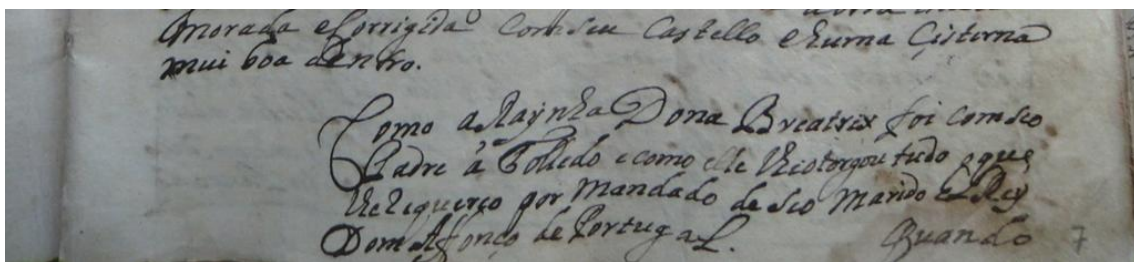
Fl. 6v.

Por esta guiza que haveis ouvido aprove a Deus de dar a villa de Tavira em poder aos crisptaons e despois que a deichou o Mestre segura de todo o que lhe cumpria foi a Sallir e tomou por força, eentão foi cercar Paderna que he um castello forte e mui bom da grão comarca em redor entre Albofeira e a serra e estando sobre elle mandou gentes ao termo de Silves que foçem tomar a Torre de Estombar que dantes fora sua e forão lá e ouverão na outra vez equando Alamafom seu Rey delles que estava em Silves sobe como aquellas campanhas ali erão, sahio aelles do lugar com a mais conpanha que pode porque lhe disserão que estava ali o Mestre com todo seo poder e o Mestre como sobe que era fora Alsonçe logo de sobre Paderna evindoçe lançar sobre Silves. Almafom indo para a Torre de Estombar achou novas que não era ali com Mestre e que não estava ali mais gente que aquella que tomara a Torre, e a defendião porem quis lá chegar e logo mui a preça setornou para a villa e logo se temeo do que era o Mestre lançolhe huma sillada que lhe tinha já tomado as portas e as gentes repartidas por ellas e El Rey Alamafom quando isto vio querendo entrar por força por a porta que chamão de Zoya porque era lugar dezem

(Fólio 7)

dezembargado encontrou ali com o Mestre que tinha a guarda della e El Rey Mouro vinha com elles e foi a peleya com elles em hum campo fora junto com a villa onde eora está huma Igreja que se chama Sancta Maria dos Mártires e os mouros fizeram muito por cobrar a Porta e semeterão sobre a Torre da Zoya porque he bem sahída emarcos para fora mais isto não lhes prestou nada porque os chrisptaons andavão em volta comelles e assim entrarão com elles pella Porta da villa e ali foi a pelleya tão grande em guiza que mais chrisptaons morrerão ali que em otro lugar que se alguma vez tomaçe digo lugar que se no Algarve tomaçe e El Rey mouro andou pella vida em redor e quizeraçe acolher pello postigo datraição a hum alçarçere em que elle morava e achou o postigo embargado foi para se acolher por otra porta da villa em redor e quizeraçe acolher pello postigo da traição a hum alçarçere em que elle morava e achou o Postigo embargado foi para se acolher por outra Porta da villa e achova serrada e então de desesperação deu de esporas ao cavallo e fugio e passando por hum pego afogouçe ali e o acharão despois morto e agora chamão aquelle lugar o pego do Alamafom; dos mouros que ficarão se acolherão ao Alçarçere e trabalharão de o defender quanto podião e o Mestre não o quis combater e seuroos que vieçem a villa se quizeçem e aproveitaçem suas herdades e lhe conhesecem aquelle senhorio que conhecião ao Rey mouro e assim fes aos otros Lugares que tomou e não combatião os Alçarçeres em que se os mouros acolhião mas seguravãos a que viveçem nas terras por serem aquelles aproveitados e despois foi ali edeficada huma Cathedral e foi feita Cidade e então se tornou o Mestre a Paderna que antes tivera çercada e tomou a villa e o Castello por força e não sepleitearão com elles matando os mouros por dous cavalleiros freires que ali matavão e esta villa de Paderna se mudou naquelle Lugar que agora chamão Albufeira porem ainda a outra está amorada e corrigida com seu Castello e huma çisterna mui boa dentro”.

“COMO A RAYNHA DONA BREATRIX FOI COM SEO PADRE ã TOLLEDO E COMO ELLE LHE OTORGOU TUDO O QUE LHE REQUEREO POR MANDADO DE SEO MARIDO ELREY DOM AFONSO DE PORTUGAL”



Fl. 7

(Fólio 7vº)

“Quando o Mestre Dom Payo Correa ouve gãhadas estas villas e lugares no Algarve que erão da Conquista de ElRey de Castella cuidou ElRey Dom Affonso que era bem de mandar pedir aquella terra a seo sogro que lha desse por conquista e então enviou la a Raynha sua Molher e ella foi a Tolledo onde seo Padre estava e diçelhe – como seo

marido lhe enviava pedir por merçe lhe deçe a Comquista da terra do Algarve e aquelles Lugares que tomados erão para seos nettos por que ElRey tinha ã terra mui pequena. E ElçRey seo Padre flgou munto disto e deulhe então carta de Doação e otras cartas para o Mestre Dom Payo Correa e para alguns otros cavalleiros que com elle andavão e tanto que ElRey Dom Affonco recebeo estas cartas de seo sogro que lhe ã Raynha sua molhe trouxe mandou logo aparelhar suas gentes e foice logo a grão preça ao Algarve e foi por Beja e dhhi a Almodovar do Campo de Ourique e passou a serra pelas Cortiçadas e emcaminhou direito a Faro do senhorio de Miramamolim Rey de Marrocos, e tinha villa por elle hum Alcayde que avia nome Aloandre e estava ahi hum almoxarife de ElRei que avia nome Alcabrarão e estes avião grande ocorrimento de gentes e mantimentos porque de dentro do Alcarçere estava humma fusta por hum arco grande que era feito no muro e tiravão aquella fusta cada ves que querião e a mandavam com recado a seo rey Miramamolim e traziam em ella gentes e todas as couzas que avião mister e porque o lugar era bem fortalecido e eles eram bastecidos de armas e de todo o que lhe cumpria estavam os mouros mui esforçados em maneira que prezavão mui pouco os Chrisptaons. E quando o Mestre Dom Payo Correa que era vassalo de ElRey Dom Affonso sobe que ElRey hia para lá, foi ho aguardar entre Loulé e Almodovar ena villa de Sellir e ali se vio ElRey com elle e as gentes todas juntas forão cercar Faro e pozerão a arayal sobreelle e repartirão seos combates desta maneira; o combate de ElRey Dom Affonço foi no castello hum lanço da Villa athe huma Porta que Eora Chamamos dos Freyres e o combate do Mestre deste llanço emtle a Porta da Villa e mandou ElRey a hum rico Homim que avia nome Dom Pedro Esgrenho em outro lanço

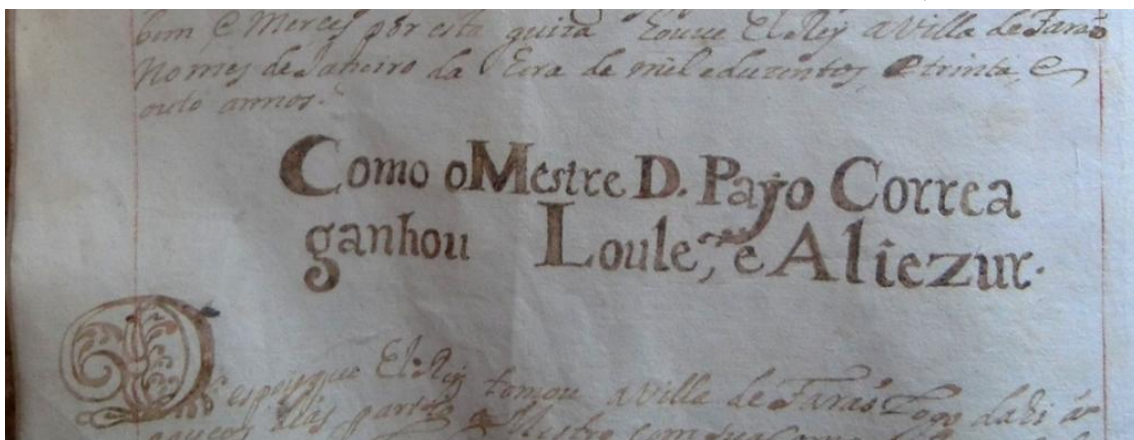
(Fólio 8) do muro athe Euma Torre que des pois clamarão de João de Boim e este João de Boim tinha otro Lanço da Torre que depois chamarão de seo nome athe o combate do Alcarcere de ElRey a fora estas Capitancias erão ali otros com eles Convem a saber Dom Fernão Lopes Pryor do Espital e o Mestre de Avis e o Chanceller mor Dom João de Unhão e Mem Soares e João Soares, e Egas Lourenço e poresta guiza tinha ElRey com batida a villa mui forte mente de dia e de noite e mui poucas vezes lhe davão lugar etomoulhe ElRey, e tomou-lhe ElRey omar com a frotta eatraveçonlhe no canal do Rio navios graças mui bem armados e ancorados na parte de fora ex contra o mar porque se algumas galles de mouros viessem que lhe não podessem fazer nojo e lhe fosse embargada a parte do Rio, e assim ficou o Lugar todo çercado ao redor Quando os mouros virão que o porto do mar assim hera tomado e que El Rey assim os afincava tantode cada parte posto que bem se defendeçem entenderam que depois lhe não havia prestar nada e andando na avença falou ElRei hum dia com o Alcayde Aloandre e com o Almoxariffe Alcrabrarão que herão os Mayores do Lugar como já vos dessemos, e foi El Rey com eles falando ate que sea Colherão dentro no Alcareere e levando os que quis que serião athe des cavalleiros e o Castelo foi livre dos mouros e buscado todo por os cavalleiros de ElRey e não ficou com eles gente nenhuma salvo estes dous mouros que dito havemos. E isto não fes ElRey saber ao Mestre nem aos otros que tinham os Combates e não sabendo disto parte foi ElRey achado menos, e houvera de ser grande

mal e por ElRey faltar digo e por ElRey não falar do que tinha prometido foram novas ao Mestre e aos outros fidalgos do Arraial que cuidarão que os mouros do Castello tinham feito algum danno a ElRey e que o matarão ou prenderão e por isto a levantarão hum ruido do dos mouros não lhes restando ceptas nem pedras digo hum ruido tão grande que por

(Fólio 8vº)

força e a mal de seu grado dos Mouros não lhes prestando cettas, nem pedras os Cristãos passarão a Cava e a Barra e ajuntarãoçe com o muro, e a gente do Mestre carretava lenha a Porta da Villa pare lhe porem fogo, e por esta razão padeceriam muntos dos Cristaons, e quando ElReynvio aquelle ruido maravilhouse muito do que podia ser, e como soube o que hera saltou em sima de huma Torre e mostrou as chaves na mão que já tinha o Castello, e mandou dizer ao Mestre e aos outros que estivessem quedos, e se afastassem fora e que já hera em avença com os mouros e que não tirássemos de fora. O mouro Alcrabrarom sahio fora do Castello e então mandou ElRey deitar pregam pelo Arrayal que ninguem fizesse nojo a mouro ainda que andasse fora antre eles, nem entrassem pelas Portas da Villa ainda que abertas se achassem, salvo o Mestre e entrassem pelas Portas da Villa ainda que abertas as achassem, salvo o Mestre e os outros capitains que entrassem dentro com aquelles que quisessem e estivessem sobre ãs Portas do Combate que cada hum tinha. E avença que ElRey fes com os mouros foi por esta guiza que eles lhe fizessem aquelle mesmo foro que em todas as couzas fazião a seu Rey e que eles hoveçem todas as sues cazas, vinhas e herdades pella guiza que as de antes havião, e que ElRey os defendesse e amparasse assim de mouros como de outra qualquer gentes que lhe nojo fizessem, e os quizeçem hir para alguns Lugares de mouros que se fossem livre mente com todas as suas cousas, e que os cavaleiros mouros ficassem por seus vassalos, e que andassem com ElRey quando lhe cumprisse e elle que lhes fizesse bem e merces. Por esta guiza houve ElRey a villa de Farão no mês de Janeiro da hera de mil e duzentos e trinta e oito anos”.

COMO O MESTRE D. PAYO CORREA GANHOU LOULE, E ALJEZUR

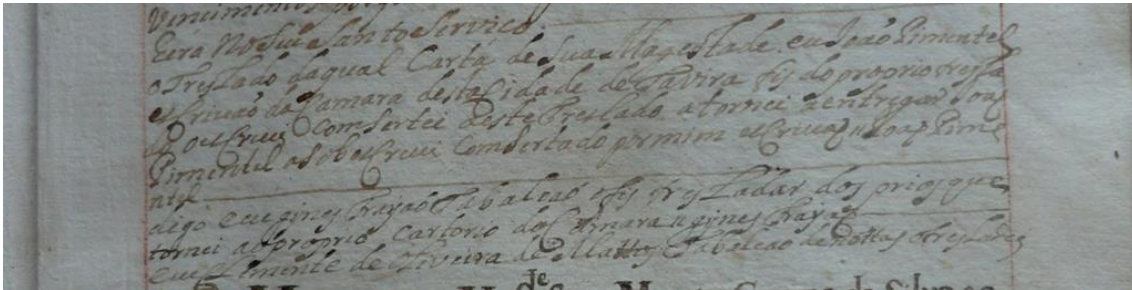


(Fl. 8v.)

Depois que El Rey tomou a villa de Farao logo dali a poucos dias partio o Mestre com sua Companhia e foi se lançar sobre Loule e não esteve o cerco munto sobre sobre elle

(Fólio 9)

Sobre elle logo o não tomassem e porque o Mestre Correa alguma gente nas pelleias e com bates das villas diselha hum dia ElRey falando com elle Mestre muito mepeza por os Cavalleiros que vos morrerão na conquista destes lugares porque eram todos mui estremados e homens. Senhor disse o Mestre não tomais nojo por os mortos porque merrerão no serviço de Deus e salvação de suas almas E logo o Mestre partio de Loule e fosse lançar sobre Aljezur, e quando os mouros souberam que Farão e Loulé e os outros lugares erão tomados e deramçe logo ao Mestre com a condição que se deu Farão, e o Mestre por o cansaço que havia recebido elle e suas gentes nos outros lugares aprovelehe com esto e de se tomar logo Aljezur como vos dito avemos E Deus lhe deu todos estes vencimentos porque sabia quão de vontade o Mestre hera no seu santo serviço. O treslado da qual carta de Sua Majestade eu João Pimentel, escrivão da Camara desta Cidade de Tavira fis do próprio treslado, o escrevi consertei a este treslado a tornei a entregar, João Pimentel a sobescrevi comsertado por mim escrivão // João Pimentel. Digo eu Gynes Frayão, tabaleão o fis tresladar dos priosques tornei ao próprio cartório da Camara // Gynes Frayão. Eu Clemente de Oliveira de Mattos, tabaleão de nottas o tresladei.”



(Fl. 9)

III. Notas Biográficas sobre D. Paio Peres Correia

Este documento está no *Site* da Câmara de Tavira.

URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/sites/default/files/cmt/CronicaD.%20Paio-transcricao.pdf>.

Origens, naturalidade e cronologia da sua vida

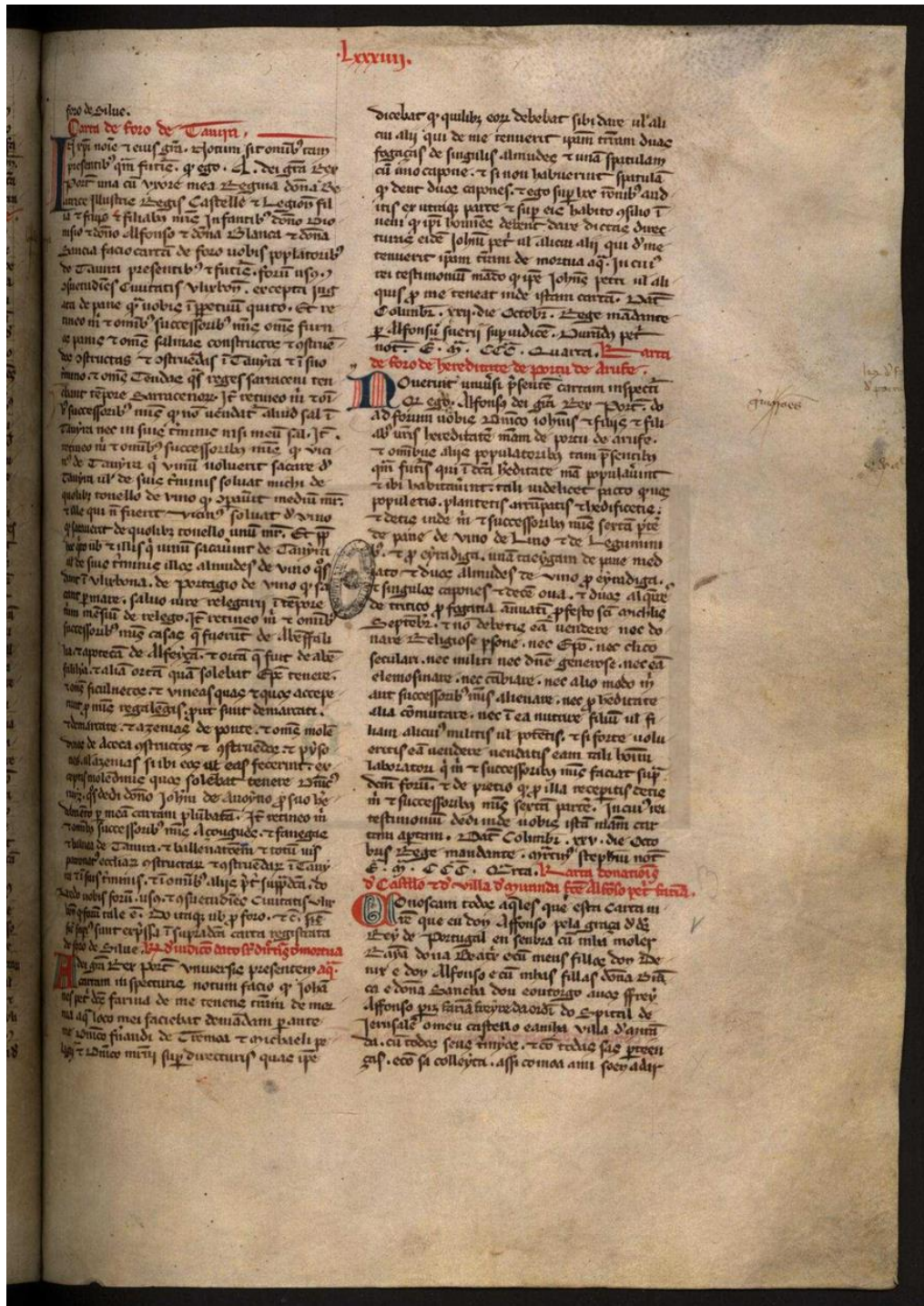
D. Paio Peres Corrêa (Paio Pires Correia/ Paio Correia/ Pelayo, ou Pelay Pérez Correa) é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes da histórica medieval peninsular. Embora o seu lugar de nascimento se encontre omissa na documentação, “tradições” tardias, registadas e copiadas em várias obras, avançam algumas possibilidades. Para Manuel Faria de Sousa (1628), “Europa Portuguesa”, o seu berço terá sido a cidade de Évora. Já D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, na sua “História Eclesiástica da igreja de Lisboa, em 1642, refere que este herói nasceu em Santarém. Todavia, o mais certo, teoria ultimamente muito defendida, é que tenha nascido na terra na qual os seus pais moraram e onde a família sempre teve bens patrimoniais, a honra de Fralães, no concelho de Barcelos. A honra de Fralães ficava em S. Pedro do Monte (Barcelos), depois também chamado Monte de Fralães. Paio, nasceu numa família da nobreza, como um dos filhos do casal Pêro Pais Correia e de Dórdia Pires de Aguiar, sendo neto paterno de Paio Soares Correia e de Maria Gomes da Silva e, pelo lado materno, de Pedro Mendes de Aguiar, senhor de Aguiar e de Estevainha Mendes de Gundar. Sobre o seu avô paterno, nas inquirições de 1220, 1258, 1288 e 1290, documenta-se que, no reinado de D. Afonso II, possuiu um paço na “vila” de Soutelo, assim como a de Montenegrolo e Pena Ossela. Soutelo de Aguiar (hoje uma freguesia de Vila Pouca de Aguiar) era então o centro do vale de Aguiar e incluía o seu castelo, do século XI.

Sobre as raízes desta linhagem, existe uma lenda que pretende explicar a origem do seu apelido.

A história desta freguesia (Monte de Fralães) está ligada à antiquíssima Honra de Fralães, pertença da família dos Correias, cujo primeiro patriarca de que há notícia é D. Paio Ramires, um Rico-Homem em Portugal, no tempo de D. Afonso VI, rei de Leão, que teve como sucessor Soeiro Pais. Este, tendo sido sitiado pelos mouros, em Montemor-o-Velho, e tendo caído em carência de subsistência, sustentou-se, durante algum tempo, das correias da armadura e dos arreios do seu cavalo. Deste tão duro e forçado manjar tomou apelido o seu filho, D. Paio Soares Correia, o qual foi Senhor de Fralães e padroeiro das Igrejas de S. Pedro do Monte e de Viatodos, assim como já o tinham sido os seus antepassados.

IV. Fotogravura do 1.º Foral de Tavira de agosto 1266

Imagem cedida pelo Arquivo Municipal de Tavira em 06/10/2014. Também disponível in Livro Iº de Afonso III, fl. 84, Col. I Arquivo da Torre do Tombo. Consultado: 19/09/2014. URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813597>



V. Transcrição: Carta de Foral de Tavira de agosto, 1266

II Jornadas de História, Clube de Tavira. Publicada por Armando da Costa Franco e António Araújo de Sousa em 28/02/2009. Consultado: 19/09/2014. URL: <http://terrasdogilao.blogspot.pt/2009/02/foral-velho-de-tavira-1266.html>

Em nome de Cristo e Sua Graça, notificamos, tanto os presentes como os futuros, que eu Afonso, pela Graça de Deus, Rei de Portugal com minha mulher a Rainha D. Beatriz, filha do ilustre Rei de Castela e Leão, e nossos filhos e filhas, os infantes D. Dinis, e D. Afonso e Dona Branca e Dona Sancha, faço carta de foro a vós povoadores de Tavira presentes e futuros, foro, usos e costumes como os da Cidade de Lisboa, excepto a jugada de pão de que vos desobriço perpetuamente e retenho para mim e todos os meus sucessores, todos os fornos de pão e todas as salinas, construídas ou a construir em Tavira e seu termo, e todas as tendas que os reis sarracenos tinham no seu tempo.

Igualmente reservo para mim e todos os meus sucessores que se não venda pão em Tavira nem no seu termo outro sal, senão o meu. Também reservo para mim e todos os meus sucessores que o vizinho de Tavira que quiser levar o vinho de Tavira ou de seu termo me pague, de cada tonel de vinho que tenha comprado, meio morabitino. E quem não for vizinho pague, por cada tonel de vinho que levar, um morabitino, e em face disso vos desobriço e àqueles que levarem vinho de Tavira ou de seu termo, daqueles almudes de vinho que pagam em Lisboa, de portagem do vinho que tiram por mar, salvo o direito de relogo, durante os seus três meses.

Também reservo para mim e para meus sucessores, as casas que foram de Abenffabílya e a adega da Alfeição, e a horta que foi de Abenfabílya e a outra horta que o bispo tinha e todos os figueirais e vinhas que receberam para os meus reguengos conforme foram demarcados e as azenhas da ponte, e todos os moinhos da Aceca construídos e a construir, e pisões e azenhas, se aí as fizerem, excepto os moinhos que Domingos Rodrigues tinha, os quais dei a Dom João de Aboim, por seu herdamento, pela minha carta com selo de chumbo.

Também retenho para mim e para todos os meus sucessores, os açougues, fangas e banhos de Tavira, e a pesca da baleia e todo o direito de padroado das igrejas, construídas e a construir em Tavira e seu termo. E em todas as outras coisas além das referidas, dou e concedo-vos o foro, usos e costumes da cidade de Lisboa cujo foro é assim:

Dou-vos ainda por foro, o que acima foi dito na carta registada do foro de Silves.

VII. Reprodução da Carta de Foral aos mouros-forros

Lisboa, in Chancelaria de D. Afonso III por Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006: 20 -21, Livro I. Vol. 2, [423]. “Carta de mauris de Algarbio.

In dei nomine et ejus gratia. Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego, Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii, una cum uxore mea Regina donna Beatrice, Illustris Regis Castelle et Legionis filia, et filiis et filiabus nostris, Infantibus donno Dionisio, donno Alfonso, donno Fernando, donna Branca, donna Sancia, facio cartam de foro et firmitudine vobis mauris qui estis for[r]i in Silve et in Tavira et in Loule et in sancta Maria de Faaron. Mando quod nullus meus christianus necque judeus habeat protestatem faciendi vobis malum nec forciam, sed ille qui fuerit vester pretor ipsemet judicet vos. Et hoc facio ut vos reddatis michi in unoquoque anno singulos marabitino ex singulis captibus vestris ex quo tempore victui necessária gaanhare potueritis. Et ut detis michi alfitria et azeque et totam decimam de universo labore vestro. Et omnes véneas meas preparetis et tapetis eas et colligatis meum vinum sicut eum colligunt mei mauri forri Ulixbone, et in omnibus aliis debetis facere et usare sicut usant et faciunt mei mauri forri Ulixbone. Hec Igitur carta sempre firmum habeat róbur et nullus eam vobis audeat frangere neque foros vestros. Et ego supradictus Rex Alfonsus una cum uxore mea et filiis et filiabus meis predictis qui hanc cartam jussi fieri eam roboro et confirmo, et a maioris rei evidenciam feci presentem cartam meo sigilo plúmbeo communiri. Facta carta apud Ulixbonam, XII.^a die Julii, Era M.^a CCC.^aVII.^a. Qui presentes fuerunt: Johannes Suerii Cornelius, Rodericus Garsie de Pavya, Fernandus Fernandi Cogominus, Petrus Martini Petarinus, Alfonsus Suerii superjudeus, Martinus Petri, Dominicus Vincentii, Dominicus Petri, Johannes Fernandi, Stephanus de Ratis, Vicentius Johannis, clerici domini Regis, testes. Donnus Gonsalvus Garsie alferaz tenens terram de Nevia, donnus Johannes de Avoyno maiordomus curie, donnus Alfonsus Lupi tenens terram de Ripa Minii, donnus Didacus Lupi tenens terram de Lameco, donnus Petrus Johannis tenens terram de Beria, donnus Menendus Roderici tenens terram de Maya, donnus Petrus Poncii tenens de Vouga, donnus Stephanus Johannis tenens terram de Clavis, donnus Petrus Johannis de Portel tenens Sintriam et Leyrenam, confirmam. Donnus Martinus archiepiscopus Bracarensis, donnus Vincentius episcopus Portugalensis, donnus Petrus episcopus Lamecensis, ecclesia Visensis vaccat, ecclesia Colimbriensis vacat, ecclesia Egitaniensis vacat, donnus Matheus episcopus Ulixbonensis, donnus Durandus episcopus Elborensis, donnus Bartholameus episcopus Silvensis, confirmant. Donnus Stephanus Johannis cancellarius curie confirmat Vincentius Fernandi notarius curie fecit.

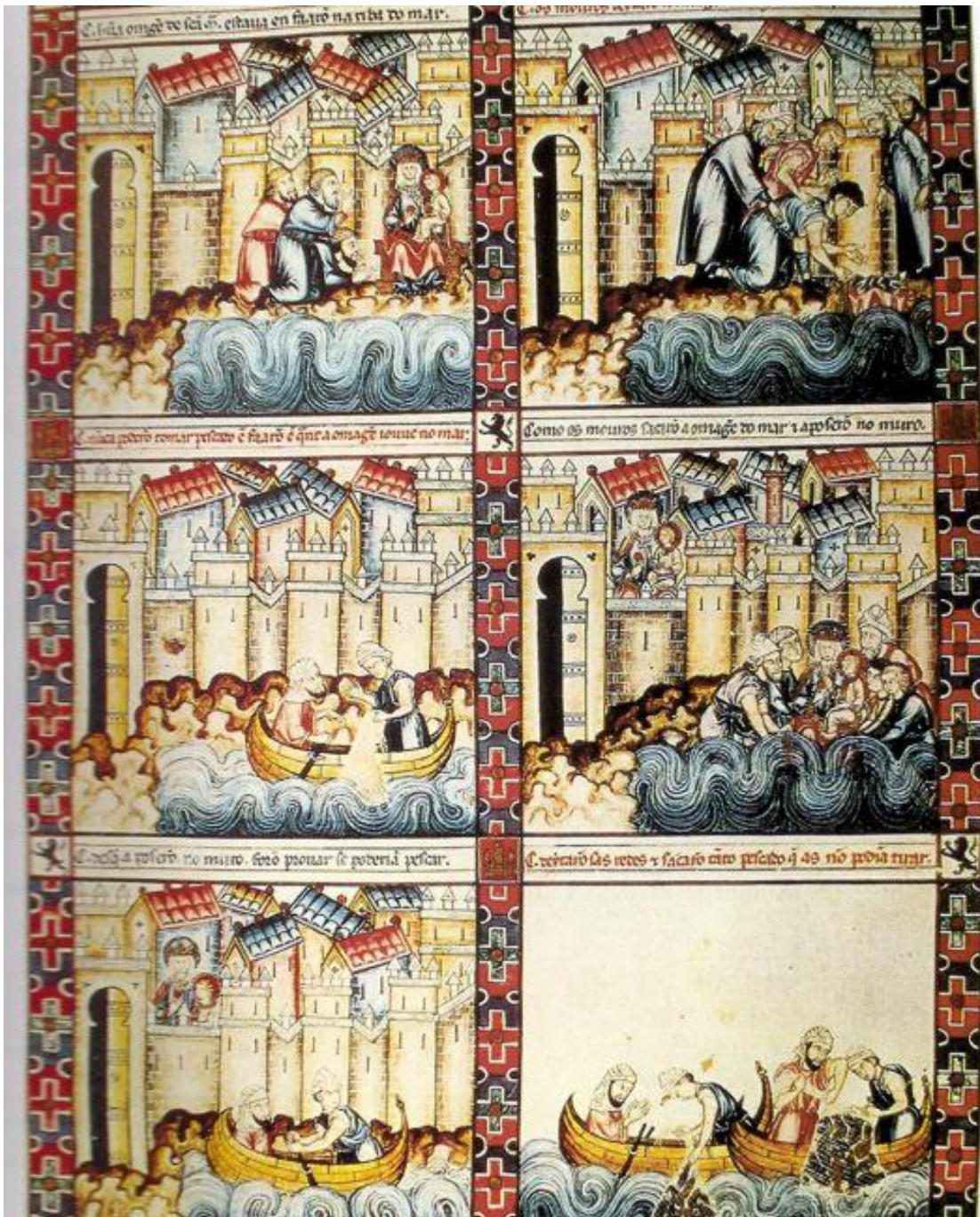
VIII. Transcrição: Foral dos mouros-forros

Notícias Históricas de Tavira 1242-1840 por Damião Augusto de Brito Vasconcelos. Edição da Câmara Municipal de Tavira, 1989:32-33.

Em nome e pela graça de Deus. A todos quantos a nossa presente carta virem que eu Afonso III, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, juntamente com minha mulher a Rainha Dona Beatriz, illustre filha dos Reis de Castella e de Leão, e os nossos filhos e filhas os Infantes Dom Diniz, Dom Affonso, Dom Fernando, Dona Branca, Dona Sancha, faço carta de fôro convosco mouros que ficaes forros em Silves e em Tavira e em Loulé e em Santa Maria de Faro. Mando que nenhum dos meus christãos nem judeus tenham poder para vos fazer mal nem nem vos forcem e só o vosso alcaide vos ministre a justiça. E faço isto porque me dareis em cada anno cinco morabitinos pagos por cinco encabeçados vossos no tempo em que apanhades vossos fructos. E me dareis a mim o dízimo da alfitra e agua e todo o dízimo de todo o vosso trabalho. E para sempre trabalhareis as minhas vinhas e lagares pelos quaes fareis estrictamente o meu vinho como o fazem os meus mouros forros de Lisboa. Para sempre vos dou esta carta e a firmo sem jamais cercear vossos fôros. E eu supradito Rei Affonso com minha mulher e filhos e filhas acima mencionados que esta carta fizeram e eu aprovo e confirmo: e para maior evidencia se fez a presente carta com o meu sello de chumbo. Feita em Lisboa a 12 dias de julho. Era de 1307. Foram presentes João Soeiro Coelho, Rodrigo Garcia de Paiva, Fernando Fernandes Cogominho, Pedro Martins Patarino, Affonso Soeiro Superior, Martinho Rocha, Domingos Vicente, Domingos Rocha, João Fernandes, Estevam de Rates, Vivencio João clérigo do senhor Rei; testemunhas: Dom Gonçalo Garcia, alferes, senhor da terra de Neiva, Dom Joam de Aboim, mordomo do Palacio, Dom Afonso Lobo, senhor da terrade Riba Minho, Dom Didaco Lobo, senhor da terra de Lamego, Dom Pedro João, senhor da terra da Beira, Dom Mendo Rodrigo, senhor da terra da Maia, Dom Pedro Ponce, senhor da terra do Vouga, Dom Estevam João, senhor da terrade Chaves, Dom Pedro João de Portel, senhor de Cintra e Leiria; confirmamos: Dom Martinho, Arcebispo de Braga, Dom Vicente, Bispo do Porto, Dom Pedro, Bispo de Lamego, Séde Vaccante de Vizeu, Séde Vaccante de Coimbra, Séde Vaccante da Guarda, Dom Matheus, Bispo de Lisboa, Dom Durando, Bispo de Evora, Dom Bartholomeu, Bispo de Silves; confirmamos: Dom Estevam João, Cancellario do Palacio, o confirmo, Vicente Fernando escrivão do Palacio o escreveu. (Data do foral: 12 de julho de 1307. Reduzida ao Calendario Gregoriano, dá a era de 12 de julho de 1269).

IX. Iluminura sobre o Milagre da Virgem Maria

Iluminura da Cantiga CLXXXIII de Afonso X, o Sábio, 1280, da Biblioteca do Escorial. (Foto de Tomás Magallón). Consultado em 22/09/2014. A Imagem de Santa Maria venerada na cidade foi deitada ao mar pelos muçulmanos e, como consequência, foram castigados com a falta de peixe no mar. Quando os mouros, arrependidos, voltam a pôr a Imagem sobre o muro, a pesca é tão abundante que não conseguem puxar as redes. URL: <http://www.cgalgarve.com/ordem.htm>



X. Cantiga de Santa Maria

Pesar a Santa Maria

Esta é dum miragre que mostrou Santa Maria en Faaron quando era de Mouros

Pesar à Santa Maria de quen por desonrra faz
dela mal a ssa omagen, e caomia-llo assaz.

Desto direi un miragre que feso en faaron
a Virgem Santa Maria en tempo d' Aben Mafon,
que o Reino do Algarve ti' aquela sazón
a guisa d' om' esforçado, quer en guerra, quer en paz.
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

En aquel castel' avia omagen, com' apres' ei
da Virgen mui groriosa, feita como vos direi
de pedra bem fegurada, e, com' eu de cert' achei,
na riba do mar estava escontra ele de faz.
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

Bem do tempo dos crischãos e sabian y estar,
e porende os cativos a yan sempr' a orar,
e Santa Maria' a vila de Faaron nomar
por aquesta razon foron. Mas o poboo malvaz
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

Dos Mouros que y avia ouveron gran pesar en,
e eno mar a deitaron sannudos com gran desden;
mas gran miragre sobr' esto mostrou a Virgen que ten
o mund' en seu mandamento, a que soberva despraz.
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

Ca fez que niun pescado nunca poderon prender
enquant' aquela omagen no mar leixaron jazer.
Os Mouros, pois viron esto, fórona dali erger
e posérona no muro ontr' as amas em az.
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

Des i tan muito pescado ouveron des enton y,
que nunca tant' y ouveram, per com' a Mouros oy
dizer e aos crischãos que o contaron a mi;
poren loemos a Virgen en que tanto de bem jaz.
Pesar á Santa Maria de quen por desonrra faz...

[A Cantiga CLXXXIII (183.^a) de Afonso X.

Consultado: 13/10/2014. URL: <http://www.cgalgarve.com/ordem.htm>]

XI. Cantigas de Santa Maria: *O Milagre de Tentudía*

As Cantigas de Santa Maria constituem a obra lírica mais importante da Espanha Medieval. Os seus 420 poemas, escritos em galaico-português são atribuídos ao rei Afonso X, o Sábio. A temática poética de muitas das Cantigas é de louvor à Virgem Maria ou refere-se a milagres a ela atribuídos, alguns deles sucedidos em diversas localidades portuguesas, tais como Alenquer, Évora ou Santarém.

URL: <http://zivab david.blogspot.pt/2012/07/duas-cantigas-de-sefarad.html>.



XII. Cantiga 34, *O Milagre de Tentudía*

Porend' un miragrer vos direi muy grande
Que Santa Maria fez; e ela mande
Que mostra-le posa per mi e non ande
Demandand' a outre que m'en dé recado (66, 5-8);

Desto direi un miragre/que en Túdia aveo
E porrei-o com os outros/ ond'un gran livro e cheo
De que fiz cantiga nova/com son meu, e a non alleo
Que fez a que nos/amostra/por ir a Deus muitas vias (347, 5-8)

[*Studies in the
History of Christian Traditions. Alfonso X, the
Learned: A Biography.* By H. Salvador Mart Nez.
Séries Editor: Robert J. Bast.[Netherlands 2010:227
Capítulo 7].

Consultado: 13/10/2014.

URL:

<http://books.google.pt/books?id=j0U08htguPUC&lpg=PA221&ots=DlePko6fuI&dq=As%20Cantigas%20de%20Santa%20Maria%20no%20manuscrito%20de%20Mettmann%20II&pg=PA226#v=onepage&q=As%20Cantigas%20de%20Santa%20Maria%20no%20manuscrito%20de%20Mettmann%20II&f=false>

Tradução:

“A respeito disso contarei um milagre que se deu em Tudia, / e o ajuntarei aos outros, dos quais um grande livro está cheio, / (milagre esse) sobre o qual fiz cantiga nova com música minha e não alheia, / que fez Aquela que nos mostra muitas vias para chegar até a Deus.” in *Língua Portuguesa: Ultrapassar Fronteiras, Juntar Culturas*. Eds. M.^a João Marçalo & M.^a Célia Lima Hernandes, Elisa Esteves, M.^a do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva Universidade de Évora, 2010:63. *Aspectos Linguísticos e Discursivos das orações adjetivas no Português Arcaico*, por Celso Fraga da Fonseca. Universidade Fumec, Faculdade de Ciências Econômicas, Núcleo de Línguas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, Consultado: 21/10/2014. URL: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg38/06.pdf>

XIII. El Retablo Cerámico de Tentudía de Niculoso Pisano, 1518

O retábulo representa D. Paio Peres Correia pedindo à Virgem que interrompa o curso do Sol “tem tú día” de forma a poder terminar uma batalha contra os Muçulmanos. Foi concedida autorização de utilização da imagem à autora pelo Administrador do Sítio oficial do “Retablo Cerámico” em 09/11/2014 às 21H07. <http://www.retabloceramico.net/articulo0308.htm>. Também desta lenda se serviu Lope de Vega para redigir uma comédia em três Atos intitulada *El Sol Parado*. Consultado:15/10/2014.

URL:

<http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/bne/03698403122495451232268/032563.pdf?incr=1>.

